



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

VALÉRIA LOPES RIBEIRO

**A CHINA E A ECONOMIA MUNDIAL: UMA ABORDAGEM SOBRE A ASCENSÃO
CHINESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

Florianópolis
2008

Valéria Lopes Ribeiro

A CHINA E A ECONOMIA MUNDIAL: UMA ABORDAGEM SOBRE A ASCENSÃO
CHINESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Dissertação apresentada no curso de Pós-
Graduação em Economia da Universidade
Federal de Santa Catarina como requisito
parcial para a obtenção do título de mestre

Orientador: Professor Hoyêdo Nunes Lins, Dr.

Florianópolis
2008

Ribeiro, Valéria Lopes

A China e a economia mundial: uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do século XX. Valéria Lopes Ribeiro. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2008.

Dissertação (Mestrado em Economia – UFSC – Centro Sócio-Econômico – Programa de Pós-Graduação em Economia/PPGE, 2008)

Bibliografia.

Inclui Anexo.

1. Economia-mundo 2. Economia chinesa 3. Crescimento econômico

A CHINA E A ECONOMIA MUNDIAL: UMA ABORDAGEM SOBRE A ASCENSÃO
CHINESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Valéria Lopes Ribeiro

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Economia e aprovada, na sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia – Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Roberto Meurer
Coordenador do Curso

Apresentado à Comissão Examinadora integrada pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins (Orientador) – PPGE/UFSC

Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros (Membro Titular) – UFRJ

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques (Membro Titular) - UFSC

Prof. Pedro Antônio Vieira (Suplente) – PPGE/UFSC

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins, orientador deste trabalho, pela dedicação a esta tarefa e pela atenção e disposição em me ajudar em todos os momentos da pesquisa. Sua postura serve como exemplo de profissionalismo e dedicação à atividade acadêmica.

Aos professores do Programa, especialmente ao Prof. Pedro Antônio Vieira, pelas conversas e discussões, que, agora, percebo a importância que tiveram em meu amadurecimento intelectual e pessoal; e ao Prof. Sílvio Cairo, pela amizade. Agradeço também ao Departamento de Pós-Graduação em Economia pela estrutura oferecida, e ao Órgão Financiador CAPES, pelo apoio financeiro ao longo do curso.

Agradeço a toda minha família, especialmente minha mãe, pelo exemplo de dedicação e amor a todos nós. Agradeço a todos os meus irmãos e demais familiares, pelo apoio e carinho ao longo desse período em que estive distante. Agradeço especialmente à minha irmã Ieda, pelo apoio desde sempre e principalmente na possibilidade de iniciar o Mestrado.

Agradeço aos colegas de curso: Michele, Ricardo(s), Cleiton, Felipe, Douglas, Gustavo e André, pelo companheirismo, pelas discussões intermináveis, pelos estudos em grupo, pelas confraternizações e momentos de descontração. Agradeço às amigas feitas em Florianópolis, na Universidade e fora dela, pessoas especiais que tive oportunidade de conhecer e conviver ao longo desse período, entre elas Carlinha, Guilherme, Ló, Giordana, Júnior, Evelise, Carol, Cíntia, Gabriel, Ralph, Feliciano, Walter, Fabinho, Ricardo Sugai, Glaiisson e Rogério.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a recente trajetória de crescimento da economia chinesa, tendo como ponto de partida a abordagem teórico-metodológica da análise dos sistemas-mundo. Primeiramente, a partir do referencial teórico baseado nos principais autores reunidos em torno dessa abordagem, como Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, este trabalho procura analisar a influência dos determinantes sistêmicos na trajetória recente chinesa, a partir da adoção de uma unidade de análise ampla, tanto em termos temporais como espaciais. Posteriormente, procura-se analisar a influência dos determinantes específicos ao Estado Nacional chinês, na criação de um ambiente favorável ao crescimento econômico a partir do final da década de 70. As conclusões apontam para o fato de que o fenômeno em questão é resultado da conjunção de fatores tanto sistêmicos como internos, ainda que o peso de uma conjuntura recente favorável seja preponderante para a atual ascensão da China na economia-mundo.

Palavras-chave: Economia-mundo; economia chinesa; crescimento econômico

ABSTRACT

The academic work has as objective to analyze the recent trajectory of growth of the Chinese economy, having as starting point the boarding theoretician-method of the analysis of the world-system. First, from the based theoretical reference in the main authors congregated around this boarding, as Giovanni Arrighi and Immanuel Wallerstein, this work looks for to analyze the influence of the determinative systemic in the Chinese recent trajectory, from the adoption of a unit of ample analysis, as much in secular terms as space. Later it is looked to analyze the influence of determinative the specific ones to the Chinese State in the conduction of an environment favorable to the economic growth from the end of the decade of 70. The conclusions point with respect to the fact of that the phenomenon in question is resulted of the conjunction of systemic internal factors, despite the weight of a conjuncture favorable is preponderant for the China recent ascent in the world-economy.

Key-words: world-economy; Chinese economy; economy growth

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	10
LISTA DE FIGURAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: ARCABOUÇO TEÓRICO - A PERSPECTIVA ANALÍTICA EM TERMOS DE SISTEMAS-MUNDO.....	18
1.1) Marco teórico e metodologia.....	18
1.2) Análise dos sistemas-mundo: o problema da mobilidade dos países na estrutura hierárquica de Estados.....	21
1.3) Unidade de análise: o sistema mundial como uma economia-mundo capitalista.....	32
1.4) Conclusão.....	41
CAPÍTULO II: CHINA E LESTE ASIÁTICO EM FACE DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA – CONTORNOS DA TRAJETÓRIA.....	43
2.1) A “longa perspectiva”: Economia-mundo asiática e seus limites.....	48
2.1.1) Sistema europeu e sistema Leste Asiático: aspectos estruturais e relacionais a cerca da “vitória do Ocidente”.....	53
2.2) O “longo século”: O processo de incorporação da China e do Leste Asiático sob hegemonia britânica.....	64
2.3) Terceira temporalidade: O ressurgimento do Leste asiático e da China.....	73
2.3.1) Pós Segunda-Guerra: influência da hegemonia americana e a bipolaridade EUA-URSS.....	74
2.3.2) Os anos 70: declínio da hegemonia americana e ressurgimento do Leste Asiático.....	80
2.4) Conclusão.....	88
CAPÍTULO III: REFORMAS ECONÔMICAS E ESTRATÉGIA REGIONAL: UMA ABORDAGEM SOBRE O PAPEL DO ESTADO NA TRAJETÓRIA DA CHINA DESDE O SEGUNDO PÓS-GUERRA.....	91
3.1) China: da economia socialista ao capitalismo de Estado.....	93
3.2) Duas esferas básicas de reformas econômicas.....	97
3.2.1) Reformas na agricultura.....	98
3.2.2) Reformas no setor industrial.....	99
3.3) Política cambial e reflexos nos vínculos externos.....	109
3.4) Estratégia de inserção regional.....	117
3.4.1) A China e o Leste-Asiático: comércio externo intra-regional e investimentos diretos externos.....	118
3.4.2) Aspectos de uma divisão espacial do trabalho em escala regional.....	123
3.4.3) China: ascensão na divisão internacional do trabalho?.....	127
3.5) Conclusão.....	131

CONCLUSÃO.....	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
ANEXO.....	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produto Interno Bruto - Taxa anual de crescimento.....	85
Tabela 2: China – Distribuição da propriedade industrial:1978,1996 (% na produção industrial total).....	101
Tabela 3: China – Distribuição da propriedade industrial: 2006.....	102
Tabela 4: Fluxo de entrada de IDEs (milhões de dólares).....	105
Tabela 5: China – Províncias/Investimento Direto Estrangeiro (acumulado 1992-1998).....	106
Tabela 6: China – Províncias/ Valor total das exportações (US\$ milhões).....	107
Tabela 7: China – Principais produtos exportados em 2006 (% do total exportado).....	114
Tabela 8: Exportações chinesas, destinos (% do total):1990- 2006.....	117
Tabela 9: China – IDEs, países/regiões de origem (milhões de dólares) 2004/2005.....	122
Tabela 10: China – Importações por países de origem (% do valor total importado pela China).....	123
Tabela 11: Exportações dos países para a China (% das exportações de cada país).....	124
Tabela 12: China – Padrão de comércio por estágio de produção (% do total importado e exportado).....	125

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura do sistema tributário.....	51
Figura 2: Consumo familiar no campo e na cidade (yuans).....	99
Figura 3: China - Primeiras Zonas Econômicas Especiais.....	104
Figura 4: China - Taxa Média de Crescimento Anual do PIB 114 per capita (%) 1979-1998.....	108
Figura 5: China – Comportamento do yuan frente ao dólar (nominal).....	109
Figura 6: China – Balanço de pagamentos (bilhões de dólares).....	111
Figura 7: Exportações de países selecionados: % no total mundial exportado.....	113
Figura 8: China: Exportações/PIB e PIB decomposto.....	116
Figura 9: China: Exportações por categoria: processadas, gerais e outras (% do total exportado).....	119

INTRODUÇÃO

“Em 2 de Fevereiro de 1421, a China excedia em importância todas as demais nações da Terra. No dia do Ano-Novo chinês, reis e enviados de toda a Ásia, Arábia, África e Oceano Índico reuniram-se em meio ao esplendor de Pequim para prestar homenagem ao imperador Zhu Di, o Filho do Céu. Uma frota de gigantescos navios, percorrendo os oceanos (...) havia trazido governantes e embaixadores para apresentar seus respeitos ao imperador e assistir à inauguração de sua majestosa e misteriosa capital murada, a Cidade Proibida. Estiveram presentes nada menos do que 28 chefes de Estado. Porém, o sacro imperador romano, o imperador de Bizâncio, o doge de Veneza e os reis da Inglaterra, França, Espanha e Portugal não figuravam entre eles. Não haviam sido convidados, uma vez que esses Estados atrasados, carecendo de mercadorias para comércio ou de qualquer conhecimento científico digno de nota, ocupavam lugares muito humildes na escala de prioridades do imperador” (MENZIES, 2007, p.41).

Com este interessante relato histórico, Gavin Menzies (2007), autor de *“1421: O ano em que a China descobriu o mundo”*, recente obra lançada no Brasil, inicia uma longa jornada rumo à tentativa de recuperação das supostas rotas de navegação percorridas, segundo o autor, ao redor de todo o mundo, pela frota dos gigantescos navios de junco do imperador Zhu Di, o último imperador da dinastia Ming.

Através de uma incansável pesquisa histórica e arqueológica o autor procura vestígios e provas que confirmem sua hipótese acerca da bem sucedida chegada dos chineses em diversas partes do mundo, inclusive à América, cerca de 70 anos antes de Colombo ou de qualquer frota portuguesa.

A primeira evidência apontada por Menzies é justamente o retrato da própria China naquele período e seu desenvolvimento científico, tecnológico e náutico, que poderia oferecer as bases para a construção de navios gigantescos e para abrigar navegadores com conhecimento suficiente para percorrer grandes distâncias. Alcançando países e regiões longínquas, na busca pelo fortalecimento e consolidação do comércio externo chinês, incorporando todo o mundo no bem sucedido “sistema tributário” chinês¹, fortemente consolidado regionalmente, em todo o Leste Asiático.

Para além do debate histórico² que permeia a pesquisa de Menzies, envolvendo o alcance das navegações chinesas ao redor do mundo e outras questões como o

¹ Segundo Arrighi, “na conceituação de Hamashita, as várias zonas marítimas que se estendem do nordeste ao sudeste da Ásia constituem, no mínimo há um milênio, um conjunto integrado de regiões, países e cidades unidos por um sistema de ‘comércio-tributo’ cujo centro é a China” (ARRIGHI, 1995). Este sistema será mais detalhado no segundo capítulo deste trabalho.

² Francisco Roque de Oliveira, pesquisador do Centro de História de Além-mar, da Universidade Nova Lisboa, contesta a tese de Menzies em diversos pontos relacionados a detalhes quanto à presença de navegações chinesas em algumas localidades e até mesmo a idéia vinculada por Menzies de que os mapas utilizados pelos

estabelecimento de colônias em algumas regiões da América, não há dúvida de que a China tinha naquele período todas as condições para levar adiante uma expedição dessa magnitude.

Philip Golub, em um pequeno artigo publicado na versão chilena do jornal *Le Monde Diplomatique*, em Outubro de 2004, remetendo a André Gunder Frank³, afirma que a China, até 1800, ocupava um lugar central na economia mundial, como primeira potência manufatureira do planeta, tendo sido o centro de uma densa rede de intercâmbios regionais.

Também em termos tecnológicos a China se encontrava em uma posição dominante, tanto antes como depois do Renascimento na Europa. Tal avanço se confirmaria em setores como a produção de ferro e aço, relógios mecânicos, engenharia, armas de fogo e sistemas de perfurações profundas. Ainda em 1750, ressalta Golub

La parte relativa de la producción manufacturera de China (país que contava com 207 millones de habitantes) era del 32,8%, mientras que la de Europa (130 millones de habitantes) alcanzaba el 23,2%. La producción de China sumada a la India representaban 57,3% del total mundial de entonces. Y si a eso se agregan las partes correspondientes a los países del Sudeste asiático, la producción del Asia en general representava cerca del 70% del total mundial. (GOLUB, 2005, p.44)

Segundo Fairbank⁴ (2007, p. 20), o império da dinastia Han (206 a.C.-220 d. C.) foi contemporâneo e maior que o Império Romano, tendo sido a China inquestionavelmente a maior civilização do mundo, não apenas em comparação a Roma, mas superior a Europa medieval. De 1000 a 1500 d.C., não havia comparação em termos de produtividade agrícola, habilidade industrial, complexidade comercial, riqueza urbana, padrão de vida, sofisticação burocrática e conquistas culturais que igualasse a Europa ao império chinês.

Até mesmo Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, reconhece o desenvolvimento das manufaturas e comércio chineses ao afirmar que “o aperfeiçoamento na agricultura e nas manufaturas parecem ter sido muito antigos também nas províncias de Bengala, localizadas nas Índias Orientais, e em algumas das províncias orientais da China” (SMITH, 1983, p. 54)

Ao constatar estas evidências comprovadas historicamente e que revelam a superioridade de uma China próspera e influente, parece perfeitamente possível admitir a

portugueses foram na verdade elaborados a partir da viagem da frota dos tesouros chinesa. Seu artigo publicado na Revista Bibliográfica de Geografia e Ciências Sociais, da Universidade de Barcelona (Vol. XI, nº 671, 25 de agosto de 2006) é uma versão à resenha da versão portuguesa do livro de G. Menzies. O artigo está disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-671.htm#1>

³ Andre Gunder Frank possui vários artigos e livros publicados sobre o Leste-asiático, entre eles “*Re-Orient, Global Economy in the Asian Age*”, University of Califórnia Press, 1998, e “*The World Economic system in Asia Before Europe Hegemony*” em *The Historian*, Vol. 56, n 2, 1994.

⁴ John King Fairbank é também um nome importante da escola americana de estudos em história da China. A referência para este trabalho é o recentemente publicado em português, “*China – uma nova história*” (2007) com atualização de Merle Goldman. Destacam-se ainda obras como “*The Chinese World Order*”.(1968) e “*The United States and China*” (1983), que servem de referência para vários autores.

idéia de que, além de dispensar uma eventual participação dos chefes de Estado europeus na inauguração da suntuosa capital Pequim, a China do início do século XV teria todas as condições de levar adiante um projeto de navegação e exploração de grande magnitude, tal como recuperado e analisado por Menzies em sua obra.

O que mais instiga na obra, nesse sentido, é justamente o fato de que, ao propor uma reavaliação da história, Menzies nos leva de volta ao passado, recuperando a história milenar de um país cheio de mistérios e riqueza, que alcançou um lugar de destaque no Leste Asiático e no mundo inteiro.

Essa era a China por volta dos séculos XIV e XV. Um país rico, próspero, dotado de uma superioridade sem precedentes em termos tecnológicos, científicos e, por que não, culturais. E que por isso exercia uma grande influência na economia mundial.

Quase cinco séculos depois, esta descrição também parece cada vez menos estranha à China dos dias atuais. Como sugere a revista britânica “*The economist*”, “desde que se juntou à Organização Mundial do Comércio em 2001, a China vem rapidamente se tornando uma força econômica, duplicando sua parcela na oferta mundial de manufaturas, provocando um *boom* no mercado de *commodities* e acumulando cerca de 1 trilhão de dólares em reservas”. (ZIEGLER, 2007)

Na mesma publicação, Ziegler, repórter chefe do departamento da revista em Tóquio, afirma que “os chineses estão muito atentos ao fato de que eles estão observando algo como um renascimento em sua história, um tipo de retorno à grandeza histórica”.

Os comentários justificam-se pelo fato de que, neste início de século XXI, a China volta a chamar a atenção do Ocidente. Atualmente o país emerge como o que mais cresce no mundo desde a década de 80. Com uma população de quase 1,5 bilhão de pessoas e um vasto território (cerca de 9.597.000 de km²), a China é hoje a oficina do mundo, liderando a produção de centenas de mercadorias. O país, que em 1995 respondia por apenas 5,4% da produção manufatureira mundial, atrás dos Estados Unidos (13,1%) e do Japão (12,1%), em 2005 já respondia por 13,1% da produção global de manufaturas, deixando para trás o próprio Estados Unidos, com 10%, e o vizinho Japão, com apenas 8,4% da produção mundial. (UNCTAD, 2007)

Não é exagero a surpresa com a quantidade de produtos “*made in China*” que encontramos em lojas e shoppings do mundo todo. Quando se verificam os dados, os resultados são surpreendentes, nos mais diversos segmentos produtivos. Na produção de artigos para fabricação de brinquedos, por exemplo, a participação da China é de 30,6% de

toda a produção mundial. No segmento de calçados, a China respondeu em 2004 e 2005 por 26,5% da produção mundial. Na produção de fios têxteis a participação da China ficou em 26,6% do total mundial. No caso de roupas femininas de algodão a China também lidera com 23,46% da produção mundial, deixando para trás países como Índia e México, com participações de menos de 5%⁵. (UNCTAD, 2007)

Surpreende também o fato de que a liderança chinesa não se restringe a manufaturas com baixo teor tecnológico. Na fabricação mundial de equipamentos de computador, por exemplo, que soma 10% das exportações chinesas, a participação da China na produção mundial entre 2004 e 2005 ficou em 26,13%. (UNCTAD, op. cit). Entre o total das exportações chinesas classificadas em bens primários, intermediários e finais, em 2002 a participação dos chamados bens finais (de consumo e de capital) já somam 60% das exportações chinesas, muito acima das exportações de bens primários (2,9%) e de bens intermediários (37,1%). (GAULIER et. alli., 2005)

O aumento da participação da China nas exportações mundiais é surpreendente. Se em 1980 as exportações chinesas somavam apenas US\$ 18.099 milhões de dólares, o que representava menos de 1% das exportações mundiais, em 2005, a China participa com nada menos que 7,3 % das exportações mundiais, perdendo apenas para Alemanha (9,3%) e para os EUA (8,68%), e à frente do Japão (5,7%), país que na década de 80 respondia por 6,7% das exportações mundiais. (UNCTAD, 2007)

Mas não são apenas as exportações que sustentam um crescimento médio de 9% ao ano desde a década de 80. Ao contrário do comumente propagado, a economia chinesa não é sustentada apenas por exportações, sob a liderança de empresas estrangeiras. O crescimento chinês tem forte apoio no rápido crescimento de firmas domésticas e um vasto e dinâmico mercado interno. Em regiões como Zhongguancun, a nordeste de Beijing, por exemplo, é possível observar, além de grandes universidades e institutos de pesquisa, diversas empresas de tecnologia e centros de P & D. Segundo Zhou (2008) nesta região o progresso tecnológico tem sido dirigido primariamente pela demanda doméstica, em detrimento da demanda para exportação. Mais de 85% da renda da região tem origem nas vendas de produtos e serviços no mercado doméstico. (ZHOU, 2008).

A importância da China no cenário internacional é percebida também no impacto que o país vem causando na demanda por commodities. Em 1980 a participação da China no total das importações mundiais era de menos de 1%. Em 2005, a demanda chinesa foi de 6,16% do

⁵ Os artigos citados seguem a classificação SITC-Revision 3. São elas: 894 - Baby carriage toy game sport good; 851 - Footwear; 651 - Textile yarn; 842 - Female clothing, woven. (UNCTAD, 2007)

total importado. Dentro desse montante importado destaca-se a demanda chinesa por matérias-primas. Em 2005 a China respondia por 22,36% do total de alumínio (primário) consumido no mundo, e por 21,4% do total de cobre refinado consumido. (UNCTAD, 2007). Em 2004 a China consumiu cerca de 47% do cimento mundial; e do total importado pelo mundo em algodão e minério de aço, à China corresponderam 27% do algodão e 43% do minério de aço produzidos em todo o mundo.

Os números revelam a importância da China hoje no cenário mundial e também dentro da região Leste Asiática. As dimensões do crescimento chinês não deixam dúvida sobre a posição de destaque que o país vem ocupando, sobrepondo-se em relação aos seus vizinhos asiáticos e tornando-se um caso único de ascensão econômica.

A capacidade de crescimento dos países localizados na Ásia e especificamente na região Leste Asiática parece não ser algo novo, haja vista a forte expansão do Japão, desde a década de 60, e, nos anos 80, dos chamados “Tigres Asiáticos” (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura). O desenvolvimento da economia mundial a partir da crise dos anos 70 parece ter providenciado um deslocamento espacial da produção em direção a Ásia mediante a necessidade de incorporação de novas áreas. Desse modo, levados pelo Japão, países como Coreia, Hong Kong e Taiwan puderam conviver com experiências bem sucedidas de crescimento econômico nos anos 70 e 80, levando a região Leste Asiática a alcançar um dinamismo econômico ímpar, comparativamente a outras regiões e países em desenvolvimento. Dinamismo que, a partir da década de 90, e até hoje, vem incorporando países até então excluídos dessa divisão regional do trabalho, como Indonésia, Filipinas e Malásia.

Diante desse cenário, a China vem inserindo-se internacional e regionalmente mediante um processo lento e gradual de abertura iniciado a partir do final da década de 70. Políticas de Estado nas áreas agrícola, industrial e de comércio exterior vêm sendo implementadas pelo governo chinês com vistas à incorporação da China na divisão internacional do trabalho e na consolidação de uma posição estratégica no cenário econômico mundial.

Hoje a China já ocupa uma posição de destaque, posição que de forma alguma poderia ser imaginada há menos de trinta anos atrás, quando o país se posicionava como uma típica economia periférica, sob diversos aspectos.

Essa posição de destaque alcançada pela China constitui o foco de atenção neste trabalho, cujo conteúdo é uma reflexão sobre os elementos que condicionaram a referida

trajetória. Essa reflexão desdobra-se em dois eixos de investigação. Um deles contempla os determinantes sistêmicos da situação exibida pela China, o que implica adotar uma perspectiva de análise ampla, que transcenda o objeto específico – o desenvolvimento econômico recente da China – em termos tanto temporais como espaciais. O outro eixo contempla os determinantes “internos”, vinculados, sobretudo, às iniciativas do Estado chinês no que concerne à formulação e implementação de políticas de crescimento econômico.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo faz-se uma recuperação teórica dos principais autores reunidos em torno de uma abordagem metodológica específica, baseada na priorização dos determinantes sistêmicos na explicação da atual ascensão chinesa. O capítulo divide-se em três seções que procuram identificar os principais conceitos e fundamentos em torno da abordagem dos sistemas-mundo.

O segundo Capítulo procura analisar a trajetória do desenvolvimento da China a partir da sua relação com as trajetórias de desenvolvimento regional e mundial. O capítulo está dividido em três seções principais definidas a partir da identificação de temporalidades de análise distintas, que procuram analisar a trajetória chinesa a partir de uma perspectiva histórica.

O terceiro e último capítulo analisa os determinantes específicos do sucesso chinês, relativos ao papel do Estado na trajetória da China no segundo pós-guerra. Neste capítulo as seções estão divididas em quatro principais, definidas a partir da identificação das principais reformas levadas a cabo pelo governo chinês.

As considerações finais são apresentadas na Conclusão, onde se procura detalhar a idéia de que as explicações para a atual ascensão econômica chinesa encontram-se na conjunção de elementos sistêmicos, a partir da existência de uma conjuntura mundial favorável ao desenvolvimento das economias asiáticas; e elementos específicos, resultantes de políticas claras de Estado, voltadas a uma inserção bem sucedida internacionalmente e ao crescimento de longo prazo.

CAPÍTULO I – ARCABOUÇO TEÓRICO: PERSPECTIVA DE ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO

1.1) Marco teórico e metodologia

Como se indicou na Introdução, o crescimento da economia chinesa nos anos recentes e, principalmente, a velocidade com que a China atingiu uma posição de destaque na economia mundial⁶ despertam tanto no ambiente acadêmico como na comunidade em geral o interesse pela identificação dos fatores que possam explicar este fenômeno. A maioria dos debates envolvendo a questão da ascensão chinesa tem se pautado por perspectivas de análise que, em muitos casos, restringem-se a recortes temporais e espaciais bastante limitados, recortes que, uma vez delimitados, servem às mais distintas perspectivas teóricas como pontos de partida na investigação dos determinantes do sucesso econômico chinês.

Como marco temporal, o que se percebe é a grande atenção dada ao início do processo de abertura da economia chinesa, no final da década de 70, quando Deng Xiaoping lidera a implantação de reformas econômicas e políticas que seriam responsáveis por uma mudança significativa na gestão das políticas e fundamentos macroeconômicos na China. Tais reformas comportam uma série de medidas (que serão detalhadas no capítulo 3) que, de certa forma, apresentam-se como resultado da disposição deste país, a partir do final da década de 70, em retomar relações comerciais com diversos países, inclusive os Estados Unidos. O objetivo era alavancar o crescimento econômico pela via, principalmente, das exportações e da liberalização da economia chinesa ao ingresso de capital estrangeiro.

Este tipo de análise geralmente se relaciona à percepção de que o processo de reforma da economia chinesa representa a desistência deste país em continuar optando pela via socialista, ou por um regime fechado e de Estado forte, com a subsequente inserção no capitalismo/liberalismo de mercado. Com efeito, a idéia de uma China que ascende na economia internacional a partir de uma opção pelo ingresso em processos de liberalização e globalização pode ser associada, segundo Medeiros (1999b), à visão ortodoxa do desenvolvimento. Perspectiva representada principalmente pelos estudos do Banco Mundial, que tendem a entender o atual crescimento chinês como reflexo de uma postura de abertura

⁶ Em 1980, o PIB chinês, (GDP, *Gross Domestic Product*) baseado na paridade poder de compra (PPP) per capita era de 418.057 milhões (US\$). No ano 2000, esse valor já atingia os 3,913.256 bilhões (US\$). (IMF) *International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2007.*

econômica (relacionada à “adoção” absoluta por parte da China dos preceitos do capitalismo liberal: criação de instituições tipicamente de mercado e liberalização dos preços).

Outras perspectivas de análise privilegiam esse recorte temporal (a partir de 1978). Uma delas, segundo Medeiros (op. cit.) seria a da escola institucionalista, que identifica no gradualismo incrementalista das reformas a explicação do sucesso chinês (regime de contratos com produtores agrícolas e papel da pequena indústria). Cabe assinalar que um primeiro olhar sobre estas perspectivas de análise nos remete inevitavelmente à década de oitenta, quando da ascensão dos chamados Tigres Asiáticos⁷. Percebe-se uma tentativa de transpor aquelas interpretações para o caso chinês, entendendo que o atual sucesso econômico desse país encontra explicações, assim como se aceitava para os Tigres Asiáticos nos anos 80, em questões ligadas à inovação, investimentos massivos em educação e às políticas bem sucedidas de liberalização dos mercados.

So e Chiu (1996) discutem algumas dessas linhas de análise sobre a ascensão do Leste Asiático ressaltando que algumas das mais influentes situam-se numa perspectiva neoclássica. Balassa (1998), por exemplo, considerava que as chamadas NIEs (*new industrializing economies*) adotaram determinadas políticas de exportação devido à existência de um sistema estável de incentivos, de limitada intervenção governamental e de aliança com o capital privado, e, por isso, conseguiram apresentar taxas altas de crescimento na década de 80.

So e Chiu chamam a atenção, sobretudo, para o seguinte: apesar de essas perspectivas oferecerem contribuições para o entendimento da situação do Leste Asiático (dentro deste o caso Chinês), todas sofrem de um mesmo e grave problema:

Cada perspectiva restringe a unidade de análise, limitando-a ao estudo das nações (...) [e] essas perspectivas frequentemente adotam um curto tempo histórico. (SO e CHIU, 1996, p. 473)

De fato, para além do debate teórico observado entre as distintas perspectivas, principalmente envolvendo economistas, o que se percebe na grande maioria é justamente a utilização de um recorte temporal bastante curto. Para o caso chinês as abordagens geralmente não recobrem mais que vinte anos.

⁷ Durante a década de 80 e 90, numa direção absolutamente contrária a tendência de crise em diversas economias centrais e periféricas, países como Japão, Coréia do Sul, Taiwan e Hong Kong, apresentaram um desempenho econômico bastante elevado liderados principalmente pelo sucesso japonês. Tal crescimento, num contexto aparentemente limitador foi objeto de estudo de diversas correntes teóricas, na busca pela explicação daquele sucesso. (ARRIGHI, 1997)

Não é sem razão que se tenda à adoção de um tempo histórico tão curto no caso da China. Como se indicou, é apenas por volta do final da década de 70 que este país começa a apresentar dados cada vez mais representativos sobre o crescimento das exportações e do produto interno bruto, alcançado patamares como o dos atuais 10% ao ano em 2006.

Entretanto, seria este recorte temporal suficiente para uma compreensão abrangente sobre os determinantes do atual sucesso chinês? Em que medida esta delimitação analítica consegue apreender processos em um país com a complexidade e a história milenar da China? Pode um olhar confinado às ocorrências em um tempo tão breve, de algumas poucas décadas, captar as transformações sofridas pela China e pelo Leste Asiático nos anos recentes?

Antes de avançar nestas questões retomaremos a outra limitação que, segundo So e Chiu, costuma permear as diversas perspectivas de análise sobre o Leste Asiático. Esta se relaciona ao recorte espacial adotado, assunto que leva a outros questionamentos acerca da unidade de análise.

Segundo os autores, as abordagens mais tradicionais tendem a utilizar unidades de análise definidas a partir dos países e nações. Ou seja, quando se estuda, por exemplo, o Leste asiático, há geralmente uma tendência a limitar a pesquisa ao nível nacional, para cada um dos países que compõem a região. Fala-se assim, por exemplo, dos determinantes do desenvolvimento japonês e dos determinantes específicos do crescimento sul-coreano, entre outros, sem levar em consideração, de modo adequado, a influência mútua entre os países dessa região e muito menos a inserção desta na economia mundial. O mesmo acontece em estudos sobre o caso específico da China. Observam-se tentativas de explicação sobre a ascensão deste país, desvinculadas de considerações tanto sobre o desenvolvimento do Leste Asiático como sobre a inserção chinesa na economia mundial.

Claro que muitas análises destacam as influências externas do sucesso chinês, ressaltando, por exemplo, o grande afluxo de IDE neste país principalmente a partir da década de 90⁸ e a velocidade com que se expandiram as exportações, mas, ainda assim, a unidade de análise escolhida se restringe às fronteiras delimitadas pelos Estados Nacionais. Examina-se o Estado Nacional, em si, sem levar em conta, com as correspondentes conseqüências analíticas, o fato de que tal Estado integra uma estrutura mais ampla, mundial, cujos processos necessariamente afetam o que ocorre no plano nacional. Desconsiderar essas interações leva necessariamente, portanto, ao empobrecimento das análises.

⁸ De acordo com Salas, a partir do *National Bureau of Statistics (China Statistical Yearbook, 2005)*, em 1992 a China recebia cerca de 20 milhões dólares em IDE. Em 2005 esse montante já passa para mais de 70 milhões. (SALAS, 2007)

Forma de abordagem que dá ênfase – mais do que isso, preconiza – aos processos estruturais é a que ganhou notoriedade sob a designação de “análise dos sistemas-mundo”, cuja liderança intelectual é exercida por Immanuel Wallerstein, mas que congrega diferentes pesquisadores e tem como alicerce essencial, no terreno da história, o pensamento de Fernand Braudel.

No círculo de pesquisadores em torno da problemática dos sistemas-mundo, os mais divulgados estudos sobre a trajetória de países no âmbito do sistema mundial são da autoria de Giovanni Arrighi. Assim, a argumentação desse capítulo sobre a necessidade de adoção dessa unidade de análise para a compreensão da situação de um Estado nacional particular, que transcenda esse próprio Estado, começa com uma sistematização das idéias de Arrighi. Depois se recorre a Wallerstein, cuja contribuição é inspirada, pode-se dizer, nas análises de Braudel sobre o capitalismo.

1.2) A análise do sistema-mundo: o problema da mobilidade dos países na estrutura hierárquica de Estados.

Alguns autores têm procurado entender os processos e fenômenos econômicos a partir da utilização de uma perspectiva de análise que procura ampliar as noções de tempo e espaço para além de delimitações temporais recentes e restritas às fronteiras dos Estados Nacionais. Em “*A ilusão do desenvolvimento*” (ARRIGHI,1997), Giovanni Arrighi apresenta uma sistematização que serve de base para a sustentação dessa perspectiva, procurando apresentar sua visão acerca da existência de um único sistema mundial, formado por uma estrutura hierárquica de Estados.

O principal argumento desse autor é justamente a idéia de que a economia mundial capitalista é representada por uma estrutura de Estados fortemente hierarquizada que determina a posição dos países em níveis mais altos (países centrais ou de núcleo orgânico) e mais baixos da hierarquia (países periféricos). Metodologicamente, o que se procura aqui é resgatar da fundamentação teórica de Arrighi a atenção dada por este autor à idéia de que todo processo de desenvolvimento ou ascensão, em qualquer país da economia capitalista mundial, deve ser analisado levando-se em consideração àquela estrutura hierarquizada de Estados. A razão é que esta acaba por moldar a economia capitalista e, em grande medida, submeter os

Estados Nacionais ao seu próprio movimento, ainda que estes possuam uma margem de manobra significativa e possam influenciar este processo.

Segundo Arrighi, a estrutura de Estados está dividida em três zonas principais: o chamado núcleo orgânico, representado pelos países que comandam atividades cujas recompensas agregadas incorporam a maioria dos benefícios globais da divisão mundial do trabalho, países, portanto, situados no topo da hierarquia de Estados; a zona periférica, formada por países que comandam atividades que incorporam pouco ou nenhum benefício da divisão mundial do trabalho, localizados, portanto, no ponto mais baixo da hierarquia; e a chamada zona semiperiférica, que seria o conjunto dos Estados/países que, graças a uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e de periferia, exercem o poder de evitar o rebaixamento, mas tem pouco poder para melhorar sua posição, países, portanto, situados em uma posição intermediária na hierarquia de Estados.

De acordo com Arrighi, os países que pertencem à zona semiperiférica, embora consigam se aproximar em alguns aspectos das condições típicas dos países do núcleo orgânico, não conseguem consolidar sua ascensão e passar de forma definitiva para o “andar superior”, o que revela as limitações presentes em uma estrutura de Estados fortemente hierarquizada que forma o sistema mundial e a conseqüente dificuldade de que algum país consiga romper esta estrutura, ainda que os movimentos de ascensão e declínio sejam parte normal do processo.

A exploração do conceito de semiperiferia mostra-se bastante útil ao autor, na medida em que a identificação dessa zona intermediária como uma estrutura específica no âmbito da economia mundial, bem como a comprovação empírica de sua estabilidade ao longo dos anos, serve como evidência de que, ao contrário de algumas teses (da dependência e da modernização, por exemplo), este não seria um estágio passageiro rumo ao “desenvolvimento”, mas sim uma zona estrutural da economia mundial que responde ao movimento determinado pelo sistema mundial.

Considerar a existência dessa estrutura hierarquizada de Estados é fundamental para a delimitação metodológica do estudo proposto neste trabalho, qual seja, a abordagem da ascensão da China na economia mundial capitalista. Isto porque, ao ampliar a perspectiva de análise, estaremos investigando não apenas as diversas medidas implementadas neste país com vistas ao crescimento econômico, mas também a medida em que o sucesso dessas políticas vai ao encontro de uma inserção bem sucedida em um momento específico da trajetória da estrutura hierárquica de Estados da economia mundial.

A importância dessa capacidade dos Estados de tirar proveito de sua margem de manobra e a capacidade política para influenciar seu lugar na hierarquia mundial – como fez a China através de uma série de políticas econômicas - é clara e bastante significativa. Mas, ela apenas revela-se bem sucedida quando toca naquilo que Arrighi define como traço essencial na determinação da posição dos países na hierarquia mundial, qual seja, a participação dos países na divisão internacional do trabalho. Esta participação, por sua vez, relaciona-se à forma como as economias dos diversos países lidam com os desafios relacionados ao acirramento da competição e à busca constante por inovações; estes são os principais elementos analisados por Arrighi na tentativa de definir os determinantes da estrutura de Estados, bem como os movimentos e a relação entre as três zonas da economia mundial.

Segundo aquele autor, o mais importante no entendimento das relações núcleo-orgânico periferia e da posição semiperiférica é pressupor que os atores econômicos não aceitam a competição como um dado, e procuram constantemente transferir a pressão da competição de si próprios para outros atores. O resultado dessa transferência é que os chamados “nós” ou atividades econômicas de cada uma das cadeias de mercadorias⁹ “tende a se polarizar em posições que transfiram as pressões da competição para outro lugar (atividades típicas do núcleo orgânico) e posições para as quais essa pressão se transferiu (atividades periféricas)”. (ARRIGHI, 1997, p. 146)

Ou seja, a transferência da pressão competitiva para outras áreas faz com que, embora haja alguma melhora em termos de rendimento agregado, nas zonas periféricas ou semiperiféricas, esta melhora nunca é maior do que as vantagens obtidas pelas áreas de núcleo orgânico, decorrentes da eliminação da pressão competitiva. Tais vantagens representam benefícios na divisão internacional do trabalho, benefícios estes que tendem a se concentrar mais em áreas que conseguem levar adiante atividades inscritas em um ambiente livre de pressões competitivas, em detrimento daquelas áreas onde a competição acaba por dificultar ou impedir a absorção dos benefícios¹⁰.

⁹ O conceito de cadeias mercantis será discutido mais profundamente na sessão seguinte.

¹⁰ Esta idéia de transferência das pressões competitivas observada por Arrighi baseia-se no pensamento de Schumpeter(1945) acerca dos processos de inovação e destruição criativa. Segundo este autor as inovações orientadas pelo lucro são essências para o capitalismo, pois representam fonte imediata de ganhos para uns e ao mesmo tempo perda para outros. Segundo Arrighi, Schumpeter dividiu o processo de destruição criativa, ou seja, inovação seguida de uma destruição das velhas formas de produzir, em duas fases, a fase da revolução e a fase da absorção dos recursos. Nessas duas fases tem-se, primeiro, uma rápida prosperidade dada pelos ganhos advindos da inovação, e, posteriormente, quando esta fase se completa, a eliminação de elementos antiquados da estrutura industrial e uma conseqüente depressão em lugar da prosperidade. O que faz Arrighi é afirmar que, da mesma forma que os processos que envolvem inovação podem ser separados no tempo(ou seja, um refreamento da competição num primeiro momento e um acirramento da competição num segundo momento – na medida em que todos procuram alcançar os novos níveis de produção) eles também podem ser agrupadas no espaço.

Nesse sentido, o resultado do deslocamento das pressões competitivas implica segundo Arrighi em um jogo de soma zero,

A ascensão de uma atividade ao status de núcleo orgânico implica o declínio de uma ou mais atividades ao status de periferia, assim o sucesso de uma empresa em melhorar suas combinações de atividades de núcleo orgânico sempre implica um rebaixamento mais ou menos generalizado das combinações de outras empresas. (ARRIGHI, 1997, p. 150)

Além da capacidade de transferir a pressão competitiva para outras áreas, Arrighi ressalta também que a manutenção de uma posição privilegiada na hierarquia de Estados depende em grande medida da capacidade de resposta dos agentes (empresas) às pressões competitivas, através de mudanças, reestruturações e migração para atividades que são menos competitivas. Essa capacidade de transferir pressões e responder de forma eficaz à competição tem uma forte relação com a herança (o conhecimento passado acumulado) de determinada empresa nesses processos, tanto inovativos quanto de reestruturação e mudança.

Todas essas vantagens adquiridas por determinado grupo situado principalmente na zona do núcleo orgânico reforçam, nesse sentido, a tendência a uma polarização do que Arrighi chama de capital de núcleo orgânico, em empresas que conseguem evitar a pressão competitiva, e, no outro extremo, entre aquelas que sofrem as conseqüências da competição (capital periférico). Esta diferenciação, entretanto, não representa, por si só, uma distribuição espacial da zona do núcleo orgânico e da zona periférica, uma vez que o capital do núcleo orgânico pode por vezes se localizar na zona periférica, fugindo dos altos custos de remuneração salarial observados nas zonas de núcleo orgânico.

Embora a determinação da posição dos países na hierarquia mundial dependa essencialmente dos aspectos econômicos e da ação dos agentes (empresas) através da luta pela inovação e transferência da pressão competitiva, os Estados podem atuar e atuam sobre o movimento econômico e sobre esta constante transferência e mudança da divisão internacional do trabalho. Segundo Arrighi

Como cada Estado tem jurisdição formal sobre o movimento das mercadorias, bens, força de trabalho, e energias empresariais além e dentro de suas fronteiras, cada Estado pode, em algum grau, agir sobre as modalidades pelas quais a divisão social do trabalho opera. Restringindo ou aumentando a liberdade de assumir ou iniciar atividades econômicas específicas, os Estados podem melhorar algumas atividades para fazê-las atingir o status de núcleo orgânico e rebaixar outras ao status periférico

representando uma transferência espacial decorrente dos processos inovativos relacionados a competição nas estruturas industriais. (ibdem, p. 148)

– isto é, eles podem agir sobre a própria estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial. (IBDEM, p.152)

Embora os Estados possam agir no sentido de transferir pressões competitivas e tentar ampliar suas atividades de núcleo orgânico, estas ações encontram limitações, relacionadas principalmente à existência de outros Estados e do poder de todos em estabelecer políticas e ações nesse sentido. A situação de um Estado é sempre influenciada pela capacidade de atuação de outros Estados.

Como foi dito, a questão principal envolvida na definição ou composição econômica dentro de um país é a capacidade dos agentes de atrair e desenvolver vínculos orgânicos com o capital do núcleo orgânico. Nessa perspectiva, é possível admitir que os Estados, tal como as empresas e os agentes econômicos, utilizam seu conhecimento e sucesso acumulado para levar adiante tanto incentivos às inovações como respostas eficazes às pressões competitivas, criando uma série de condições que acabam por influenciar na polarização do sistema hierárquico de Estados. Com efeito, seja controlando o acesso às principais cadeias de mercadorias a escoadouros que garantam melhor remuneração, seja fornecendo infra-estrutura e serviços exigidos por atividades típicas de núcleo orgânico, ou ainda criando condições políticas favoráveis, os Estados de núcleo orgânico conseguem atrair o capital de núcleo orgânico, localizado tanto dentro de sua própria jurisdição como localizado nas zonas periféricas.

Já os Estados das zonas periféricas – e também da zona semiperiférica - dificilmente conseguem tirar proveito de sua única vantagem, custos baixos, seja porque o poder de barganha dos países de núcleo orgânico é maior (dado maior numero de países periféricos), seja porque,

no ambiente típico da zona de núcleo orgânico – caracterizado por mercados remunerados, infra-estruturas e serviços eficientes e um clima político favorável à empresa capitalista – os custos altos não são um obstáculo, mas sim um incentivo ao fluxo contínuo de inovações que é necessário para reproduzir o status de zona do núcleo orgânico. Em contraste, no ambiente típico da zona periférica – caracterizado por mercados fragmentados e descontínuos, infra-estrutura e serviços ineficientes e um clima político frequentemente desfavorável à capacidade empresarial capitalista – os custos altos são incapazes de sustentar inovações, enquanto que os custos baixos simplesmente oferecem um incentivo para organizar atividades periféricas.” (op. cit, p. 156)

Segundo Arrighi o resultado é que

Os Estados de núcleo orgânico e o capital do núcleo orgânico tendem a desenvolver uma relação simbiótica que aumenta a capacidade recíproca de consolidar e reproduzir sua associação a atividades mais típicas do núcleo orgânico. O inverso dessa tendência é a incapacidade endêmica dos países periféricos de fugir de sua associação a atividades predominantemente periféricas. (op. cit, p.157)

As mesmas tendências que reforçam a polarização e reproduzem continuamente as zonas de núcleo orgânico e de periferia aplicam-se à zona semiperiférica. No entanto, a combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e de periferia oferece aos Estados semiperiféricos a oportunidade de resistir à periferização explorando suas vantagens de receita diante dos Estados periféricos e suas vantagens de custo diante dos Estados de núcleo orgânico.

As tentativas dos Estados semiperiféricos em passar a uma condição superior são reais e se manifestam em diversos aspectos, seja na tentativa de isolar as pressões competitivas, fortalecendo vínculos que ligam atividades de núcleo orgânico e de periferia dentro de seu território, seja seguindo a política de explorar as vantagens de custo frente ao núcleo orgânico. Nessa tentativa, segundo Arrighi, o ideal seria proteger as atividades de núcleo orgânico dentro das fronteiras dos Estados semiperiféricos e intensificar a competição nas atividades de núcleo orgânico, localizadas fora de suas fronteiras.

Em todas essas tentativas o papel do Estado é muito importante. Entretanto, como foi dito, ele esbarra em limitações quase estruturais que fazem com que a mobilidade passe a ser considerada uma exceção à regra. Segundo Arrighi,

Na medida em que os estados semiperiféricos conseguem isolar as atividades típicas de núcleo orgânico, localizadas dentro de sua jurisdição, das pressões competitivas mundiais, eles também as privam das vantagens de operar num espaço econômico mais amplo e do incentivo de gerar o fluxo contínuo de inovações que sozinhas, a longo prazo, podem reproduzir posições de núcleo orgânico. Na medida em que os Estados semiperiféricos conseguem ressaltar as vantagens de custo de locais dentro de sua jurisdição, os produtores da zona semiperiférica podem efetivamente competir com os produtores da zona do núcleo orgânico. Essa competição, no entanto, longe de melhorar a combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia, é um dos mecanismos que transformam as atividades de núcleo orgânico em atividades periféricas e mantém a combinação daquela zona mais ou menos igual. (op. cit., p. 158)

Ou seja, as tentativas encontradas pela semiperiferia esbarram no próprio movimento estrutural do sistema estatal, na medida em que as ações da semiperiferia visando mediar este movimento (através de políticas de atração e controle do capital de núcleo orgânico), acaba por gerar situação em que este capital não encontra um ambiente propício para processos

inovativos, capazes de levar ao estabelecimento de atividades típicas das zonas de núcleo orgânico.

Embora pareça um jogo sem saída, Arrighi não exclui a possibilidade de ascensão, ou seja, de que Estados semiperiféricos, individualmente, possam melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia, até se tornarem Estados de núcleo orgânico, nem que Estados periféricos possam passar para a condição de semiperiféricos. Buscando uma combinação particularmente inovadora de políticas econômicas e/ou beneficiados por uma conjuntura econômica mundial que lhes dê uma forte vantagem competitiva, é possível reverter posições estruturais. Segundo o autor, essas transições devem ser consideradas não apenas como possibilidades reais, mas também como um mecanismo chave de reprodução das três zonas separadas da economia mundial.

Através de uma análise empírica dos dados relativos ao PNB per capita (que reflete as diferenças no comando sobre os benefícios totais da divisão mundial do trabalho) de diversos países ao longo de 45 anos (1938-1983), Arrighi pôde observar movimentos de ascensão e declínio de alguns países na estrutura de Estados da economia mundial.

Ao identificar a distribuição da população mundial entre as três zonas da economia e também o comportamento dessas zonas ao longo dos anos, o autor observa que os dados mostram uma manutenção das tendências polarizadoras na economia mundial, embora tenham ocorrido mudanças de intensidade e modos de operação. O resultado do período foi que, “enquanto o tamanho da periferia em relação ao tamanho do núcleo orgânico é, no começo da década de 80, mais ou menos o que era na década de 40, a distância entre as recompensas modais das duas zonas se ampliou consideravelmente”. Ou seja, apesar do tamanho das três zonas permanecer mais ou menos constante, a distância que separa essas zonas vem aumentando nos últimos anos. (ARRIGHI, 1997, p. 169-70)

Em relação aos Estados semiperiféricos, os dados mostram que, para além de todas as tentativas desses países em levar adiante projetos de desenvolvimento e ascensão, no final do período analisado estes permaneceram numa posição muito próxima a que estavam na década de 40. O que ocorreu foi que, no período entre 1938/50-1960/70, houve uma mobilidade descendente, que foi compensada por uma mobilidade ascendente de alguns países no período de 1960/1970-1975/83, de forma que se manteve uma estabilidade ao longo do período.

Essa mobilidade ascendente, por sua vez, encontra explicações muito mais relacionadas à conjuntura favorável do período do que a tentativas e ações de alguns Estados (como Japão, Coréia do Sul e Itália) de levar adiante medidas voltadas ao “desenvolvimento”.

Tais países de fato conseguiram galgar posições na estrutura de Estados a partir da década de 60/70, mas este fenômeno de mobilidade ascendente representaria apenas um momento de mudança e reorganização relacionadas principalmente à reafirmação da hegemonia americana frente a um momento de intensificação da concorrência seguido daí. Segundo Arrighi,

Esse movimento pendular é facilmente interpretado à luz dos principais acontecimentos da economia mundial no período em exame. O evento central foi, sem dúvida, o estabelecimento da hegemonia dos Estados Unidos, que anunciou um conjunto de inovações tecnológicas e organizacionais de importância econômica mundial. As relações núcleo orgânico-periferia foram consequentemente revolucionadas [os Estados Unidos anunciam um conjunto de inovações tecnológicas e organizacionais de importância econômica mundial] e um novo padrão de centralidade estabelecido. Por algum tempo, os Estados Unidos (Estado e capital) empunhou a “arma realmente eficaz da competição”, para usar a expressão que emprestamos de Schumpeter. As pressões competitivas mudaram de modo descontinuo de um conjunto de atividades para outro, e a combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia da maioria dos Estados apresentou um rebaixamento correspondente.(ARRIGHI, 1997, p. 177-178)

Este rebaixamento generalizado da combinação de atividades representa o seguinte: uma vez que os Estados Unidos conseguiram levar adiante processos inovativos, as atividades típicas de núcleo orgânico começaram a migrar para outras, ligadas não mais apenas a atividades industriais, mas também àquelas relacionadas à busca por tecnologia, processos organizacionais e atividades financeiras. Isto promoveu um “*up-grade*” nas atividades típicas de núcleo orgânico. Diante desse processo, grande parte dos países ficou “para trás” ao não conseguir acompanhar e levar adiante processos inovativos que culminassem naquela diversificação de atividades, de modo que podemos falar em rebaixamento da combinação de atividades. Há a partir daí uma dificuldade inclusive de alguns países de núcleo orgânico manter sua posição, o que os leva à zona semiperiférica e ao acirramento da competição nessa última.

Segundo Arrighi é possível observar, nas décadas de 50 e 60, um acirramento da competição entre os países do núcleo orgânico e países tradicionalmente semiperiféricos, todos em busca da tecnologia, organização e *know-how* da potência hegemônica, e oferecendo uma oferta de mão-de-obra mais barata do que se poderia obter nessa última. Esse acirramento da competição na zona semiperiférica fez com que alguns países dessa zona fossem empurrados para a zona periférica, de modo que se pode falar em um rebaixamento generalizado.

Entretanto, o fato de alguns países terem sido rebaixados não significa que se tornaram membros efetivos dessa zona. Esta seria a razão pela qual se verifica que, após o período de

rebaixamento das décadas de 50 e 60, os países do núcleo orgânico tenham conseguido retomar suas posições na década de 70 (acompanhados de alguns poucos). Quando estes Estados voltam para sua “zona tradicional”, há uma redução das pressões competitivas na zona semiperiférica, o que explica uma mobilidade ascendente geral das camadas inferiores na década de 70.

Esta mobilidade ascendente generalizada que marca a década de 70 (onde se fala em milagre brasileiro, por exemplo) representa, segundo Arrighi, o resultado de uma aproximação dos níveis de industrialização. Processo ocorrido nos anos anteriores nas zonas semiperiféricas comparativamente aos níveis de industrialização dos países de núcleo orgânico (aproximação que se reflete inclusive em termos de melhoria dos níveis de PNB per capita e, conseqüentemente, em alguma perda de comando econômico dos Estados de núcleo orgânico).

Entretanto, embora tenha ocorrido de fato uma reaproximação, principalmente em termos de capacidade de industrialização de diversos países, o resultado geral deste movimento revela o seguinte: embora os níveis de industrialização tenham se aproximado, o comando econômico dos Estados de núcleo orgânico não diminui, ou seja, embora alguns países semiperiféricos tenham se aproximado em alguns termos dos países de núcleo orgânico, a capacidade de se apropriar dos benefícios e do capital de núcleo orgânico ainda continuou sendo liderada pelos Estados de núcleo orgânico. O que todo este movimento de fato revela é que pode ter ocorrido uma diminuição da tradicional correlação positiva entre atividades industriais e atividades de núcleo orgânico, ou seja, estas últimas passam a ser orientadas muito menos pelas atividades industriais, e muito mais por atividades do chamado “novo paradigma” como tecnologia da informação, serviços, etc.

Desse modo, o que antes representava uma correlação positiva se transforma em uma correlação negativa, ou seja, industrializar-se não significa mais um “passaporte” para a entrada na zona de núcleo orgânico, já que os próprios países de núcleo orgânico estão se desindustrializando. Isto explica a aproximação que marca a década de 70, ou os chamados milagres econômicos.

O importante a observar é que em termos de comando econômico a distância entre o núcleo orgânico e a periferia permaneceu constante. Como resume Arrighi, ocorreu que as atividades industriais estavam sendo periferizadas, ou seja, perdendo status de núcleo orgânico, e o que se chama de industrialização (e de desenvolvimento) representa muito mais uma reprodução da hierarquia da economia mundial. Isto seria um exemplo do que afirmamos

anteriormente sobre o modo de funcionamento da economia capitalista acerca da tentativa generalizada de capturar atividades de núcleo orgânico, que leva conseqüentemente a um acirramento da competição e a uma transformação dessas atividades em atividades periféricas.

Atualmente as atividades industriais têm grande participação nas atividades de núcleo orgânico, mas, como podemos perceber através dos processos de verticalização das empresas, estas atividades são cada vez mais deslocadas para zonas periféricas. Ao mesmo tempo, as atividades ligadas à elaboração, design e marketing, ficam restritas aos países tradicionalmente de núcleo orgânico formando assim uma divisão espacial/geográfica do trabalho em organizações corporativas transnacionais, como sugere Arrighi,

Nas organizações corporativas transnacionais, as atividades desenvolvidas em diferentes localidades nacionais são parte de processos integrados e combinados que tornam essas distinções irrelevantes, se é que elas são possíveis. A distinção relevante se dá entre atividades que envolvem tomadas de decisões estratégicas, controle e administração, pesquisa e desenvolvimento, por um lado, e atividades de pura execução, por outro. A zona do núcleo orgânico tende a se tornar o *locus* das atividades “cerebrais” do capital corporativo, e a zona periférica tende a se tornar o *locus* das atividades “de músculo e nervos”, enquanto que a zona semiperiférica tende a se caracterizar por uma combinação mais ou menos igual de atividades “cerebrais” e de “músculo e nervos”. (ARRIGHI, 1985b, p.275 apud op. cit., p. 187)

Nesse sentido, percebe-se que uma das críticas centrais de Arrighi é justamente em relação à tentativa de analisar processos de ascensão e “desenvolvimento” (que são normalmente relacionados a experiências de industrialização) de forma isolada. E não analisá-los como processos conjuntos de desindustrialização e industrialização que se combinam a uma aproximação da distância entre riqueza, poder e bem-estar entre Estados mais ricos e mais pobres.

Segundo Arrighi, as relações entre as três zonas, e principalmente entre o núcleo orgânico e a periferia, são perpassadas por uma desigualdade fundamental e auto-reprodutora, na distribuição da riqueza entre os Estados e povos da economia capitalista mundial, que reforça o aspecto estruturalista e determinista de suas conclusões. O argumento central do autor na explicação da dificuldade que os países da semiperiferia enfrentam para ultrapassar o “golfo intransponível” que os separa dos países do núcleo orgânico está no que ele chama de “riqueza oligárquica”. Tal conceito relaciona-se a um tipo de domínio sobre os recursos que não tem qualquer relação com a intensidade e a eficiência dos esforços de seus receptores e nunca está disponível para todos. Esse tipo de situação se dá por duas razões,

A primeira razão corresponde ao conceito de Emmanuel de troca desigual, mas se refere a trocas entre pessoas. Não podemos todos ter domínio sobre serviços e

produtos que incorporam o tempo e esforços de igual intensidade e eficiência média. Se alguém o tem, isso significa que uma outra pessoa está trabalhando por menos do que ele ou ela deveria controlar, se todos os esforços de igual intensidade e eficiência fossem recompensados igualmente. A segunda razão é que alguns recursos são escassos num sentido absoluto ou relativo, ou estão sujeitos a acumulação anormal ou aglomeração através do uso extensivo. Seu uso ou gozo, portanto, pressupõe a exclusão ou desaglomeração de outros, seja através de um sistema de correção de preços ou de racionamento e leva a formação de lucros ou quase-lucros.” Arrighi (1997, 216)

De acordo com Arrighi, a riqueza dos Estados do núcleo orgânico é análoga à chamada riqueza oligárquica, ou seja, “ela não pode ser generalizada porque se baseia em processos relacionais de exploração e processos relacionais de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial”. (ARRIGHI, 1997 p.217).

O que sugere Arrighi é, principalmente, que o capitalismo pressupõe um tipo de acumulação de riqueza em determinados países que só pode ser mantida mediante a absorção ou exploração da riqueza de outros, na medida em que a lógica da produção não compensa de forma igual aqueles que dispensam determinada quantidade de trabalho. Esta conclusão reforça ainda mais a defesa do autor da existência de um sistema mundial formado por uma estrutura hierarquizada de Estados.

A principal questão seria, assim, discutir em que medida os processos de crescimento econômico e desenvolvimento dos países, analisados normalmente de forma isolada e restrita ao âmbito nacional, fazem parte e são mesmo resultado de um processo mais amplo em que os Estados nacionais estão inseridos no que Arrighi denomina de hierarquia do sistema mundial. No caso do estudo proposto neste trabalho, a questão seria justamente discutir a atual ascensão econômica chinesa à luz de uma perspectiva metodológica que transcenda os limites do Estado Nacional chinês e procure compreender sua trajetória e seu desenvolvimento a partir de sua participação na estrutura hierárquica de Estados. Além disso, outra questão importante seria discutir em que medida essa estrutura pode ser modificada pela ação dos Estados Nacionais, via políticas econômicas orientadas para o crescimento. Isto significa analisar em que medida as políticas econômicas levadas adiante pela China nos anos recentes vêm contribuindo para que a China ascenda como um dos países que mais crescem no mundo, contrapondo aparentemente uma estrutura onde se posiciona fora do grupo dos países pertencente à zona de núcleo orgânico.

1.3) Unidade de análise: o sistema mundial como uma economia mundo capitalista

Como já apontamos anteriormente, a visão de Arrighi sobre a estrutura hierarquizada de Estados guarda forte relação – e pertence à respectiva tradição/orientação analítica – com a análise dos sistemas-mundo, cujo maior expoente é Immanuel Wallerstein.

A partir da abordagem de Arrighi, sobre a existência dessa estrutura, cabe avançar na orientação teórica e analítica desta pesquisa, apresentando e discutindo os conceitos de sistema mundial, economia-mundo e economia-mundo capitalista, instrumentos chaves na interpretação sobre a trajetória do mundo moderno. Wallerstein é um importante interlocutor de Arrighi na elaboração que este efetua sobre a estrutura mundial hierarquizada de Estados.

A proposta metodológica de Wallerstein chama a atenção, assim como o faz Arrighi, para a necessidade de se trabalhar com uma unidade de análise ampla, que englobe todo o globo em um único sistema mundial: a economia mundo capitalista. Para Wallerstein esta dimensão espacial é fundamental para a discussão dos processos econômicos e sociais no capitalismo, observados nos diversos Estados que compõem o sistema mundial. A proposta de utilização de uma unidade de análise ampla faz com que Wallerstein consiga ultrapassar o problema de limitação espacial e temporal, típica dos enfoques tradicionais, mencionados anteriormente.

Para instrumentalizar sua perspectiva analítica, Wallerstein lança mão do conceito de sistema histórico, que, segundo esse autor, serve como referência de análise mais adequada para o estudo da vida social, em detrimento à utilização de conceitos como “Estado” e “sociedade”, comumente utilizados nas perspectivas analíticas tradicionais. O conceito de sistema histórico refere-se a conjuntos de estruturas que abarcam não apenas processos econômicos, mas também políticos e culturais, que moldam a vida social ao longo do tempo. De fato, um sistema histórico só é um sistema por ser possível observar nessas estruturas processos internos que moldam sua trajetória, fazendo com que o sistema opere com relativa autonomia, ou seja, “funcione em essência em termos das conseqüências de seus processos internos” (WALLERSTEIN, 1999, p. 249). Dessa forma, um sistema histórico representa “uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais cuja totalidade mantém unido o sistema” (op. cit., p.250).

Este aspecto sistêmico encontra uma contrapartida temporal e, por isso, histórica, na medida em que um sistema histórico inicia-se em determinado período do tempo e chega ao fim, após percorrer uma longa trajetória ao longo tempo, a chamada longa duração das

estruturas sociais, definida por Fernand Braudel (1992). A identificação desta trajetória ao longo do tempo em termos espaciais é outro aspecto dos sistemas históricos, ou seja, o fato de podermos delimitar geograficamente a existência de um sistema histórico específico, ainda que um espaço em constante mudança. (WALLERSTEIN, 1999).

O caráter espacial de um sistema histórico refere-se à identificação de seus processos internos e das redes econômicas em áreas geográficas específicas, que passam a fazer parte de um mesmo sistema. O que permite identificar espacialmente um sistema histórico é justamente sua característica mais essencial, isto é, “a existência de uma divisão do trabalho no seu interior, de tal modo que os vários setores ou áreas sejam dependentes de intercâmbio econômico com outros setores ou áreas para um abastecimento que, contínuo e desimpedido, atenda às suas necessidades” (Wallerstein, 2000, p. 74). Dentro do que podemos delimitar geograficamente como sendo um sistema histórico, inscreve-se uma extensa rede de processos produtivos onde a reprodução social está fortemente relacionada à divisão do trabalho observada dentro dos seus limites. Isto significa diferentes estágios dos processos produtivos, envolvidos na fabricação de uma mercadoria, que se distribuem espacialmente, formando uma extensa rede de divisão do trabalho onde cada estágio é responsável por uma parte de determinado processo produtivo.

Segundo Wallerstein, existem dois tipos de sistemas históricos. Um deles refere-se a unidades que apresentam processos internos próprios e caracterizam-se por serem entidades bastante pequenas tanto do ponto de vista espacial - com uma modesta abrangência geográfica - como temporal, com sua existência não percorrendo longas durações. Estas estruturas são denominadas por Wallerstein como mini-sistemas. Os mini-sistemas apresentariam ainda como lógica básica de funcionamento uma reciprocidade nos processos de troca e uma baixa polarização social, com distribuição dos benefícios econômicos pouco desiguais. (WALLERSTEIN, 1999)

O outro tipo de sistema histórico no qual podemos de fato identificar a existência de uma rede extensa de processos econômicos, políticos e culturais são os sistemas-mundo. Estas seriam entidades de grande escala e longa duração, que podem ser divididos em impérios-mundo e economias-mundo. Os impérios mundo caracterizam-se por possuir uma só estrutura política, cuja importância para a continuidade do sistema é fundamental, uma vez que a lógica básica de um império-mundo é justamente a capacidade de coerção política para a arrecadação de fundos (tributos) que são transferidos para o poder central (império) e redistribuídos entre aqueles que mantêm as estruturas desse sistema.

Já no caso das economias-mundo observam-se estruturas que não possuem uma única entidade política definida, mas múltiplas unidades que exibem integração econômica. Ao contrário dos impérios-mundo, onde há a necessidade de uma coerção direta para garantir a transferência de recursos que sustente o sistema, em uma economia-mundo as unidades econômicas por si mesmas agem nesse sentido, na medida em que o próprio funcionamento de seus processos internos pressupõe a desigual distribuição do excedente gerado nas redes produtivas em benefício de grupos de agentes que alcançam posições privilegiadas nos fluxos mercantis. De acordo com Hopkins e Wallerstein (1987), as economias-mundo

[seriam conjuntos] de processos de produção integrados, interligados numa contínua (através de sua evolução paulatina) divisão social do trabalho, que determinam de modo fundamental o comportamento social (ou a ação social) no interior de sua arena (suas fronteiras) ao longo do tempo. Essas fronteiras são, elas próprias, variáveis. As forças em operação (em conflito) dentro dessa arena social expressam-se, ou fazem surgir várias expressões institucionais, não somente como estruturas do local de trabalho, mas como 'estruturas' políticas e culturais. Uma economia-mundo é definida como o tipo de sistema-mundo em que as 'estruturas' políticas e culturais são múltiplas e em que as estruturas políticas e culturais que abrangem o sistema como um todo são muito menos tangíveis e imediatamente impositivas do que aquelas mais 'locais'. (HOPKINS e WALLERSTEIN, 1987, p. 764)

Wallerstein não é o único e nem foi o primeiro a empregar a noção de economia-mundo. De fato, Fernand Braudel (1996) fala sobre economias-mundo como sendo uma soma de espaços individualizados, econômicos e não econômicos agrupados por ela, representada por uma enorme superfície hierarquizada com limites definidos onde coexiste normalmente um centro/cidade que centraliza diversas relações econômicas entre indivíduos e agentes econômicos. (BRAUDEL, 1996, p. 14). Este autor reconhece a existência de economias-mundo tanto na região da Europa como fora dela, como as economias-mundo da região do Islã, da Índia e da própria China e Leste asiático, estruturas que se perpetuaram por centenas de anos.

Estas estruturas só podem ser compreendidas, segundo Braudel, a partir de uma perspectiva de longo prazo, ou seja, a partir de uma perspectiva histórica que consiga abarcar toda a complexidade da formação dessas estruturas. Recorrendo a esse autor, Wallerstein define uma perspectiva metodológica tendo como base, justamente, uma consideração clara das noções de tempo e espaço para o entendimento dos fenômenos econômicos e sociais modernos.

Braudel (1969) propõe uma metodologia de análise histórica que incorpore o que denomina de dialética da duração, que leva em consideração a pluralidade do tempo social. Esta seria, para o autor, uma forma de percepção da realidade que vai além dos fatos e eventos identificados de forma isolada por diversos historiadores e cientistas sociais. A longa duração estaria ligada à percepção de uma estrutura fortemente enraizada e que permanece mais ou menos intacta ao longo dos anos. Trata-se de formas de vida, cultural, econômica e social que perduram no tempo e que se alteram apenas de forma lenta e gradual. (BRAUDEL, 1969).

Raciocinar nesses termos não é algo trivial, pois, como assinala Christopher Lloyd (1995) as estruturas econômicas e sociais são formações misteriosas e ao mesmo tempo intangíveis, invisíveis e até mesmo incompreensíveis. Não obstante Lloyd aponta, na mesma direção que Braudel, a necessidade de identificar estruturas econômicas e sociais amplas e de longa duração, que, por sua vez, não são padrões de eventos, ações e comportamentos e nem podem ser reduzidas a fenômenos sociais. Estas “estruturas têm uma forma de existência estrutural que é ao mesmo tempo, relativamente autônoma, mas não distinta da totalidade dos fenômenos que ocorrem dentro delas”. (LLOYD, 1995, p. 23).

Crucial para o entendimento das estruturas e sistemas sociais propostos pela abordagem dos sistemas-mundo é considerar que “*Las ‘economias-mundo’ son cadenas extensas y desiguales de estructuras de producción integradas que se encuentran divididas em múltiples estructuras políticas*” (WALLERSTEIN, 1999, p.268). Braudel (1998) diz algo semelhante ao assinalar que a economia-mundo refere-se a “um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”. (BRAUDEL, 1998, P.12). Ou seja, uma economia mundo é formada por uma extensa rede de processos produtivos que se estendem pelas diversas unidades políticas através de uma divisão do trabalho entre os diversos elos da produção das mercadorias, como já assinalamos.

Um conceito chave que capta essa realidade é o de cadeia mercantil. Segundo Wallerstein e Hopkins (2000) o conceito de cadeia mercantil refere-se a uma rede de trabalho e processos produtivos cujo fim resultante é uma mercadoria acabada. Na construção de uma cadeia começa-se com o processo produtivo final e move-se sequencialmente para trás até alcançarem-se os primeiros processos produtivos que envolvem geralmente matérias primas básicas, passando pelos diversos elos que compõem os diferentes processos produtivos envolvidos nesse intervalo. (WALLERSTEIN & HOPKINS, 2000, p. 223). Para esses autores, esse conceito consegue descrever uma divisão do trabalho *trans-state*, ou seja, que

ultrapassa as fronteiras tradicionais dos Estados nacionais, diferenciando-se, assim de métodos tradicionais para a abordagem da organização produtiva mundial, em que, em geral há a tendência em traçar fluxos econômicos entre Estados, tais como comércio, migração ou investimentos de capital. (op. cit., 2000, p. 224).

Segundo Wallerstein, a existência de cadeias mercantis molda a existência de uma estrutura fortemente hierarquizada baseada na diferenciação das remunerações (salários e lucros), nos níveis tecnológicos e na escala de produção presentes nos diversos elos produtivos das cadeias envolvidos na produção de determinada mercadoria. Estes níveis de remuneração acabam determinando uma distribuição espacial da mais-valia global entre as diversas regiões que abrigam os elos das cadeias. Nessa distribuição, algumas regiões (centrais) acabam por se beneficiar de uma parcela maior do excedente global em detrimento de outras (periféricas). (WALLERSTEIN, 2001).

Como afirmamos acima, inspirado na abordagem de Braudel, Wallerstein procura compreender o capitalismo histórico como uma estrutura específica que se consolida temporal e espacialmente e onde se manifestam àquelas características típicas de uma economia-mundo. Nesse sentido a noção de economia-mundo desempenha papel central na abordagem de Wallerstein, já que o autor fala sobre o capitalismo histórico em termos de uma economia-mundo capitalista que surge na Europa Ocidental por volta do século XV e início do século XVI. Segundo o autor, embora tenham existido outras economias-mundo fora da Europa (China, Pérsia, Roma), como sugere Braudel, estas acabaram por se transformar em impérios-mundo. No caso da Europa, as técnicas do capitalismo moderno e a tecnologia da ciência moderna permitiram que aquela economia-mundo prosperasse e se expandisse, tomando uma dimensão cada vez mais ampla e deixando para trás os impérios-mundo, que, até então, predominavam como sistemas-históricos de maior amplitude.

A capacidade da economia-mundo capitalista ter assumido essa posição relaciona-se justamente ao fato de que, ao contrário dos impérios-mundo, este sistema histórico tenha contado com uma estrutura formada por vários e múltiplos sistemas políticos baseados em “um modo capitalista de produção, cuja característica definidora é a acumulação sem fim de capital” (Hopkins, Wallerstein, 1987, p. 764). Tal característica opera, por sua vez, a partir de um modo de operação baseado em uma lei básica, qual seja, a “lei do valor”. Esta lei relaciona-se à existência de um mercado onde há uma competição baseada em preços, em que os produtores tomam suas decisões baseados não no valor de uso de suas mercadorias, mas nos valores de troca, ou seja, na valorização das mercadorias estabelecida pelo mercado. Ao

mesmo tempo, os produtores procuram maximizar ao máximo seus próprios interesses em um ambiente competitivo. Na medida em que os processos ficam cada vez mais mercantilizados, todos passam a se ver impelidos a operar com base nessa lei, na medida em que, caso não o façam, arriscam-se a não conseguir vender seus produtos e serem expulsos do mercado. (op. Cit., p. 765).

Nesse sentido, quanto mais as atividades passam a ser mercantilizadas, mais prevalece a lei do valor e a característica essencial do capitalismo, isto é, a acumulação sem fim de capital, como resultado de um ambiente marcado pela competição e luta constante pela manutenção no mercado. A partir do estabelecimento dessas condições e também de instituições políticas que garantam o funcionamento desse sistema, a economia-mundo européia, onde se situam tais condições, consegue se consolidar, superando outros sistemas históricos, como os impérios-mundo, que, até então, apresentavam-se como estruturas amplas e de longa duração.

Essa expansão da economia-mundo capitalista européia foi resultado e ao mesmo tempo dependeu dos constantes processos de incorporação. Tal processo “envolveu expansão geográfica impelida por processos internos, pois o avanço deu-se em movimentos cíclicos de incorporação de novas áreas em resposta às necessidades de desdobramento espacial das cadeias mercantis” (Hopkins e Wallerstein, 1987, p. 765). Levado por sua lógica própria, orientada pela incessante acumulação de capital, este sistema histórico foi levado por um processo de auto-expansão que acabou por incorporar todo o globo nessa imensa rede de processos produtivos cada vez mais mercantilizados.

À medida que esse processo foi se consolidando, as cadeias mercantis expandiram-se através de Estados Nacionais e zonas geográficas, que, em geral, passavam a abrigar os elos menos rentáveis dessas cadeias, onde normalmente prevalecem baixos níveis de remuneração e tecnologia, tornando-se assim zonas periféricas com baixa capacidade de se beneficiar dos excedentes gerados nas relações mercantis. Tal expansão consolida, nesse sentido, uma estrutura marcada pela hierarquização e polarização entre regiões centrais, periféricas e semiperiféricas, que respondem por diferentes capacidades de apropriação dos benefícios da acumulação de capital ao longo da extensa rede de divisão do trabalho.

Como sustentam Hopkins & Wallerstein (1987) esse processo de incorporação é intrínseco ao desenvolvimento histórico do capitalismo. Seu papel foi e é essencial tanto para a formação da própria economia mundo capitalista como para a continuidade dos processos de acumulação de capital. De fato, segundo os autores, a economia-mundo capitalista só pode ser

sustentada se levar adiante a sua lógica intrínseca de acumulação de capital. Entretanto, esse próprio processo acaba por gerar forças corrosivas voltadas à desintegração da economia-mundo e à formação de uma estrutura política monopolista. Assim na argumentação dos autores, a expansão das fronteiras ao longo do tempo é um aspecto essencial da economia-mundo capitalista. Essa expansão das fronteiras é elemento crucial do processo geral de expansão da produção capitalista, tendo em vista sua importância nos processos de reestruturação e de enfrentamento das dificuldades de acumulação em momentos de crise e contração. (HOPKINS & WALLERSTEIN, 1987)

Com efeito, segundo os autores, o processo de incorporação de novas áreas na economia-mundo capitalista é um dos caminhos encontrados para a reestruturação do sistema quando ocorrem momentos de contração ou se vivenciam momentos finais dos ciclos de expansão. Assim, funcionam como uma saída para situações de baixa lucratividade e acirramento da competição. Essas situações são recorrentes na história do capitalismo, e a tentativa de superá-las passa por ajustamentos como: 1) realocação das velhas atividades produtivas; 2) início de novos ciclos produtivos; 3) redistribuição política da mais-valia para alguns segmentos da força de trabalho mundial; e 4) expansão das áreas geográficas incluídas na divisão do trabalho da economia-mundo capitalista. (HOPKINS e WALLERSTEIN, 1987, p. 768). Esta quarta medida envolve justamente os processos de incorporação, que, aliados as outras três, marcariam as tentativas de reestruturação do capitalismo na busca da superação dos momentos de contração e crise.

A lógica dos processos de incorporação de novas áreas tem a ver com o fato de que um dos principais aspectos que marcam os momentos de reestruturação da economia-mundo é, segundo os autores, a busca pela redução de custos de produção, de uma forma muito mais significativa do que a que se observa normalmente nos ciclos normais de negócios. A redução de custos de produção envolve tentativas de redução de gastos com força de trabalho e com custos de gerência e a redução da porcentagem de ambos, força de trabalho e custos de gerência, relativamente ao capital fixo (ou a chamada mecanização dos processos).

Normalmente a redução dos custos da força de trabalho se apresenta como o mais fácil mecanismo de resposta a períodos de recessão e pressão competitiva. De acordo com Hopkins e Wallerstein,

Redução de custos com força de trabalho é em si mesmo um rápido e fácil mecanismo de resposta a períodos de depressão e acirramento de competição. O começo dos ciclos de depressão da economia-mundo deve normalmente conviver com este tipo de tentativa. Esta tentativa ganha forma até que a realocação ou a redução de salários nas próprias zonas de produção originárias ganhem destaque.

Estas formas são simultaneamente alternativas e mutuamente auto-reforçadas. As empresas produtoras podem realocar-se a partir de zonas de altos-salários para zonas de baixos-salários. Esta tática de fuga tem sido parte da história da economia-mundo capitalista desde o princípio. Originalmente a forma geográfica de realocação se dava a partir de um deslocamento das áreas urbanas, onde os gastos eram maiores, para áreas rurais. Hoje, geograficamente essa realocação tem sido a partir das zonas centrais para as zonas periféricas. (HOPKING & WALLERSTEIN, 1987, p. 769-770)

Ou seja, os processos de incorporação de novas áreas, seja zonas rurais ou periféricas, funcionam historicamente como saídas recorrentes em momentos do capitalismo em que a oportunidade de produção a custo baixo, principalmente de mão-de-obra, pode ser um diferencial importante, diante do acirramento da competição e baixa lucratividade típicos desses momentos.

Além da realocação para áreas de menor custo salarial, outra forma de redução de custos do trabalho pode ser pela diminuição das taxas de salário reais nas empresas localizadas nas próprias áreas tradicionais de operação. Entretanto, esta tentativa pode resultar em diversos conflitos com a força de trabalho organizada nessas regiões, que agirão no sentido de evitar tais tentativas. Dessa forma, o sucesso “total” do esforço de redução de custos vai depender da força política da própria força de trabalho do local, combinada com o volume de custos que serão poupados com a utilização do primeiro processo, isto é, o de realocação para novas áreas. De um modo geral o que ocorre é uma redução geral dos custos do trabalho pela combinação dos dois métodos, isto é, o de realocação industrial e o de renegociação das taxas de salário das empresas do local.

Os processos de realocação nos anos recentes envolvendo intensificação da lógica da economia-mundo capitalista em distintas áreas têm mudando o mapa da produção mundial. Este, após sucessivos ciclos de depressão e sucessivas realocações, é desenhado não só pelas ações de empresas que se dirigem às novas áreas, mas também por setores da produção de uma mesma empresa, que passam a se localizar em diferentes localidades e regiões do mundo. Segundo Wallerstein e Hopkins essa realocação setorial é fundamental para a renovação dos ciclos produtivos e para dar início a processos inovativos nos países centrais. Isto porque a transferência de atividades antigas para regiões periféricas permite que nas zonas centrais haja uma dedicação exclusiva em levar adiante o desenvolvimento de novos produtos e novas formas de produzir, que por sua vez são monopolizadas por aqueles que conseguem levar adiante essa empreitada.

Na medida em que alguns grupos conseguem monopolizar os benefícios que surgem dos processos inovativos, observa-se uma situação de desigualdade nas áreas centrais. Isto

porque há um processo de realocação de oferta de emprego para áreas periféricas de mais baixo custo e, ao mesmo tempo, uma monopolização dos benefícios (em termos de lucro e salário) entre aqueles que conseguiram levar adiante processos inovativos. Assim, observa-se uma tendência à criação de conflitos de classes e também problemas de demanda efetiva relacionados ao desemprego nas zonas centrais.

É neste momento que se torna necessária a utilização da terceira medida de reestruturação, qual seja, o estabelecimento de algum tipo de redistribuição da mais valia global através de algum tipo de compromisso político, que consiga reverter os problemas de demanda efetiva. De acordo com Hopkins e Wallerstein (1987), este processo de redistribuição pode levar a uma realocação mundial dos recursos e criar um novo padrão global de demanda, que, combinada com os processos inovativos, pode promover a base para um novo ciclo de expansão da economia mundial.

Entretanto, existe a possibilidade de que esta medida não seja bem sucedida, ou seja, há o risco de que aquela distribuição da mais-valia global permaneça nas mãos de alguns poucos acumuladores, o que impede uma expansão considerável da demanda efetiva global e a conseqüente recuperação do ciclo de depressão. Nesse momento, entra em cena o processo de incorporação de novas zonas geográficas, como forma de restaurar a oferta global criando novas zonas de produção com baixo custo do trabalho, colocando novas possibilidades de expansão produtiva. De acordo com Hopkins e Wallerstein,

O simples mecanismo que talvez conclua [o processo de restauração] é a expansão global do escopo da economia-mundo capitalista, através da incorporação de novas áreas geográficas, o quarto passo deste processo. A incorporação tem o efeito de criar novas zonas de produção com baixo custo de trabalho, as quais nutrem simultaneamente a capacidade da economia mundo de expandir economicamente e possibilitam restaurar os níveis altos de acumulação que até então permaneciam nas mãos de alguns acumuladores. (HOPKINS & WALLERSTEIN, 1987, p. 771)

É importante ressaltar que os processos de incorporação podem ser observados e descritos a partir de mudanças principalmente nas zonas a serem incorporadas. Em geral, os processos de incorporação envolvem uma reestruturação das atividades da zona a ser incorporada de acordo com as necessidades da economia-mundo. Esta reestruturação envolve por sua vez uma transformação da esfera produtiva, com o desenvolvimento de atividades produtivas que serão essenciais a divisão do trabalho geral. Outra mudança importante é a transformação da esfera de governança, criando estruturas de Estado que funcionem como membros e seguidores das regras impostas pelo sistema interestatal.

1.4) Conclusão

Essa incursão nas contribuições de autores centrais da problemática dos sistemas-mundo permite compreender os fundamentos da crítica endereçada por So e Chiu (1996) aos estudos tradicionais sobre o Leste Asiático. Esses estudos, como já assinalamos, tendem a restringir o seu olhar ao interior dos países – como se os determinantes dos processos neles observados não transcendessem as suas fronteiras – e ao período em que tais processos são registrados ou percebidos – como se o tempo passado não tivesse influência nas situações observadas em quaisquer momentos da própria trajetória histórica.

O entendimento de que cada Estado participa do sistema interestatal de um modo que reflete o funcionamento do sistema como um todo, em termos seja políticos, seja econômicos, e a aceitação de que os diferentes Estados foram, na trajetória do capitalismo histórico, sendo incorporados pelos elos das cadeias mercantis expansivas - que vertebravam e vertebram o funcionamento da economia-mundo capitalista surgida na Europa Ocidental do século XVI - obrigam discutir a situação de cada integrante do sistema considerando uma unidade de análise muito mais abrangente do que o tempo presente e o espaço da nação. Esse é um ensinamento básico das contribuições de Arrighi e Wallerstein, tendo como inspiração o pensamento de Braudel sobre o capitalismo.

A situação de cada Estado-Nação, sua posição na rede hierarquizada de Estados, seus movimentos de ascensão ou declínio, guardam necessária relação com o funcionamento do sistema-mundo capitalista e seu processo de expansão. O estudo de qualquer fenômeno econômico ou social observado dentro das fronteiras dos Estados Nacionais não pode, portanto, deixar de lado o fato de que existe uma estrutura, um sistema mundial, que cobre todo o globo, desde – como defende Wallerstein – o final do século XIX.

Claro que, conforme já assinalado, os Estados não são passivos. Como diz Arrighi (1997), “cada Estado pode, em algum grau, agir sobre as modalidades pelas quais a divisão social do trabalho opera” (p. 152). A política, nas suas várias modalidades e desdobramentos, aparece sempre por trás dessas ações. Assim, é também necessário, ao se estudar a situação de cada Estado específico, levar em conta o papel do protagonismo nacional na modelagem do quadro observado. Cada situação aparece, assim, como resultado de interações de forças diversas, devendo-se, contudo, ter clareza sobre as implicações do que Arrighi indica com a seguinte advertência: “o poder que cada aparato de Estado tem de dar forma às relações núcleo-orgânico periferia é sempre limitado pelo poder que os outros Estados têm de fazer o

mesmo e, sobretudo, pelas pressões competitivas geradas continuamente pelas inovações econômicas” (op. cit., p.153). Ou seja, há margem de manobra, mas cada Estado é confrontado pela estrutura.

Nesse sentido, no estudo proposto neste trabalho pretende-se utilizar esta perspectiva teórica e analítica para analisar um fenômeno recente da economia mundial, qual seja, a ascensão da China na economia-mundo como a potência econômica que mais cresce no mundo hoje.

A questão que percorre o desenvolvimento deste trabalho é, justamente, a busca pelos determinantes do atual sucesso econômico chinês partindo da idéia de que este Estado Nacional está inserido na economia-mundo capitalista e que, por isso, sua trajetória guarda relação com a trajetória do desenvolvimento do próprio sistema capitalista. Assim, pretendemos discutir esse país à luz da análise do desenvolvimento histórico da economia-mundo capitalista, com o intuito de encontrar respostas que possam explicar os porquês de um crescimento tão surpreendente como o que observamos na China atualmente.

Como veremos, a adoção de uma perspectiva de análise de longo prazo nos leva ao encontro de uma China que, antes de ser incorporada pela economia-mundo européia, despontava como o país mais influente no mundo e que fazia parte de uma estrutura complexa formada pela economia-mundo leste asiática. Estrutura que, por volta da segunda metade do século XIX, acaba sendo incorporada pela lógica de expansão da economia-mundo européia capitalista, levada adiante pela potência hegemônica inglesa.

Após uma série de movimentos percorridos pela trajetória de desenvolvimento do capitalismo histórico, este mesmo país parece emergir como uma grande potência, como em um movimento cíclico.

CAPÍTULO 2 – A CHINA E O LESTE ASIÁTICO EM FACE DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: CONTORNOS DA TRAJETÓRIA

Como visto no capítulo anterior, a perspectiva de análise proposta neste trabalho encontra respaldo teórico nas idéias defendidas por autores expoentes da chamada abordagem dos sistemas-mundo. Esses autores - Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein – privilegiam uma perspectiva de análise que, talvez antes de tudo, coloca ênfase em dimensões temporais de grande amplitude, como observado. Além do aspecto temporal, há uma preocupação também com o aspecto espacial, materializada na adoção de conceitos como economia-mundo e economia-mundo capitalista, estruturas em que se inserem unidades menores, como Estados Nacionais e sociedades, tomados normalmente como pontos de partida no estudo dos fenômenos econômicos e sociais. Como vimos, esta preocupação baseia-se na percepção de que a dinâmica do presente sistema histórico, qual seja, a economia-mundo capitalista, foi levada, mediante processo de incorporação, a cobrir o mundo todo em uma única lógica, relativa à acumulação incessante de capital.

A proposta deste trabalho, voltada à investigação dos determinantes da atual ascensão econômica chinesa, tem como fio condutor a idéia de que a trajetória de desenvolvimento de um Estado Nacional específico guarda forte relação com o todo no qual está inserido. Assim, procura-se investigar a trajetória percorrida pela China, assinalando a relação desta tanto com a estrutura da região na qual está inserida (o Leste Asiático) como com o desenvolvimento da economia-mundo capitalista. Trata-se de examinar as relações históricas entre estas estruturas (China, Leste Asiático e economia-mundo capitalista), procurando observar como a China vem se relacionando com a “sua” região e com o Ocidente ao longo dos anos.

Considerar essas relações pressupõe avançar ao longo de uma temporalidade que vai além do tempo breve e dos eventos recentes. Implica incorporar a perspectiva da longa duração e da dialética temporal, proposta por Braudel, pois tal procedimento permite identificar aspectos estruturais da trajetória histórica tanto da própria sociedade chinesa como da economia-mundo capitalista.

Adotando a perspectiva da longa duração proposta, Giovanni Arrighi (1994) procura operacionalizar a referida noção no estudo dos fenômenos econômicos e sociais por meio do conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Tais ciclos representam construção analítica que compreende, de fato, a tentativa de encontrar padrões de recorrência ou movimentos seculares ao longo da história da economia-mundo capitalista.

Um ciclo sistêmico de acumulação alterna épocas de expansão material com fases de renascimento e expansão financeira. A idéia surge da interpretação braudeliana com respeito às características essenciais da história do capitalismo, qual seja, a flexibilidade ilimitada e a capacidade de mudança e de adaptação (BRAUDEL, 1982, p. 433 apud ARRIGHI, 1994, p. 4). Estas características essenciais apresentam-se por sua vez como uma reafirmação da fórmula geral proposta por Marx: DMD' . Aqui o capital-dinheiro (D) representa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha; já o capital-mercadoria (M) representa o capital investido numa determinada combinação de insumo-produto, representando rigidez e concretude. D' representa a ampliação da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha. O objetivo principal do capitalista é atingir o D' , ou seja, uma situação que garante a maior flexibilidade e a liberdade de escolha. É apenas por isso que ele se “aventura” em uma opção mais rígida, ligada ao capital-mercadoria (M). Mas, nos momentos em que os capitalistas não percebem uma possibilidade de chegar àquela situação por meio dos investimentos produtivos, há uma tendência a que eles prefiram manter sua liquidez, isto é, manter seu capital sob a forma monetária. Esta idéia é a essência da definição de Arrighi dos ciclos sistêmicos de acumulação.

Segundo o autor, na história do capitalismo podemos observar uma recorrência dessa alternância entre momentos de expansão produtiva e expansão financeira, esta última como a segunda parte de um ciclo que chega ao fim na medida em que os investimentos produtivos atingem uma maturidade ou estagnação. Foi assim com a oligarquia capitalista genovesa na segunda metade do século XVI, quando esta passa das mercadorias para as atividades bancárias, fornecendo empréstimos para as nações ibéricas; assim também ocorre com a retirada dos holandeses do comércio para transformarem-se nos banqueiros da Europa nos séculos XVIII; com a Inglaterra, no fim do século XIX, quando a expansão industrial cria um excesso de capital monetário; e também no final do século XX, na década de 70, quando a expansão produtiva do período pós-segunda guerra dá lugar a um período de forte expansão financeira. (ARRIGHI, 1994, p. 5). Assim, como sugere Arrighi,

a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD') pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário ‘coloca em movimento’ uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário ‘liberta-se’ de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na

fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD'). (ARRIGHI, 1994, P. 6)

Arrighi identifica assim a existência de quatro ciclos sistêmicos de acumulação: um ciclo genovês, do século XV ao início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até a maior parte do século XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira. (ARRIGHI, 1994).

O importante aqui é entender que a proposta de Arrighi de adoção dos ciclos sistêmicos de acumulação deriva diretamente da idéia braudeliana do capitalismo como a camada superior, “não especializada”, da hierarquia do mundo do comércio. Braudel concebe o capitalismo como a camada superior de uma estrutura em três patamares em que as camadas superiores não podem existir sem os estágios inferiores. A camada mais inferior é a de uma economia extremamente elementar e basicamente auto-suficiente, a que Braudel denominou vida material. Acima desta camada estaria a chamada economia de mercado, “com suas muitas comunicações horizontais entre os diferentes mercados: aqui certa medida de coordenação automática ligaria a oferta, a demanda e os preços” (BRAUDEL, 1982, p. 229-30 apud ARRIGHI, 1994, p. 10). No estágio mais acima viria, segundo Braudel, a zona do antimercado, onde circulam os grandes predadores, o verdadeiro lar do capitalismo.

É só por adotar esta perspectiva de análise braudeliana que Arrighi consegue sustentar a tese da recorrência dos ciclos sistêmicos de acumulação. Pois, segundo o autor, é na camada superior, e a partir da própria existência dela, que o capitalismo tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para outras atividades. (ARRIGHI, 1994). Esta capacidade de mutação e flexibilidade marca os momentos de mudança dos ciclos sistêmicos em busca de formas de superação de condições limites no que tange à acumulação. Segundo Arrighi, foi assim deste a Idade Média até os dias atuais.

A própria possibilidade de o continente europeu emergir como berço do capitalismo mundial teve relação com esta capacidade da camada superior encontrar formas de expandir-se, seja através da expansão geográfica, seja através da consolidação de uma estrutura financeira que pudesse sustentar os conflitos interestatais.

Como veremos posteriormente, este é um dos aspectos importantes no entendimento da capacidade da economia-mundo centrada na Europa conseguir sobressair-se em detrimento de outras economias-mundo existentes fora da Europa. Como sugere Braudel, no auge do

nascimento da economia-mundo capitalista, outras economias de mercado (isto é, a camada intermediária da divisão braudeliana) operavam em diversas regiões do mundo, com um desenvolvimento comparável ao observado na Europa.

É justamente a identificação da existência de uma economia de mercado na região Leste Asiática que leva Arrighi a propor a adoção de temporalidades distintas no estudo da recente ascensão da economia chinesa e do Leste Asiático. Temporalidades estas que abarquem não só os impactos das transformações recentes da economia-mundo capitalista nesta região, mas também a influência da herança deixada pelas fortes relações econômicas observadas entre os países da economia de mercado leste asiática.

Como se sabe, não apenas a própria China, mas a grande maioria dos países Leste Asiáticos vem apresentando expressiva expansão econômica nos anos recentes, desde a década de 80. Ao longo dessa década, enquanto o mundo crescia a uma taxa de 3,4%, as chamadas NIEs (Hong Kong, Coréia do Sul, Cingapura e Taiwan) cresciam a uma média de 8% ao ano. Já os ditos países asiáticos em desenvolvimento, como China e Índia, cresceram a quase 7% no mesmo período. Além disso, países que compõem a chamada ASEAN-5 (Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia) apresentaram crescimento médio de 5%.(IMF, 2008). Destaca-se também o expressivo desempenho do comércio intra-regional no Leste asiático. Entre 1986 e 1992, a parcela das exportações asiáticas destinadas a países da própria Ásia passou de 32% para 44%, enquanto a destinada aos EUA caiu de 37% para 24%. (ARRIGHI, 1997b). Como se verá mais detalhadamente, os dados mostram um fortalecimento das relações comerciais entre os países do Leste Asiático a partir da década de 80, levados primeiramente pela ascensão da economia japonesa e, recentemente, conduzida pelo expressivo crescimento chinês.

Diante deste quadro recente, parece pesar sobre os bons resultados da economia Leste Asiática, e principalmente chinesa, a influência da forte relação exercida entre esses países não só a partir da década de 70, mas durante cerca de 500 anos. Isto porque, ao adotar a perspectiva de análise de longa duração, somos levados a identificar as influências de uma estrutura econômica baseada em fortes relações de comércio e cobrança de tributos, que permearam as relações comerciais na região asiática até o século XIX. Nessa estrutura, a China ocupava posição central.

Assim, no estudo da atual ascensão chinesa, a proposta metodológica de Arrighi, e que se adota neste trabalho, passa justamente por uma ampliação da noção de tempo, ou, mais especificamente, na utilização de três temporalidades distintas e relacionadas entre si.

A primeira dessas temporalidades seria a de “curta distância”, isto é, uma unidade temporal que cobriria o lapso de tempo entre o final da década de 40 e começo da década de 50 até os dias atuais. Desde o fim dos conflitos da Segunda Guerra e a conseqüente bipolaridade geopolítica mundial (e seus efeitos na trajetória de desenvolvimento Leste asiática e Chinesa) até o período recente. Esta trajetória é marcada pelas conseqüências da crise dos anos 70 e pela perda de poder da economia americana, e seus efeitos significativos da atual ascensão asiática, começando pelo Japão, ainda na década de 60.

A segunda temporalidade proposta por Arrighi seria o “longo século”, que cobre o período da incorporação, pela potência britânica, da região Leste asiática, materializada pela derrota da China nas Guerras do Ópio, na segunda metade do século XIX até o início do século XX. Nesse período, sob hegemonia britânica, toda a estrutura econômica observada dentro da região do Leste asiático é submetida aos interesses e regras das nações ocidentais que passam a liderar o comércio da região.

A última temporalidade seria justamente “a longa perspectiva”, que remete aos séculos XVI a XIX, evidenciando a estrutura econômica comercial observada na região Leste asiática denominada como sistema de comércio-tributo. Estrutura que, embora tenha se fragmentado com a chegada das nações ocidentais, deixou marcas profundas, seja nas relações interestatais, nas práticas de negócios ou nas relações comerciais entre os diversos países do Leste Asiático. (ARRIGHI, 1997b)

A proposta deste capítulo é analisar mais profundamente essas três temporalidades, buscando observar a dinâmica local/regional a partir de sua inserção em uma unidade de análise mais ampla. Procura-se, dessa forma, investigar a trajetória de desenvolvimento chinesa colocando-a em perspectiva com a trajetória leste asiática. Ao mesmo tempo consideram-se ambas as trajetórias – chinesa e leste asiática – em sua relação com o desenvolvimento da economia-mundo capitalista.

A primeira seção aborda a temporalidade mais longa proposta por Arrighi, focalizando a estrutura econômica Leste Asiática e Chinesa anteriormente à sua incorporação pela economia-mundo capitalista centrada na Inglaterra. Busca-se ressaltar também os aspectos que impediram essa região de consolidar as bases para o surgimento da economia capitalista, tal como ocorreu na Europa. A segunda seção considera a temporalidade média proposta por Arrighi, qual seja, os aspectos relativos à incorporação da região pelo Ocidente. E, por fim, a última seção detalha a temporalidade curta, considerando os impactos nos países Leste

asiáticos, principalmente na China, das transformações observadas na segunda metade do século XX até hoje.

2.1) A “longa perspectiva” - A economia-mundo Leste Asiática e seus limites

Nos séculos que antecedem a ascensão da Inglaterra e da Europa como centro da economia mundial, a China ocupava uma posição importante, não só dentro do Leste Asiático como em todo o mundo. Tal posição justifica-se pela existência de uma sociedade milenar (primeira dinastia datada de 771-256 a.C.) que, ao longo dessa trajetória, consegue desenvolver-se sob diversos aspectos, seja em termos de forças produtivas (manufaturas), seja pela capacidade de se posicionar como centro de uma extensa rede de intercâmbios regionais. (FRANK, 1994 apud GOLUB, 2004)

Também em termos tecnológicos a China se encontrava, entre os séculos XV e XVIII, em uma posição dominante, tanto antes como depois do Renascimento na Europa. Tal avanço se confirmaria em setores como a produção de ferro e aço, relógios mecânicos, engenharia, armas de fogo e sistemas de perfurações profundas. (GOLUB, 2005, p.44).

Esta China rica, próspera e influente inseria-se em uma região que também prosperava comercialmente desde meados do século XV. Toda a Ásia e o Leste Asiático em específico formavam uma região com forte dinamismo comercial. Como mostra Braudel (1984), desde sempre a China fez parte de uma economia-mundo ao mesmo tempo territorial e marítima, que dominava os mares laterais do Pacífico e as regiões banhadas por ele. Nesta mesma área do extremo oriente identificavam-se também outras duas economias-mundo: a do Islã, que do lado do oceano Índico apoiava-se no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico cobrindo toda a região desértica da Arábia à China; e a economia-mundo Indiana, que se estendia a todo o Oceano Índico. (BRAUDEL, 1996). Segundo o autor,

por todos os lugares, do Egito ao Japão, podíamos encontrar capitalistas genuínos, atacadistas, rentistas do comércio, e seus centenas de auxiliares – agentes comissionados, corretores, trocadores de moedas e banqueiros. Seja pela técnica, possibilidades ou garantias de trocas, qualquer desses grupos de mercadores poderiam ser comparados com seus equivalentes ocidentais. Tanto dentro como fora da Índia, Tamil, Bengali e Gujerati os mercadores formavam uma rede fechada de parceiros com negócios e contratos passando de um grupo para outro, tal como observamos na Europa, de Florença para Lucchese, Gênova, Alemanha e Inglaterra. (BRAUDEL, 1984 apud ARRIGHI, 1999, p.28)

Nesse sentido, é preciso considerar que a trajetória de desenvolvimento chinesa entre os séculos XV e XIX esteve relacionada à sua inserção em uma região em que prevalecia uma economia de mercado, tal como Braudel a descreve. A expansão das relações comerciais chinesas esteve sempre ligada à expansão das rotas comerciais ao redor da região da Ásia, através de redes de comércio bastante desenvolvidas que se estendiam através da Insulíndia, isto é, na região que abrangia toda a orla da Ásia, a meio caminho entre a própria China e o Japão, por um lado, e entre a Índia e os países do Oceano Índico, por outro. Esta imensa região formava, segundo Braudel, uma super economia-mundo, com cidades (como Bantam e Malaca) funcionando como entrepostos comerciais, tal qual em Gênova ou Florença, que se situavam em uma confluência privilegiada, abrigando feiras e pontos de intermediação de mercadores viajantes, comercializando um grande volume de mercadorias. (BRAUDEL, 1996, p. 479).

Dentro dessa extensa rede de relações comerciais desenvolveu-se entre os países que compõem o Leste Asiático (Japão, Coréia, Ilhas Ryukyus, Vietnã, Laos, dentre outros) e o centro chinês, uma estrutura econômica específica baseada em fortes laços políticos e tributários, o chamado sistema de comércio-tributo. A consolidação dessa estrutura era o resultado de longos períodos de conquista de territórios e relações diplomáticas, e representava a expressão de uma hierarquia existente entre aqueles países na qual a China ocupava posição central, por ser o país mais avançado sob diversos aspectos.

As chamadas “missões de tributo” estabeleciam-se entre um país “suserano” e seu estado “vassalo” na medida em que o primeiro explorava determinado território/estado e impunha o pagamento de tributos em troca de “*gifts*” (presentes, donativos) concedidos pelo estado suserano para manter a estrutura de arrecadação. Assim ocorria, por exemplo, entre a China e a Coréia. Esta pagava à China tributos anuais, enviando ouro e prata, além de utensílios têxteis, de algodão, papel, cavalos e outros artigos estipulados pelo governo chinês. A China, por sua vez, enviava à Coréia livros, instrumentos musicais, ou mesmo prata e artigos diversos. (HAMASHITA, 1994, p. 96).

Um ponto importante desse sistema, e que de fato permite falar-se em sistema, é que, embora a China se posicionasse como centro, enviando missões e beneficiando-se dos tributos arrecadados dos estados tributários, havia grande flexibilidade nas relações de tributo. De acordo com Hamashita (1994) observa-se que os países que deviam tributos à China também deviam tributos a outros países e também mandavam, eles próprios, missões de tributos a outros países. As Ilhas Ryukyus, por exemplo, eram um estado tributário tanto da China como

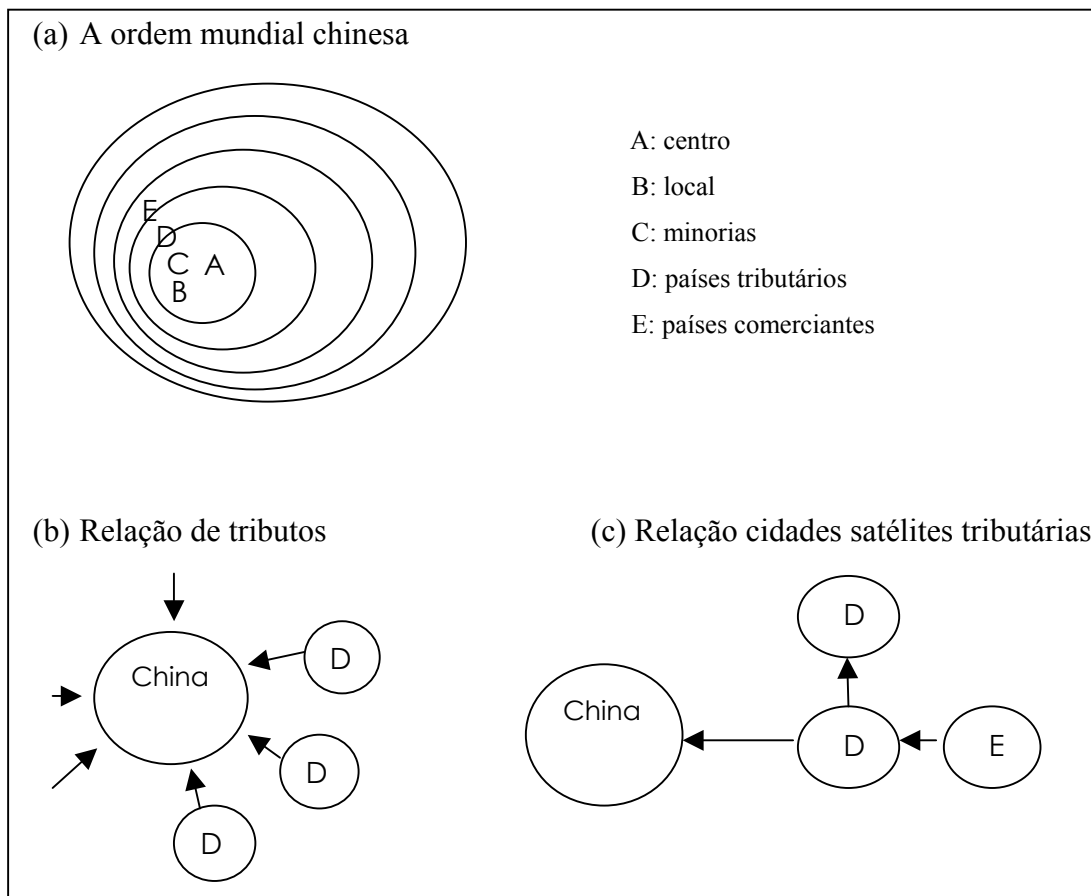
do Japão. Já a Coréia, mesmo sendo um Estado tributário da China, enviava missões de tributo ela mesma para o Japão. Também o Vietnã, tal como a Coréia, um estado tributário chinês, também começou a enviar missões de tributo ao Laos.

Segundo Hamashita, esta flexibilidade do sistema de tributos no Leste asiático vai sendo estimulada no decorrer dos anos pelo forte sinocentrismo presente na região. A importância e a influência do centro chinês levam à adoção, por parte das províncias e dos Estados vizinhos, de um certo nacionalismo e da tendência à criação de uma identidade própria, contrapondo-se à centralidade chinesa. Este sentimento, por sua vez, leva à opção pela expansão de suas próprias missões de tributo para regiões próximas. Como ressalta o autor,

O sinocentrismo estimulou a emergência do nacionalismo entre os estados tributários chineses. Vietnã, por exemplo, começou a requerer tributos do Laos, e a Coréia insistiu na continuação do sinocentrismo ortodoxo coordenado pela dinastia Chi'ng chinesa, que era vista anteriormente como bárbara pelos coreanos. Vietnã criticou a China quando esta o forçou a mudar o nome nacional de Nan-vue para Yue-nã, simplesmente porque Nan-yue era um reino existente na China antiga. Este fenômeno demonstra como os estados tributários começaram a adquirir identidades vis-à-vis a China, baseados no seu próprio entendimento do sinocentrismo. Assim o ideal do sinocentrismo não era apenas uma preocupação da China, mas estava substancialmente partilhado por toda a zona tributária. O nacionalismo nasceu na Ásia de dentro do sistema de tributos e através de ideais comuns de relações tributárias. (HAMASHITA, 1994, p. 94)

O resultado dessas mudanças permitiu uma maior flexibilidade do sistema e uma mudança gradativa das relações de tributos, antes dominadas exclusivamente pela China e aos poucos estendida a outros países. Hamashita apresenta um esquema explicativo do funcionamento do sistema de comércio tributo e de como ele se torna aos poucos flexível, fazendo com que a China, ainda que centralizasse as operações de tributos, passasse a concorrer com outros países, inclusive envolvendo transações comerciais com países europeus, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1: Estrutura do sistema tributário



Fonte: HAMASHITA, 1994.

Podemos observar no primeiro esquema (a) que a China centraliza uma rede de arrecadações tributárias em direção a localidades dentro da própria China e depois a Estados Tributários. No segundo esquema (b) evidencia-se a relação entre os estados tributários e a China. Já no terceiro esquema (c) percebemos que estados tributários que anteriormente apenas pagavam tributos a China passam a enviar missões para outros países, assim como também comercializam com países exclusivamente especializados no comércio, para assim obter recursos para os tributos.

Segundo Hamashita (op. cit), o mais importante dessa estrutura de relações políticas envolvendo tributos foi a simbiose e a interação que este sistema estabeleceu com o comércio que se desenvolvia entre os países do Leste Asiático. De fato, como sustenta o autor, o sistema de tributo caminhou lado a lado e em forte articulação com as relações comerciais. Esta relação pode ser entendida a partir da constatação de que a criação de laços políticos e de uma certa dependência estabelecida entre os estados e jurisdições políticas cria, ao mesmo tempo, relações comerciais. Isto porque, na medida em que as relações tributárias podem ser

estabelecidas mediante a troca seja de moeda (prata e outro), seja de mercadorias oferecidas como pagamento, os tributos passam a funcionar como um intermediário de relações entre compradores e vendedores.

Há o caso, por exemplo, de países como Sião, Japão e o sudeste da China, onde o comércio entre eles foi mantido por um longo período com base nos lucros provenientes das missões de tributos. Já no século XVIII, quando o comércio de arroz que ia de Sião para Kuang-tung e Hsia-men se tornou não lucrativo, os comerciantes mudaram sua ênfase para Liu-ch'iu e Nagasaki no Japão, onde as relações de tributo já existiam, mantendo assim, e inclusive fortalecendo, as relações comerciais multilaterais. Como afirma Hamashita, “a expansão comercial e a rede de comércio-tributo desenvolveram-se juntas. Relações comerciais no Leste e Sul da Ásia expandiram-se graças às relações tributárias”. (HAMASHITA, 1994, p. 96)

Até mesmo os vínculos comerciais entre a região e o ocidente demonstram a interação entre as relações de tributo e comércio. Por vezes um país que devia tributos a outro, dentro do Leste Asiático, efetuava o pagamento através do envio de mercadorias anteriormente importadas da Europa, mostrando que as relações de tributo de fato constituíram uma rede de comércio-tributo multilateral, absorvendo mercadorias, inclusive de fora da própria rede.

Nas transações tributárias aqui descritas, a relação entre bens tributáveis [como forma de pagamento dos tributos] e os *gifts* [recompensas] eram substancialmente vendas e compras [ou funcionavam como vendas e compras]. De fato, era legítimo ver as trocas de tributos como transações comerciais. [...] O modo de pagamento seguia frequentemente o padrão chinês [o sistema de preços], seja em papel moeda ou prata. Visto de uma perspectiva econômica, o tributo era gerido como uma troca entre vendedor e comprador, com o preço das mercadorias fixado. Além disso, o nível de preços era determinado, com certa flexibilidade, pelo nível de preços de Pequim. Dada a natureza desta transação, é possível perceber que a fundação de todo o completo sistema de comércio-tributo era determinado pela estrutura de preços da China e que a zona de comércio-tributo integrava uma “zona da prata” em que a prata era usada para intermediar as trocas. A chave para o funcionamento do comércio-tributo como um sistema era a alta demanda por mercadorias fora da China e a diferença de preços dentro e fora da China. (HAMASHITA, 1994, p. 96)

O sistema de comércio tributo do Leste asiático regulou as relações políticas e econômicas intra-regionais muito antes da incorporação formal da região nas redes de poder e acumulação do sistema interestatal eurocêntrico, no século XIX. De forma que é possível perceber no Leste asiático relações comerciais e econômicas bastantes desenvolvidas, assim como uma estrutura política formada por estados, cidades e localidades que, interligadas geograficamente, estabeleciam entre si fortes relações comerciais, tal como na economia de mercado européia, mas ainda desvinculada dessa última.

A identificação de uma estrutura comercial tão complexa e que esteve presente durante centenas de anos na região do Leste asiático - e que, como sugerem os autores, pode ter deixado fortes heranças nesta região - nos leva a reforçar a perspectiva analítica centrada em delimitações temporais de longo prazo, como nos sugere Braudel.

2.1.1) Sistema europeu e sistema Leste Asiático – aspectos estruturais e relacionais acerca da “vitória” do Ocidente.

Ainda inseridos dentro da temporalidade da “longa perspectiva”, cabe levantar uma discussão importante relacionada ao desenvolvimento e as limitações da economia de mercado (ou economia-mundo) centrada no Leste asiático. O principal foco dessa discussão é o questionamento acerca dos motivos que teriam levado aquela estrutura econômica a entrar em declínio, em benefício do desenvolvimento e consolidação das bases capitalistas em uma outra estrutura, centrada na Europa, sob liderança inglesa.

Por que a Inglaterra (centro da estrutura econômica européia no século XVII) e não a China (centro da estrutura asiática desde os séculos XV) conseguiu ambientar o surgimento e consolidação de uma economia-mundo capitalista? Se de fato, como nos mostram as evidências históricas, tratava-se de estruturas similares em termos principalmente econômicos, cabe analisar aqui os determinantes do que teria sido a “vitória ocidental”. Tal investigação se insere dentro da perspectiva deste capítulo de compreensão da dinâmica dessas estruturas sociais, e também da relação entre elas, a partir da perspectiva da longa duração, como proposto anteriormente.

De um modo geral é possível apontar desde logo alguns elementos fundamentais dessa investigação. O primeiro deles diz respeito à relação entre Estado e capital nos distintos sistemas, ou seja, ao modo como se desenvolveu a relação entre o Estado (inglês e chinês) e as respectivas estruturas econômicas que iam se formando, tanto na Europa como na região do leste asiático. O segundo elemento se refere às comparações que podem ser estabelecidas entre os dois sistemas, ressaltando os chamados aspectos estruturais e os aspectos relacionais. Entre os aspectos estruturais fala-se, por exemplo, da própria estrutura de Estados (poder), mais descentralizada na Europa, que teria permitido a consolidação de um ambiente de conflito interestatal que funcionaria como estímulo à expansão territorial e comercial. Entre os aspectos relacionais, Arrighi discute especificamente o quanto a chamada vitória Ocidental

esteve ligada à subordinação imposta pelos países europeus à região Leste Asiática e também a diversas partes do mundo, de forma a indicar na relação entre estas estruturas os motivos pelos quais uma delas foi vitoriosa.

A comparação entre os dois sistemas corresponde a períodos específicos mais ou menos definidos no tempo. Na Europa, trata-se do período correspondente ao que Braudel chama de Século XVI estendido (1350-1640). No Leste Asiático, a análise da estrutura do sistema econômico que prevalece na região corresponde à consolidação e queda da Dinastia Ming (1368-1643). (ARRIGHI, 1999). Ao longo desses intervalos de tempo as duas regiões estiveram ligadas a estruturas de Estado distintas. O ambiente Europeu é marcado pelo conflito entre as jurisdições políticas, pela busca por territórios e por expansões transfronteiras. Tal ambiente de conflito passa a ser algo mais coordenado apenas no século XVII, com a assinatura de uma série de Tratados de paz compondo o que ficaria conhecida como a Paz de Westfália¹¹.

Na região asiática, o período corresponde à instauração da dinastia Ming na China continental. Dinastia que sucede à anterior Yuan, marcada pela consolidação de um governo mongol após várias tentativas de invasão e domínio. A recuperação do território chinês antes nas mãos dos vizinhos mongóis explica, em alguma medida, uma preocupação por parte do Estado chinês que percorrerá toda a dinastia Ming, qual seja, a consolidação do processo de restauração e retomada da centralidade de poder no país. (FAIRBANK, 2007).

A centralidade política observada na China destoa completamente do ambiente europeu, onde o processo de consolidação do sistema de Estados é marcado por uma série de conflitos interestatais que acabam moldando um modelo de Estado que favorece o fortalecimento da relação entre capital e Estado.

Ainda antes do principal conflito que estabeleceria a vitória da Inglaterra frente a Holanda e França, nos séculos XVI e XVII, os conflitos entre as cidades-estados italianas de Gênova e Veneza, pela manutenção de relações comerciais extra europeias, teriam contribuído de forma significativa para a consolidação de um modelo de estado específico.

Segundo Arrighi (1999) um aspecto importante que resulta destes conflitos é justamente a vitória de Veneza, uma cidade Estado em que a influência exercida pelas

¹¹ De acordo com Arrighi (2001) os Tratados assinados que convergiram na chamada Paz de Westfália “substituíram a idéia de uma autoridade imperial/papal supra-estatal pela idéia de que os Estados europeus formavam um único sistema político, baseado no direito internacional e no equilíbrio de poder”. A Paz de Westfália representa nesse sentido, não um acordo de paz e o fim do uso da guerra como forma de dominação, mas sim a criação de “normas de conduta escritas e não escritas que tenderam a minimizar os efeitos perturbadores das guerras entre estados soberanos (...)”. (ARRIGHI, 2001, p. 49)

comunidades de comércio era significativa. Assim, a própria estrutura da economia de mercado centrada em Veneza vai sendo moldada em benefício de um estado que favorece os interesses mercantis e que servirá como modelo a ser seguido posteriormente pelos Estados Nacionais consolidados, como a Inglaterra.

Além disso, os conflitos entre as cidades-estados italianas estimulam, principalmente entre os perdedores (Gênova), a busca por outros caminhos de expansão territorial. O caminho encontrado pelos genoveses foi o financiamento, por parte dessa cidade-estado, das expansões marítimas ibéricas, que teriam um papel fundamental para criar as bases de uma estrutura econômica estendida mundialmente pelas Américas, importantes fontes de acumulação de capital.

O ponto mais marcante dos conflitos intra-europeus, segundo Arrighi, não só entre as cidades Estados, mas entre os estados nacionais que iam se formando (A Guerra dos Cem anos , por exemplo, entre Inglaterra e França, 1337-1453), é que estes conflitos acabaram estimulando um acirramento da competição pelo capital móvel, como sugere Weber (1961). Tal processo contribuiu fortemente para a criação de uma dinâmica capitalista.

Os esforços de Guerra pela manutenção e conquista de territórios estimularam a consolidação de uma base financeira que pudesse ser utilizada nesse sentido, como sugere Arrighi.

A articulação destas guerras consolidou a formação no subcontinente europeu de Estados nacionais competindo com capacidades aproximadamente próximas e em condições de permanente força e poder, seja na paz ou na guerra. Juntamente a esta condição estava a intensa competição interestatal pelo capital móvel que (...) criou oportunidades únicas para o surgimento da dinâmica capitalista da Europa.(ARRIGHI, 1999, p. 18)

A competição pelo capital móvel atua de várias maneiras no sentido de fortalecer as relações econômicas européias. Uma delas é o fortalecimento das comunidades de negócios transnacionais através de cidades/centros que se estabelecem como centros financeiros dentro da Europa, como foi o caso de Gênova, ou da diáspora genovesa funcionando como financiadora das expedições ibéricas, transformando produtos das expedições marítimas em dinheiro e crédito dentro da Europa. Com este papel de centro financeiro, Gênova se consolidaria em uma posição importante, permitindo o desenvolvimento das relações comerciais dentro da Europa entre os anos 1557 e 1627.

Por outro lado, a competição pelo capital móvel estimula os próprios Estados a explorar diretamente as zonas extra europeias, através de grandes companhias marítimas, como foi o caso da Holanda. De fato, a Holanda abrigava uma das maiores companhias de comércio europeias, se não a maior. A *Verenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC) inaugura uma nova era de negócios na história em geral e na história das expansões marítimas europeias. Isto porque, segundo Arrighi (op. cit), sem a grande quantidade de dinheiro fluindo através das atividades da VOC no sudeste asiático, Amsterdam nunca teria se tornado o centro financeiro que se tornaria posteriormente.

Embora a Holanda tenha se consolidado como um centro financeiro e comercial importante, e mesmo como uma potência hegemônica dentro da Europa, não podia ser caracterizada de fato como um Estado Nacional. Assim como cidades-estados como Veneza e Genova, os Países Baixos, embora liderassem uma estrutura econômica bastante desenvolvida, não possuíam uma estrutura de Estado consolidada. Segundo Arrighi, a formação de uma estrutura de Estado nacional tal como concebemos hoje foi fundamental para a consolidação de uma estrutura tipicamente capitalista. Até a Inglaterra assumir esta posição, a Europa abrigou vários focos de uma economia de mercado bastante desenvolvida, mas centrada apenas em cidades-estado, tal como Veneza, Genova e, a própria Holanda (ou Províncias unidas). Embora estas cidades-estado tivessem conseguido atuar com a força de Estado Nacional, representavam mais a centralização de uma cidade (Amsterdã) que controlava o comércio com o Báltico e a prata das Américas (controlado até então pela Espanha), tendo conseguido levar adiante a formação de uma massa de capital importante, para si mesma e para a Europa.

Mas, de fato, a “estratégia holandesa concebia o território e a população como simples meio de acumulação de capital – uma acumulação concebida como um fim em si. (...) a estratégia holandesa incorporava uma lógica de poder estritamente capitalista e não territorialista” (ARRIGHI, 2001, p. 58). A importância da VOC e das relações comerciais estabelecidas e controladas pela Holanda foram fundamentais, talvez nem tanto para si mesma, mas para que outros Estados nacionais consolidados pudessem ocupar a posição econômica e comercial holandesa (não, sem antes, vários conflitos e guerras) e direcionar esta estrutura econômica para a consolidação de uma estrutura de mercado tipicamente capitalista. Este “direcionamento” só poderia ser feito por um Estado consolidado e difundido, tal como a Inglaterra do século XVIII.

O processo de consolidação da Inglaterra como centro e potência mundial, em detrimento da Holanda, envolve de fato esta capacidade de união entre Estado e capital. Sob diversos aspectos a Inglaterra levou adiante esta união como instrumento de consolidação de uma estrutura de poder e dominação. Isso ocorreu seja através do envolvimento do Estado na Guerra pela tomada da posição holandesa, seja através do apoio do governo inglês na consolidação de um protecionismo comercial fundamental para a manutenção do monopólio mercantil inglês e para o desenvolvimento da indústria interna.

O próprio processo de transição e consolidação da Inglaterra como centro do sistema europeu já revela vários aspectos da capacidade do governo inglês de se aliar ao capital e liderar o equilíbrio estatal europeu a seu favor. De acordo com Arrighi (2001) essa transição pode ser dividida em quatro fases, através das quais a Inglaterra conseguiu reunir uma série condições para superar o domínio holandês. Destaca-se nessa trajetória a bem sucedida investida militar da Inglaterra, focada no controle marítimo contra a Holanda e depois contra a França. Vale dizer também que o esforço de Guerra inglês contou com forte apoio estatal na concessão de empréstimos, inclusive com a criação do Banco da Inglaterra, em 1694. A partir daí, “a riqueza e o poder ingleses uniram-se ainda mais em uma estratégia única (...)”. (ARRIGHI, 2001, p, 56)

Enquanto o Estado inglês financiava os esforços de Guerra e também a expansão territorial para além da Europa, a Holanda parecia relutante em aventurar-se na expansão territorial, além de contar com uma estrutura de governo fraca. Segundo Arrighi (op. cit.) o poderio holandês estava concentrado apenas na acumulação de capital/monetária em si mesma, enquanto que a consolidação de uma estrutura de poder que pudesse reunir forças para expandir-se territorialmente era deixada de lado. Esta postura holandesa acabou por solapar o seu próprio domínio sobre o controle econômico europeu. Na medida em que mais países passaram a ter acesso ao capital monetário holandês, através da conquista das redes de comércio, puderam aliar esse capital a uma estrutura de Estado mais consolidada, que levasse adiante a expansão territorial e o incentivo ao desenvolvimento industrial. Foi exatamente o que a Inglaterra fez, quando passou a dominar de forma plena o mercantilismo europeu.

Quando, na década de 1780, a Inglaterra consegue tomar o posto da Holanda como centro financeiro dentro da Europa (com Londres passando a se tornar o centro das altas finanças em detrimento de Amsterdã), e quando sai vitoriosa das constantes lutas com a França, consegue reunir condições para a consolidação de sua hegemonia, através de uma reorganização do sistema mundial. “Mantendo seu interesse nacional na preservação e

consolidação de uma estrutura de poder fragmentada e “equilibrada” na Europa continental, a Grã Bretanha pôde criar a percepção de que seu poderio mundial esmagador vinha sendo exercido em nome do interesse geral – tanto o interesse de antigos inimigos quanto o de antigos aliados, das novas repúblicas das Américas das antigas monarquias da Europa.” (ARRIGHI, op. cit, p. 69).

Organizando assim as relações comerciais mundiais a seu favor, a Inglaterra pôde gerir uma estrutura econômica que não era mais apenas comercial, mas sim industrial. Os esforços de guerra necessários para abastecer os constantes conflitos interestatais haviam levado o país a consolidar uma base industrial forte, com indústrias siderúrgicas, ferrovias e navios a vapor. Processando matérias-primas de outras partes do mundo e favorecendo as companhias marítimas, a Inglaterra liderou um esforço tecnológico que culminaria na Revolução Industrial, não sem o apoio de um Estado forte, que protegia a indústria nascente através do estímulo aos monopólios comerciais e da substituição de importações.

Percebe-se, a partir desse processo, que o papel do Estado foi central na consolidação das bases estruturais capitalistas. Diante disso vale perguntar se, para dinamizar as estruturas econômicas tipicamente capitalistas, basta a existência de um Estado forte e atuante. Pois, se assim o for, porque então a China não conseguiu o mesmo feito inglês, se era governada por um Estado fortemente centralizado e tinha uma longa trajetória de unidade política? O que teria limitado a China e a estrutura econômica Leste Asiática no surgimento e consolidação das bases de uma estrutura capitalista, já que uma característica central do período que estamos analisando é justamente a presença de um Estado forte e protetor ao longo de todo o período da dinastia Ming?

Segundo Fairbank (2002), apesar de durante todo o período da dinastia Ming (1368-1644) a China ter obtido grandes realizações em matéria de educação, filosofia, arte, cultura, e também em termos de estrutura burocrática, os problemas de cunho político e fiscal relacionados à personalidade autocrática dos imperadores foram traços marcantes do período. Esses problemas ajudam a entender as limitações da China, mesmo diante de um ambiente de fortalecimento estatal e centralização política.

Apesar da tentativa de fortalecimento e centralização política, através da consolidação de uma estrutura burocrática com regulamentos, códigos legais e mandamentos, todo esse arcabouço institucional era controlado por imperadores, cuja mentalidade limitou o desenvolvimento e expansão chineses. De acordo com Fairbank (op. cit.), a mentalidade dos imperadores Ming relacionava-se à herança confuciana tradicional, que concebia, por

exemplo, a agricultura como a única fonte possível de riqueza do país, e o comércio como uma atividade ignóbil e parasitária. Além disso, uma característica importante dos imperadores Ming era a idéia da frugalidade como primeira virtude imperial. (FAIRBANK, 2002)

Do ponto de vista da gestão pública foi justamente a frugalidade que teria causado a crise fiscal do primeiro imperador Ming. Isto porque a insistência na cobrança de poucos impostos deixava o governo sem fundos para financiar os excessivos gastos, destinados tanto à sustentação dos gastos dos funcionários imperiais, como ao financiamento das necessidades econômicas do país. A rigidez dos tributos e a fragmentação das receitas tornaram o Estado impotente na condução das responsabilidades governamentais. Além disso, a dificuldade do governo em criar um sistema monetário à altura do crescimento do comércio também foi um fator importante das dificuldades políticas do período Ming¹².

O crescimento do comércio regional é um aspecto essencial do período. Como detalhado anteriormente, a China centralizava uma extensa rede de relações comerciais dentro do Leste asiático, rede esta que poderia ter-se expandido para o restante do mundo. Segundo Arrighi (1999), desde a dinastia Song (920-1276) podiam-se observar comerciantes de além-mar florescendo e transformando a própria natureza do sistema de comércio-tributo, que ia gradualmente crescendo e se aliando às atividades comerciais.

O comércio vinha sendo estimulado pela dinastia dos Song do Sul diante das necessidades financeiras necessárias para conduzir os conflitos militares entre a China e as minorias do norte (mongóis). Durante o período, o governo também apoiava a expansão marítima e o desenvolvimento agrícola que impulsionava, por sua vez, o comércio marítimo nas regiões costeiras da China. Ainda sob dinastia Yuan (1277-1368), o comércio marítimo privado continuou ganhando impulso, o que levaria à “formação de redes de comércio marítimas em torno do sudeste asiático e oceano Índico tão extensas quanto qualquer rede de comércio européia contemporânea”. (ARRIGHI, 1999, p. 22).

Mas a dinastia Ming parecia de fato não se preocupar em estimular essa extensa estrutura comercial. O período analisado representa uma mudança significativa na forma

¹² Além dos problemas de inflação e perda de valor do papel moeda advindos de um descontrole na emissão por volta de 1425, a dificuldade na cunhagem de moedas durante o período Ming contribuiu para que a oferta monetária não correspondesse à demanda comercial cada vez mais crescente. Segundo Fairbank (op. cit) “os Ming emitiram moedas em quantidade bem menor do que os Song, embora a demanda fosse muito maior. Com frequência o governo recusava-se a cunhar moedas, de modo que falsificadores privados preencheram esse vácuo. A função de cunhar foi atribuída às províncias, mas ao começar a usar chumbo na mistura, os produtores reduziram o valor das moedas, das quais continuou a haver uma grande escassez. (...) Em resumo, o governo Ming fracassou de maneira notável em fornecer moedas de cobre para o uso do povo, justo na época em que o crescimento do comércio demandava mais dinheiro.” (FAIRBANK, op. cit. p. 137)

como o Estado orientava a riqueza que florescia dessas redes comerciais. Essa é uma das questões fundamentais para se compreender os determinantes e limitações do sistema Leste Asiático, qual seja, a relativa à relação entre o Estado e o capital, algo que transcende a existência de um Estado forte em si, tal como observamos na China no período Ming. Como ressalta Fairbank (op. cit)

A instituição fiscal parecia ter-se orientado segundo o forte sentido de frugalidade de seu fundador, por sua convicção de que o lucro conduzia ao mal. Pensava-se que os interesses mercantis estariam inerentemente em conflito com os da sociedade e do Estado e tinham de ser controlados com rigidez. Ao mesmo tempo, o Estado tinha de evitar ‘enriquecer’ porque, segundo essa visão ingênua, qualquer ganho do governo significava uma perda para o povo. Sem conseguir desenvolver seu poder econômico potencial, o governo recorria ao controle político como base governamental. Ele assim negligenciava, de maneira persistente, a construção da força financeira mínima necessária para operar sua máquina fiscal, sequer se ocupava dos necessários investimentos em equipamentos de transporte público (...). Acima de tudo (...) quando certos setores da China mostravam uma tendência de crescimento por meio da indústria ou do comércio exterior, o governo Ming não via nenhuma razão para ajudá-los; ele se opunha, ao contrário, a esse crescimento desequilibrado que ‘poderia por sua vez ameaçar a unidade política do império’. Era melhor manter todas as províncias no mesmo nível dos setores mais atrasados. “(FAIRBANK, 2002, p. 139, grifo nosso)

A análise de Fairbank mostra claramente a relação entre Estado e capital que se estabelecia na China. A preocupação com a unidade política fortemente centralizada é considerada como o principal fator dentro do Estado chinês, superando inclusive o estímulo à expansão da estrutura comercial. Tratava-se de ambiente que contrastava totalmente com a estrutura bastante descentralizada que se observava na Europa no mesmo período, uma estrutura onde a balança de poder pendia para lados diversos, estimulando uma corrida interestatal para além das fronteiras europeias, na conquista de territórios e na expansão comercial.

No sistema mundo centrado na Europa, o capitalismo se espalhou de uma forma muito específica, rapidamente a partir das cidades Estados e das redes de negociantes expatriados, para além dos territórios dos próprios Estados. Estes Estados mais poderosos internalizaram o capitalismo seguindo os passos das cidades estados na busca dos lucros advindos do comércio, e também encorajando seus capitalistas nacionais a se aventurar em empreendimentos e atividades previamente monopolizadas por organizações estrangeiras a partir das redes de negócios transnacionais. O resultado disso foi que o capitalismo como um modo de acumulação foi se difundindo como regra e norma. (ARRIGHI, 1999)

No caso da China (ou do Leste asiático), principalmente sob a dinastia Ming, o que se vê é uma estrutura interestatal que combinava um vasto território (com uma grande população) e uma estabilidade política, econômica e cultural que cria uma estrutura muito centralizada e pouco balanceada entre os diferentes estados da região. De forma alguma o estímulo do governo chinês à exploração das redes de comércio em escala de Leste Asiático pode ser comparado àquele que se presenciou na Europa. Muito ao contrário, na China, diante dos problemas fiscais no período Ming, o país volta-se para si mesmo numa tentativa de evitar o contato com o exterior. Um evento que traduz esse processo de “fechamento” é a interrupção das viagens da grande expedição de Zeng He, sob o império de Yongle, a partir de 1405 até 1433, por todo o mundo.

Apesar do esforço bem sucedido de Zeng He em atingir diversas partes do mundo, a proposta das viagens, desde o início, foi muito mais no sentido de transportar emissários que traziam tributos, de explorar novos territórios, de trocar presentes e de coletar informações geográficas e curiosidades científicas, do que envolvendo algum interesse comercial ou de exploração. (FAIRBANK, 2002). Além de não possuir um caráter comercial, a expedição de Zeng He logo foi muito criticada pelos altos funcionários do Estado, treinados segundo o modelo confuciano, que se opunha por princípio ao comércio e ao contato com o exterior. Segundo Fairbank, a crise fiscal do regime tornou impossível conseguir fundos para empreendimentos tão onerosos.

As dificuldades financeiras também levaram ao declínio do poder naval dos Ming, restringindo a produção de embarcações, o que por sua vez estimulou a expansão da pirataria da costa sul, tanto por parte dos próprios chineses como pelo Japão. Isso forçou a China a se fechar e se proteger, retirando-se da costa litorânea e restringindo o comércio exterior. Como ressalta Fairbank,

com essa vitória da anticomercialização e da xenofobia, a China retirou-se do cenário mundial. Os militares enfraqueceram-se e os burocratas passaram a dirigir tudo (...). A contradição entre a capacidade superior da China na era Ming, no que se refere à expansão marítima e seu estrangulamento pelos eruditos neoconfucianos, indica que o país não acompanhou, quase deliberadamente, o desenvolvimento tecnológico e econômico”. (op. Cit., 2002, p. 141).

São estas diferenças, relacionadas à estruturas de Estados mais centralizadas e rígidas, como no caso chinês, ou mais fragmentadas, como observado no sistema interestatal europeu, que Arrighi chama de diferenças estruturais, que ajudam a compreender a capacidade encontrada pelo sistema europeu de internalizar e levar adiante as bases para o

desenvolvimento do capitalismo. Segundo o autor, a estrutura européia estaria ligada principalmente a uma relação interestatal mais balanceada e descentralizada¹³, que estimula as cidades-estados a explorar o comércio marítimo na luta pelo capital móvel.

Charles Tilly (1996) também aborda a questão das diferenças entre a estrutura de Estado européia e chinesa. A partir de uma análise detalhada da formação dos Estados europeus, Tilly entende que tal formação envolveu a consolidação de uma estrutura que alia coerção (ligada ao poder político) e a dinâmica do capital (ligada às cidades, que abrigariam um campo perfeito para o desenvolvimento de relações econômicas). A ligação entre capital e coerção se deu em diferentes níveis e de formas distintas dentro das múltiplas regiões européias. Tal ligação acabou por moldar diferentes modelos de Estado mesmo dentro de um único continente. No caso da China, segundo o autor, a centralização do poder imperial parece ter propiciado um processo onde a coerção não conseguiu aliar-se a dinâmica do capital, tal como observa-se no caso europeu. Segundo Tilly,

Embora a China tenha vivido outrora um período de Estados Guerreiros, muito parecido com a anarquia internacional da Europa, e mesmo que insurreições e invasões das fronteiras repetidas vezes tenham ameaçado o domínio imperial, na maior parte do tempo um centro único controlou grande porção do espaço chinês, uma zona inimaginavelmente grande segundo os padrões europeus. O Império foi por muito tempo a condição normal da China: quando um império declinava, outro tomava seu lugar. (...) em 1726, o imperador Long-cheng chegou a substituir os chefes de minorias étnicas do sudoeste da China por administradores de seu próprio regime. Na Europa, durante todo o último milênio predominou a fragmentação em múltiplos Estados. (TILLY, 1996, P. 196)

A contribuição de Tilly fortalece a tese sobre as importantes diferenças estruturais entre o sistema econômico europeu e aquele observado na China e na região Leste Asiática. Apesar de essas diferenças contribuírem no entendimento da “vitória” ocidental, Arrighi ressalta a necessidade de aliar esta análise estrutural a uma análise também relacional, ou seja, a relação existente entre o Ocidente e o Oriente (e também ao resto do mundo). Arrighi fala a respeito da assimetria do comércio Ocidente-Oriente como uma força de riqueza e poder nas

¹³ A existência de uma estrutura de estados mais balanceada e descentralizada diz respeito à existência de diversos *locus* de poder, ou seja, cidades-estado ou Estados nacionais diversos que disputam entre si a conquista e a manutenção de territórios e rotas comerciais. Esta estrutura mais fragmentada, observada principalmente na Europa propicia um ambiente competitivo que leva à que o Estado acabe estimulando o desenvolvimento de estruturas econômicas, para fazer frente à competição, inclusive financeiramente. No Leste Asiático a existência de uma estrutura de estados fortemente centralizada na China, que por sua vez abrigava um Estado milenarmente fortalecido por uma unidade política unificada, parece dificultar a consolidação de um ambiente de competição e conflito, tal como observado na Europa. A centralização política observada na China se auto fortalecia mediante a reprodução de hábitos e costumes milenares, em detrimento do envolvimento em conflitos ou estimulando atividades econômicas comerciais.

duas regiões. Embora este comércio tenha sido importante para os dois sistemas, ele foi muito mais importante para a Europa do que para o Oriente, uma vez que o continente europeu soube explorar muito mais este comércio do que o próprio Oriente, assim como o fazia também em outras localidades.

Esta diferença relacional traduz-se principalmente através de um mecanismo fundamental, centrado no que McNeill (1982) denominou de *'self-reinforcing cycle'*. Segundo este autor, a competição interestatal na Europa convivia com um mecanismo baseado numa lógica em que a organização militar necessária para levar adiante as situações de conflito era sustentada pela expansão econômica e política deste continente, à custa, inclusive, de outros povos. Como aponta o autor:

Dentro do *cockpit* da Europa Ocidental, melhorias no aparato militar poderiam ser um artifício importante contra países rivais. Isto levava apenas a diferenciações locais na balança de poder, que contribuía para conter os países rivais. Para além das margens do raio de ação europeu, entretanto, o resultado foi a expansão sistemática – seja na Índia, Sibéria ou para as Américas. A expansão transfronteira sustentou a expansão das redes de comércios, elevando a riqueza europeia, e dando suporte a possibilidade de sustentar os gastos militares de forma menos onerosa. A Europa lançou-se ela mesma em um ciclo de auto-reforço no qual a organização militar sustentava e era sustentada pela expansão econômica e política, às custas de pessoas e estados de toda a Terra. (MCNEILL, 1982, p. 143 *apud* ARRIGHI 1999, p. 35 grifado pelo autor)

Segundo Arrighi, nenhum mecanismo desse tipo podia ser observado no Leste Asiático. A expansão do sistema Leste-asiático tinha como centro uma China que, nos períodos em que o apoio as atividades comerciais era estimulado (como na dinastia Song), este estímulo ligava-se muito mais a dar suporte às redes comerciais entre países periféricos do que explorar e extrair recursos. O Estado estava mais preocupado em investir nos parceiros comerciais, através de políticas de expansão e incorporação que funcionavam mais como um meio de enviar recursos para a periferia do que para extrair dela qualquer riqueza.

Embora tenha ocorrido uma competição interestatal também no Leste Asiático (por exemplo, entre o Japão e China), estes esforços levam a uma trajetória muito distinta da que se observa no sistema europeu. Em geral, segundo Arrighi, o tipo de competição que ocorre no leste asiático é mais centrado no papel do Estado nas redes de comércio e no comércio de pequena distância comparativamente ao de longa distância, como observado na Europa.

A construção na Europa de diversos impérios coloniais resultou em uma forte rede de comércio não só entre a Europa e o resto do mundo, mas dentro da própria Europa. Ocorreu, portanto, o contrário do Leste asiático, onde a tendência do comércio estrangeiro, por mais que constituísse impérios comerciais, não estimulou essa competição inter-estados. Segundo

Arrighi, o contato entre os países da Ásia encolheu rapidamente desde o fim do século XVIII e não se recuperou até o Ocidente forçar a China e o Japão a abrir seus portos para o comércio estrangeiro na metade do século XIX.

Em relação aos aspectos relacionais discutidos por Arrighi, há que se ressaltar também o fato de que, no período Quing (1644-1912), a ausência de uma política clara de apoio e militarização das regiões marítimas (inclusive dos chineses de ultra-mar) do Leste Asiático deixou um espaço para que os estados europeus pudessem cobrir este vazio. Assim, “gradualmente, o vácuo foi preenchido pelos Estados europeus, por companhias e mercadores capacitados para competir ou subordinar-se às redes marítimas chinesas. Tais companhias cresceram rapidamente por volta do século dezoito e dezenove”. (ARRIGHI, 1999, p. 36).

O mais importante, segundo Arrighi, é entender que estas distinções que permitiram ao sistema europeu avançar, em detrimento do sistema Leste Asiático, envolvem muito mais que questões puramente econômicas. Nem é possível dizer que se trata apenas de contingências históricas, mas sim da culminação de um processo lento, que por quase quatro séculos reforçou o chamado “*self reinforcing cycle*”, baseado, como dissemos, na escalada militar interestatal europeia sustentada por uma expansão econômica e política, às custas de diversos outros povos ao redor do globo.

Assim, na medida em que esta lógica possibilitou à Europa alcançar todo o globo, observa-se claramente o que poderíamos chamar de uma incorporação do sistema Leste asiático pelo Ocidente vencedor.

2.2) O “longo século” - O processo de Incorporação da China e do Leste asiático sob hegemonia britânica

Nesta seção pretende-se discutir os principais aspectos inscritos na segunda temporalidade proposta por Arrighi (1997b) correspondente ao chamado “longo século”, que cobre o período de desintegração do império chinês sob hegemonia inglesa, durante todo o século XIX. Os eventos que mais decisivamente mudaram a região Leste Asiática e a própria China nesta temporalidade começam com o avanço do poder ocidental na região através da imposição de regimes coloniais e semi-coloniais, principalmente pela potência britânica. Entre estes eventos destacam-se: o avanço da expansão dos chineses de ultramar, ou da diáspora mercantil chinesa, diante do controle do comércio formal chinês pelas nações

ocidentais; a ascensão de movimentos anti-coloniais na China a partir do final do século XIX e durante toda primeira metade do século XX; os recorrentes conflitos entre China e Japão pelo controle do comércio regional; e, por fim, a ascensão do Japão no cenário regional.

O avanço do poder ocidental no Leste asiático e na China fazem parte do processo de incorporação do sistema leste asiático pela economia-mundo européia. Este processo representa o esforço da potência hegemônica inglesa em promover sua doutrina do livre-comércio e incorporação de novos mercados, pondo fim às regulamentações estabelecidas pelo governo chinês e indiano para a realização do comércio da região. Apesar das deficiências que a China apresentava com relação ao desenvolvimento tecnológico e industrial, comparativamente à Inglaterra, o país apresentava um mercado interno muito significativo, como descrevemos anteriormente, bem como uma posição central no comércio regional. Esta realidade tornou difícil a inserção inglesa, como sugere Fairbank (op. cit.)

Mesmo Adam Smith reconheceria que o mercado interno da China era tão grande quanto o de todos os países da Europa reunidos. O extenso comércio interprovincial indicava que a China já estava altamente comercializada e bastante auto-suficiente. Os têxteis de Lancashire, por exemplo, não penetraram no mercado chinês porque o tecido de algodão 'Nankeem' feito à mão era um produto superior e mais barato para os objetivos locais e supriu grande parte das necessidades do Norte da China até 1930. Após a difícil luta para 'abrir' o mercado chinês, as principais importações da China para consumo em massa eram uma droga, o ópio, e um combustível, o querosene, um produto que não dependia da superioridade industrial ocidental. (FAIRBANK, 2002, p. 162).

Através do controle e manutenção das importações chinesas do ópio indiano a Inglaterra pôde encontrar uma forma de inserir-se no comércio regional. As duas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1858) representam datas significativas dos conflitos que vinham ocorrendo entre China e Inglaterra com o objetivo de impor à China a manutenção da importação do ópio indiano. Dessa forma seriam garantidos à Índia os recursos necessários para que esta cumprisse suas obrigações tributárias com a Inglaterra. As relações entre Índia e Inglaterra já vinham se estabelecendo há algum tempo, tendo contribuído inclusive para que essa última conseguisse se libertar da dependência financeira holandesa, através da exploração da colônia indiana. (Arrighi, 2001)

As Guerras do Ópio representam, de fato, o ápice de um conflito decisivo para a consolidação do domínio britânico na região através da imposição de suas regras e leis de comércio em detrimento das normas chinesas, que vinham prevalecendo há centenas de anos. (ARRIGHI, 2001). Nesse sentido a Guerra do Ópio significava principalmente um interesse pela igualdade diplomática e pelas oportunidades comerciais representadas pelo comércio

Leste-asiático que tinha na China um centro importante¹⁴. Tanto que, os tratados comerciais que derivaram da derrota chinesa nestas guerras (como o Tratado de Nanquim, de 1842) representaram de uma só vez: tratados de livre-comércio, que protegiam as atividades dos mercadores estrangeiros reduzindo a autoridade do governo chinês para impor tarifas unilaterais aos artigos comercializados, estipulando a abolição de qualquer tipo de monopólio e outros tipos de controles; e também a cessão de territórios chineses aos britânicos (Hong Kong); além do pagamento de várias indenizações. (ARRIGHI, op. cit.)

Seguindo a mesma lógica da liberalização dos mercados, a Segunda Guerra do Ópio (1856-1858) levou a uma continuidade das imposições de tratados que prejudicavam cada vez mais as condições de comércio chinesas. Segundo Arrighi,

O Tratado de Tiajin (1858) e a Convenção de Pequim (1860) ampliaram o chamado sistema de tratados portuários, acrescentando mais nove portos aos cinco já abertos ao comércio pelo Tratado de Nanquim. Aboliram a autonomia tarifária da China, reduzindo as tarifas alfandegárias a um máximo de cerca de 5% *ad valorem* e entregando a alfândega chinesa à supervisão de potências estrangeiras, representadas por um funcionário britânico.” (ARRIGHI, 2001, p. 245)

Embora os tratados, tanto o de Nanquim quanto o de Tiajin, tenham contribuído para agravar os prejuízos com o comércio do ópio, e, com isso, acelerado o declínio das bases financeiras e, assim, do próprio regime dinástico, vale lembrar que o controle das relações comerciais pelas nações ocidentais acabou por fortalecer outra face do comércio regional e chinês, qual seja, a expansão mercantil ultramarina, ou a diáspora chinesa.

Segundo Arrighi (op. cit.), diante da derrota chinesa frente à ofensiva inglesa na Ásia e à imposição de condições comerciais desvantajosas para a China, os comerciantes chineses, ainda que prejudicados pela exclusividade inglesa na importação e comércio do ópio, conseguem contornar esta situação desfavorável se posicionando como intermediários na importação do ópio indiano. Esses intermediários eram organizados em grupos e redes com base na língua, na residência, no parentesco e na proteção política, e acabaram obtendo uma vantagem na intermediação das importações de ópio que fazia seus lucros por vezes serem até

¹⁴ O controle das regras de comércio entre a China e as nações européias baseava-se no controle por parte da China das tarifas de importação e exportação. O comércio de Cantão, por exemplo, o único porto aberto aos europeus depois de 1759, “estava organizado no modo chinês típico: o governo comissionava um grupo de famílias de mercadores chineses para atuar como corretores na superintendência de comerciantes no exterior. A responsabilidade por cada navio ocidental era de uma firma chinesa que exercia a atividade de mercadoria de títulos. Esses mercadores formavam as guildas chamadas Cohong que respondiam às ordens do superintendente da alfândega marítima para a região, especialmente nomeado pelo imperador e denominado de Hoppo. (...) O Cohong e o Hoppo taxavam as importações estrangeiras e, em particular, as exportações de chás e de sedas. (FAIRBANK, op. Cit., p. 187).

maiores do que o dos fornecedores estrangeiros, até o ponto de passarem a competir com os estrangeiros. O resultado desse processo foi uma expansão sem precedentes das redes comerciais e das comunidades chinesas nas regiões costeiras da China e nas regiões vizinhas, possibilitadas pela capacidade dos comerciantes intermediários chineses em tirar proveito de suas vantagens no comércio.

Arrighi ressalta também, como responsável pela constituição da diáspora chinesa, o comércio de cules. Segundo o autor,

A maior expansão da diáspora comercial chinesa a ligar a China com o resto da região ocorreu no comércio de cules, isto é, no aliciamento e transbordo de trabalhadores contratados como aprendizes para prestar serviço em regiões de além-mar. Inicialmente promovido pelos portugueses no século XVI, o comércio de cules passou por um crescimento explosivo na segunda metade do século XIX. Entre 1851 e 1900, mais de dois milhões de ‘trabalhadores contratados’ foram embarcados para fora da China, 2/3 deles indo para o Sudeste da Ásia. (ARRIGHI, 2001, p. 260)

Esse processo contribuiu para que, a partir do final do século XIX, ocorresse uma expansão das redes de negócios e comunidades chinesas de ultramar que passam a se localizar nas regiões costeiras da China e nos interstícios do antigo sistema de comércio-tributo¹⁵. Assim, os comerciantes chineses passaram a figurar de forma proeminente entre essas comunidades intersticiais de negócios em todo o Leste Asiático. Apesar do comércio de cules estar nas mãos das companhias européias (como resultado da demanda nas nações européias pela mão de obra barata que o cule podia oferecer), muitas ramificações do comércio estiveram controladas por redes chinesas, particularmente sociedades secretas nos principais portos da China e do sudeste asiático. Os lucros nessas redes eram altos e se tornaram as bases fundantes de grandes fortunas entre os comerciantes chineses. Além de contribuir para o enriquecimento individual, o comércio de cules também deu origem às fortunas de cidades

¹⁵ A origem da diáspora chinesa guarda relação, segundo Fairbank (op. cit.), com a disseminação do comércio entre a China e os países asiáticos desde ao menos o século X. Segundo o autor, “enquanto comerciantes árabes vieram primeiro para a China, os juncos de mercadores chineses começaram a comercializar nos portos ao longo das penínsulas do Sudeste da Ásia e das ilhas das Índias Orientais. (...) Alguns pequenos estados, registrados em 1539, que enviavam tributos aos Ming consistiam de portos de escaladas das rotas de comércio que iam respectivamente da costa da Malásia até os estreitos de Malaca e através das Filipinas e da Ilha do reino de Sulu às Índias Orientais. Os comerciantes chineses estabeleceram seus agentes ou outras conexões nesses portos de comércio, onde começaram a crescer comunidades chinesas de residentes temporários. Em 1818, os portos de escala, na península de Malay, como Ligor, Sungora, Patani, Tregganu, Pahang e Johore, estavam relacionados nos registros do governo chinês como lugares frequentados por mercadores chineses. Essa comunidade de comerciantes chineses bem difundida já estava estabelecida quando os portugueses e espanhóis invadiram a Ásia Ocidental no século XVI”. (FAIRBANK, op. cit., 185)

portuárias como Cingapura, Hong-Kong, Penan e Macau, todas as quais se tornaram centros de riqueza e poder da diáspora chinesa¹⁶. (HUI, 1995 apud ARRIGHI, 1997b)

Apesar de ter contribuído para o fortalecimento das relações comerciais informais através da expansão da diáspora chinesa, as incursões britânicas no império chinês foram de fato um fator preponderante na derrocada do regime imperial e na desestruturação política e econômica da China. No final do século XIX, após várias batalhas travadas entre a China e os invasores ocidentais, a China foi forçada a pagar reparações e indenizações aos vitoriosos e abrir cada vez mais as cidades chinesas ao domínio e controle estrangeiros. O governo Quing, já enfraquecido, foi assolado por crises internas e externas, sem nunca ter conseguido responder a tais crises de forma efetiva. Internamente, movimentos anti-imperiais e anti-coloniais ganhavam força. A Rebelião Taiping (1860) tomou contornos de uma revolução social, com vistas à erradicação de componentes tradicionais da sociedade chinesa, como funcionários da pequena nobreza, eruditos e senhores de terra. Já a Revolução dos Boxers (1890), reunia a população pobre do noroeste da China que reivindicava a favor da China e contra a dominação estrangeira.(FAIRBANK, 2002)

O movimento Taiping emerge na região sul da China (Guangzhou) tendo como líder e fundador Hong Xiuquan, que pregava uma versão própria do cristianismo ocidental. Segundo Fairbank (op. cit.) a cristandade Taiping, influenciada com propósitos chineses, oferecia o apelo necessário para instigar a fé voltada à ação militante contra o regime imperial manchu. A partir da mobilização religiosa/militar, no fim de 1850, vinte mil verdadeiros fiéis responderam ao chamado de mobilização de Hong e lutaram contra as tropas imperiais. Em 11 de janeiro de 1851, Hong proclamou-se rei celestial da nova dinastia, o Reino Celeste da Grande Paz (Taiping Tianguo), e governou Nanjin até 1864.

A conquista Taiping deu-se em meio a conflitos violentos que percorreram todo o período em que Hong e seus seguidores estiveram no poder. As expedições para a conquista de territórios do norte (Beijing) e oeste fracassaram, além do que os líderes Taiping apresentavam pouca habilidade para o planejamento econômico e político. A falta de programa econômico e o fracasso em solidificar de modo criativo as proezas militares dos

¹⁶ Pelo fato dessas comunidades chinesas de ultra mar não estarem sob controle oficial do governo chinês, elas puderam deixar florescer uma cultura do comércio, condenada (como vimos) pelo governo Ming. Sob regras oficiais e sociais bem diferentes, essas comunidades “quase sempre acumulavam capital e tornavam-se empreendedores de risco com seu estilo de vida. Suas empresas familiares em regiões coloniais da Grã-Bretanha, Holanda e França, beneficiavam-se do código de leis europeus. (FAIRBANK, op. cit, p. 185)”. “Ao longo do tempo essas comunidades de comerciantes chineses do além-mar tornaram-se uma facção periférica externa ativa da China marítima que se opunha aos comportamentos baseados na terra e centralizados na agricultura dos impérios Ming e Quing.” (op. cit., p. 186)

Taiping levaram à matança e destituição do povo chinês e ao colapso do governo Hong. (FAIRBANK, op. cit)

Aos movimentos de rebelião anti-imperiais dos Taiping sucederam-se movimentos anti-coloniais. Em Shandong, a noroeste da China, camponeses reuniam-se em sociedades secretas defendendo seus interesses contra a invasão estrangeira. Ao contrário dos Taiping, os boxers baseavam-se em tradições camponesas ligadas ao pugilismo (artes marciais) e ao xamanismo. A partir de um ritual para entrar em um tipo de transe, os boxers partiam para a luta apoiando a dinastia Qing contra o domínio estrangeiro. Já em 1900, os boxers invadiram Beijing e Tianjin matando cristãos e saqueando. Em junho do mesmo ano tropas estrangeiras atacaram os fortes costeiros de Tianjin, mas o apoio da imperatriz e do grupo dominante da corte uniram-se aos boxers na defesa do império.

O movimento foi minado pela posição assumida por governadores de províncias chinesas de apoio aos estrangeiros. Eles declararam que o conflito era uma simples rebelião e garantiram a paz na China Central e no Sul, de forma que o movimento ficasse restrito ao norte. Estes governadores, representando os poderes imperiais, preferiram manter os acordos comerciais dos tratados estabelecidos entre o país e as nações estrangeiras. O protocolo assinado em 1901 reforçou ainda mais a posição submissa chinesa diante de indenizações que deveriam ser pagas aos estrangeiros pelo fim dos conflitos. (FAIRBANK, op. cit. p. 220).

Embora a invasão ocidental e as revoluções internas tenham sido aspectos importantes da dissolução política e econômica do império chinês, foi o conflito entre duas nações do próprio Leste Asiático que acabou por colocar em xeque o Estado centralizado representado ainda pela dinastia Qing. China e Japão envolveram-se, ainda no final do século XIX, em um grande conflito (Guerra Sino-Japonesa de 1894) que resultou em diversos tratados que beneficiavam o Japão, que saiu vitorioso desta primeira batalha e de muitas outras que viriam marcar a trajetória destes dois países até a segunda metade do século XX.

A rivalidade entre China e Japão teve influência significativa na reestruturação e aparente desintegração do antigo sistema de comércio-tributo Leste asiático centrado na China, e também na orientação política dos movimentos nacionalistas internos, que sempre se opunham às incursões japonesas. Até mesmo a vitória de Mao e a consolidação da República Popular da China, já na metade do século XX, guardam relação com as constantes ameaças de dominação japonesa.

De fato, após a invasão estrangeira o Japão se sobressai como país influente, econômica, política e militarmente, com repercussões na desestruturação política e econômica

observada na China. Segundo So e Chiu (1996), embora a China fosse um império, controlando e estendendo seus domínios através dos Estados tributários, seus burocratas e membros das classes superiores foram relutantes em absorver as técnicas e valores do ocidente. Além do mais, a estrutura de governo no período Quing, marcada por uma aliança entre o Estado central e a classe superior proprietária de terras, representava um poder forte contra a ofensiva estrangeira e contra os movimentos anti-imperiais domésticos, o que limitava as mudanças em direção à modernização. No caso do Japão, a estrutura política era marcada não por uma aliança, mas por uma disputa entre o governo Tokugawa e os lordes proprietários de terra, disputa que de certa forma serviu para enfraquecer o Estado imperial e facilitar a incursão estrangeira. O traço essencial dessa incursão bem sucedida traduz-se na rapidez com que o Japão levou adiante seu processo de modernização com a Revolução Meiji, que centralizou o poder nas mãos de um governo nacional e retirou os poderes regionais e das autoridades locais. (ARRIGHI, 1999).

Mais uma vez o peso da autocracia imperial chinesa, representada por uma unidade política fortemente centralizada, parece ter imposto à China os custos de uma retomada da trajetória de desenvolvimento econômico.

Outro aspecto ressaltado pelos autores é o fato de que a China era muito mais atrativa do ponto de vista das nações ocidentais européias, por possuir mais recursos e um mercado muito mais representativo, do que o Japão. Este último, graças à sua posição geopolítica – longe do alcance dos grandes poderes navais europeus - foi muito mais alvo dos interesses dos Estados Unidos, que tão logo surgiram como um poder representativo na região.

O fato de o Japão acabar se posicionando como líder no Leste Asiático após a incorporação pela Inglaterra, quando a China parecia muito mais apta a representar este papel, representa uma ironia histórica,

Aqui a ironia histórica é que na China, o fraco Estado Quing era forte o bastante para suprimir os últimos desafios de rebeliões camponesas, impedindo assim reestruturações na organização do Estado e do poder, já no Japão, o fraco governo Tokugawa rapidamente sucumbiu em face dos movimentos nacionalistas da antiga ordem feudal, permitindo o fortalecimento do Estado Meiji e a emergência de instituições e reformas. (SO & CHIU, 1996, p. 475)

A capacidade de o Japão levar adiante um processo de modernização e tornar-se um líder regional esteve ligada também à influência exercida pela conjuntura da economia mundial. Esta conjuntura é marcada por uma fase de contração econômica e acirramento da competição e rivalidade entre as nações ocidentais e a potência britânica, além da emergência

dos Estados Unidos, que despontam como uma forte influência econômica e militar ainda no final do século XIX.

O período que vai do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial é, de fato, marcado pelo início da desintegração do poderio britânico no controle do equilíbrio de poder mundial. A Grande Depressão de 1873-1896 intensifica a rivalidade entre as nações e estimula o surgimento de complexos industriais-militares que passam a competir com a Inglaterra. A industrialização alemã, os esforços territorialistas franceses e as investidas militares russas anunciam um período de corrida militar armamentista e imperialista, que coloca em xeque a posição britânica de potência isolada no cenário industrial mundial. A expansão financeira sistêmica centrada ainda na Inglaterra anunciou a maturidade dos processos de acumulação de capital realizados ao longo de todo o século XIX e forneceu, juntamente com a indústria bélica americana, as bases para a corrida imperialista do período.

Se para os Estados Unidos a Primeira Guerra contribuiu para duplicar seus recursos externos, para a Inglaterra representou a escalada de gastos governamentais e liquidação dos seus ativos mediante a necessidade de financiamento bélico. Embora a supremacia britânica ainda se concentrasse na utilização da libra esterlina, as duas guerras mundiais levaram a uma centralização quase completa da liquidez mundial nas mãos dos Estados Unidos. Já em 1910 estes contavam com 31% das reservas oficiais de ouro mundiais. (ARRIGHI, 2001).

Segundo Arrighi (1999), em meio ao acirramento da competição entre as nações ocidentais – e principalmente frente à necessidade da Inglaterra em manter o que restava de seus domínios ao redor do mundo -, o Japão poderia servir como uma ferramenta de manobra estratégica. Para a Inglaterra, o Japão seria interessante principalmente contra a Rússia, que ameaçava estender territórios no Leste Asiático (com o Japão tendo vencido a Guerra contra este país em 1905). O fato é que o Japão parece ter se aproveitado ou se colocado em uma posição muito atraente para que as nações ocidentais pudessem usá-lo como uma aliança estratégica dentro do Leste Asiático.

O Japão procurou aproveitar este processo para concretizar internamente um processo de modernização bem sucedido, muito à custa de uma reorganização do Leste asiático. A evidência mais significativa desse processo é a vitória desse país na primeira guerra Sino-Japonesa, em 1894, em que a China tem que pagar uma série de indenizações ao Japão. Esse financiamento, aliado à abertura do mercado chinês, promove um estímulo adicional à industrialização têxtil japonesa, como parte de uma estratégia de desenvolvimento que envolvia também a posse de antigos domínios chineses, quais sejam, Taiwan e Coréia.

Por outro lado a China, derrotada na Guerra Sino-Japonesa, viu-se obrigada a levar adiante uma série de medidas como empréstimos, outorgas, concessões a estrangeiros e taxas internas, com o intuito de recuperar-se da derrota. Estas reformas, aliadas à tentativa de modernização, corroeram o poder tradicional chinês que sustentava a classe proprietária de terras, resultando no colapso do regime dinástico em 1911, com a fundação da República.

De fato, o que se observou foi uma tentativa bem sucedida, por parte do Japão, de controlar o comércio Leste asiático através de cláusulas mais favorecidas a este país. No caso do domínio sobre a Coréia, por exemplo, o Japão estabeleceu cláusulas de comércio mais favoráveis, que depois seriam seguidas pelas nações ocidentais. Entretanto, a soberania japonesa (advinda da capacidade deste país em se tornar uma potência comparável às grandes nações européias, principalmente pela sua capacidade de ter utilizado a vitória contra a China em seu favor) estava subjugada aos ditames das nações imperialistas ocidentais. Depois da assinatura do Tratado de Shimonoseki (1895) várias potências começaram a cobrar do Japão a continuidade do conflito com a China, visando com isso a possibilidade de conquistar territórios que seriam então destinados às nações ocidentais.

Quando a Crise de 1929 se manifesta nas potências ocidentais, as tendências imperialistas do que parecia uma inserção pacífica começam a apresentar traços de uma verdadeira colonização. Nesse momento o Japão, que até então tinha funcionado como um veículo de entrada na economia Leste asiática, passa a ser apenas uma nação em ascensão que deveria ser contida. O domínio japonês no Leste asiático era desafiado, nesse sentido, já na primeira metade do século XX, pela nova potência hegemônica que emergia na economia-mundo capitalista, os Estados Unidos. A imposição de diversos embargos aos produtos japoneses exportados para os Estados Unidos reflete a postura americana em conter o avanço japonês. O conflito entre os dois países chega ao ápice, já na década de 40, com a resposta japonesa através dos ataques à base americana de Pearl Harbor e a contra-ofensiva americana, com a entrada definitiva na guerra e os ataques às cidades de Hiroshima e Nagasaki. (ARRIGHI, 1997b).

Além dos desafios impostos pelos conflitos com a potência americana, o Japão tem de enfrentar a oposição representada pela emergência dos movimentos nacionalistas de orientação socialista na China, que lutariam com todas as forças para recuperar a soberania nacional e expurgar os domínios estrangeiros, dentre eles o japonês. O ápice dessa oposição é justamente a vitória do Partido Comunista, de Mao, sobre os japoneses, que conta como fator

fundamental a vitória interna do Partido contra o rival Kuomintang, levando à subsequente instauração da República Popular da China, já no fim da primeira metade do século XX.

O período que antecede a vitória de Mao é marcado justamente pela disputa política entre o tradicional partido Guomintang e as diversas forças que surgiam em conflito com as invasões estrangeiras, principalmente japonesas. Segundo Fairbank (op. cit.), o período pode ser analisado sob dois focos diferentes: um cultural, em que se assiste na China a manifestação da influência estrangeira, resultante das constantes invasões (representada pela novidade de mercadorias, idéias e costumes estrangeiros nunca antes vistos); e um foco político, que revelava uma China que ainda tentava preservar os traços de milênios de convívio com o regime dinástico. Segundo o autor, a uma tentativa fracassada de reviver o império, seguiram-se anos politicamente regidos por senhores de guerra que instaurariam a desordem no país. Enquanto isso os estrangeiros desempenhavam papéis econômicos e administrativos fundamentais nos portos signatários dos tratados de comercialização. (FAIRBANK, 1992, p. 239)

Todos esses interesses difusos serviram de inspiração para a revolução nacionalista contra o imperialismo estrangeiro, que foi acompanhada, em um início bastante agressivo, de uma revolução social que visava mobilizar as massas de agricultores em defesa da Terra. Entre as grandes potências, a Inglaterra e os Estados Unidos procuraram de uma forma não tão aberta estimular os processos de reforma que pudessem levar à contenção dos movimentos sociais e a evitar transformações estruturais. Por outro lado, a União Soviética apoiou uma violenta revolução social ajudando os nacionalistas e comunistas. (FAIRBANK, op. Cit,)

De fato, os conflitos que se seguiram nesse período, e os próprios movimentos de libertação nacional dentro da China, responderam a dois aspectos: aos movimentos internos à sociedade chinesa, resultantes dos diversos interesses presentes após o fim do regime dinástico; e também à conjuntura política mundial, cuja maior influência era exercida pelo marxismo-leninismo no contexto da Revolução Soviética de 1917. Como aponta Arrighi,

A mudança no relacionamento entre China e Japão sob o impacto da dominância ocidental marca o estágio de evolução dos movimentos nacionais de libertação na China. Não obstante, a própria evolução – isto é, a natureza dos movimentos de resposta aos desafios colocados pelo nascimento do imperialismo japonês e a eficácia destas respostas em atender aos objetivos dos movimentos – foi determinada primariamente pelos movimentos da sociedade chinesa, de um lado, e pela política mundial, por outro lado. (ARRIGHI, 1997b, p. 12)

2.3) Terceira temporalidade: O ressurgimento do Leste asiático e da China

Como vimos até agora, os processos econômicos e políticos observados na região do Leste asiático e na própria China não podem ser entendidos sem que se leve em consideração a influência exercida pelo desenvolvimento da própria economia-mundo, à qual os países desta região passaram a estar vinculados estruturalmente a partir da sua incorporação. Assim, as transformações observadas nas relações econômicas no que podemos denominar de economia-mundo leste asiática guardam uma relação estreita com os interesses e objetivos colonizadores das nações ocidentais, lideradas primeiramente pela Inglaterra e, posteriormente pela emergência dos Estados Unidos como nova potência mundial, já no começo do século XX.

Esta seção analisa os aspectos da ascensão atual da China e do Leste asiático inscritos na terceira temporalidade, sugerida por Arrighi como unidade de análise. Esta temporalidade é mais recente e cobre o período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais. Nesse período, destacam-se pelo menos dois conjuntos de processos que se revelam essenciais para a compreensão da atual ascensão chinesa: os resultados da Segunda Guerra Mundial em termos geopolíticos e econômicos, traduzidos na formação de uma estrutura mundial bipolar (Guerra Fria) e na consolidação da chamada “era de ouro” do capitalismo; e as transformações observadas a partir da crise dos anos 70, com o início da perda de poder americano e o acirramento da competição internacional.

Os impactos dessas transformações na economia mundial são sentidos no Leste asiático e traduzem-se: na emergência da economia japonesa e posteriormente dos tigres asiáticos, as chamadas NIEs (*new industrializing economies*), como focos de forte dinamismo dentro da estrutura da economia-mundial; no ressurgimento da China dentro de uma rede fortemente integrada de comércio que começa a se moldar na região.

2.3.1) Pós Segunda-Guerra - influência da hegemonia americana e a bipolaridade EUA-URSS

O resultado da Segunda Guerra Mundial traduzido na vitória das forças aliadas sobre os países europeus integrantes do Eixo (Alemanha e Itália) e sobre o Japão, representa a consolidação do poderio americano, tanto militar quanto econômico, que já vinha sendo construído desde o começo de século XX, ainda sob a égide da hegemonia britânica.

Assim como a Inglaterra, os Estados Unidos criaram uma série de condições favoráveis à expansão econômica baseada em grande medida na capacidade do Estado americano em se aliar a uma economia interna que vinha se desenvolvendo com bastante vigor, já desde o final do século XIX. De acordo com Fiori (2004), embora a ascensão dos Estados Unidos possa ser vista como um fato revolucionário dentro da história do sistema mundial, por ser a primeira hegemonia que se forma fora da Europa, o fenômeno reproduz não apenas o próprio movimento de expansão da economia capitalista européia, como também as características comuns ao processo de consolidação da hegemonia britânica. Um dos aspectos dessas semelhanças é a tendência expansiva que desde sempre acompanhou os objetivos do Estado americano. Graças a uma postura de independência, mas mantendo vínculos com a economia inglesa, os EUA puderam estabelecer uma relação complementar, funcionando dentro de uma “zona de co-prosperidade” da Inglaterra, tornando-se muito mais do que uma mera periferia agro-exportadora e tornando-se mais um caso de “desenvolvimento a convite”. (FIORI, 2004).

Além da relação de complementaridade com a Inglaterra, os EUA vinham promovendo uma forte expansão territorial através do comércio de longa distância durante grande parte do século XIX, inclusive na Ásia. Seguindo um modelo baseado na territorialidade econômica, em lugar do modelo que priorizava a responsabilidade administrativa, os Estados Unidos fortaleceram relações comerciais dentro da Ásia, com a China e Japão. Quando a Guerra civil americana se instaura, com conseqüências típicas das guerras européias responsáveis pela construção dos estados nacionais modernos, os Estados Unidos já tinham completado a conquista do seu território continental e haviam dado passos diplomáticos importantes. (FIORI, op.cit.). Como sugere Arrighi (2001)

Antes mesmo da Primeira Guerra mundial, portanto, os Estados Unidos haviam despontado nos interstícios como uma potência regional das Américas, limitando seriamente o poder global da Grã-Bretanha hegemônica. A Doutrina Moroe – nascida como um instrumento de política britânica do equilíbrio de poder – passou a ser exercida pelos Estados Unidos como um instrumento muito eficaz de sua supremacia regional, à qual a própria Grã Bretanha teve que se submeter. A primeira Guerra mundial simplesmente transformou essa supremacia regional em um instrumento de dominação global, a princípio pela redistribuição maciça de recursos da nação hegemônica em declínio para a que estava em ascensão, redistribuição causada pela venda de suprimentos de guerra. (ARRIGHI, 2001, p. 88)

A posição especial da economia americana nas duas Guerras mundiais é de vital importância para os resultados positivos alcançados por aquele país. A posição de oficina de guerra ocupada pelos EUA, através da venda de materiais bélicos para Europa e Japão - e todo

o estímulo que este esforço provoca em termos econômicos e tecnológicos – aliada à posição geográfica ocupada pelos EUA, beneficia fortemente esta economia e sela de vez a posição central que iria ocupar no cenário mundial.

Tavares e Belluzzo (2004) ressaltam que, embora no final do século XIX os EUA já estivessem na posição de maior economia industrial do planeta, com um capitalismo moderno baseado na grande corporação americana, com a instauração das duas guerras mundiais esse país consegue utilizar seu enorme potencial econômico em condições ideais: o esforço de guerra, que legitima a centralização das decisões nos órgãos estatais de coordenação, ao mesmo tempo em que a segurança do território, garante a proteção do aparato produtivo e das redes de transporte e comunicações. (TAVARES e BELLUZZO, 2004)

Dessa forma, após a Segunda Guerra os Estados Unidos representavam a maior potência econômica mundial, e puderam exercer sua hegemonia através do chamado acordo de Bretton Woods. Este acordo representava a consolidação do padrão dólar-ouro como moeda de reserva mundial, proporcionando a manutenção de taxas de câmbio fixas – mas ajustáveis – que permitiam a manutenção de certa estabilidade nos balanços de pagamentos dos países. Além disso, a criação de instituições multilaterais (FMI e Banco Mundial) financeira nesse período a reconstrução dos países destruídos pela guerra, reforçando, ao mesmo tempo, a hegemonia americana no continente europeu, em contraposição ao avanço socialista.

Apesar de esse cenário representar a estratégia americana de manter sua hegemonia através da condição de credor mundial, o ambiente favorável também proporcionou aos Estados nacionais a capacidade de realizar políticas expansionistas que consolidaram em diversos países o padrão keynesiano de gestão do Estado e o surgimento dos Welfare States europeus, assim como a capacidade de crescimento econômico conjunto de diversos países. (TAVARES E FIORI, 1993).

O ritmo de crescimento em diferentes países não encontra precedentes na história do capitalismo, o que levou ao reconhecimento de que se tratava da era de ouro do capitalismo, como sugere GLYIN (1991 apud ARRIGHI, 1994),

Não há dúvida de que o quarto de século que se seguiu à reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial foi um período de prosperidade e expansão sem precedentes para a economia mundial. Entre 1950 e 1975, a renda per capita nos países em desenvolvimento teve um aumento médio de 3% ao ano, acelerando-se em 2% na década de 1950 para 3,4% na seguinte. Essa taxa de crescimento, historicamente sem precedentes nesses países, ultrapassou a que fora alcançada pelos países desenvolvidos em sua fase de industrialização. (...) Nos próprios países desenvolvidos, (...) o PIB per capita cresceu quase duas vezes mais depressa do que

em qualquer período anterior, desde 1820. A produtividade do trabalho aumentou duas vezes mais depressa do que em qualquer época e houve uma aceleração extraordinária na taxa de crescimento do estoque de capital. O aumento desse estoque representou uma explosão de investimentos, de duração e vigor sem precedentes históricos. (GLYIN et AL., 1991, p. 41-42 apud ARRIGHI, 1994, p. 307)

O quadro econômico e geopolítico que resulta da Segunda Guerra Mundial, traduzido tanto da posição central ocupada agora pelos Estados Unidos quanto pelos conflitos inseridos na chamada Guerra Fria, entre este país e a União Soviética, molda a trajetória de desenvolvimento dos países europeus destruídos pela guerra e dos países Leste Asiáticos, como Japão e China. Em relação a esses dois países, observa-se a manifestação regional da bipolaridade do pós-guerra traduzida na preocupação tanto americana quanto soviética em manter áreas de dominação e influência.

De acordo com Selden (1997), a trajetória política e econômica do Japão e da China, bem como a relação ente esses dois países entre os anos 1945-70, é profundamente influenciada pelos resultados da Segunda Guerra e do conflito EUA-União Soviética. Ainda em 1947 a política americana para o Leste Asiático é cristalizada em torno de dois objetivos: a reconstrução do Japão como um parceiro econômico e financeiro na Ásia, dentro da estratégia de supremacia econômica americana; e a criação de uma estrutura pan-americana cuja base e aliança fossem utilizadas para conter a influência soviética e o poderio regional chinês, na prevenção de trajetórias que pudessem levar à implantação de regimes comunistas. (SELDEN, 1997, p. 308).

Assim, a trajetória das políticas econômicas tanto do Japão como da China neste período, assim como a inter-relação entre esses dois países, é profundamente influenciada pelos resultados da Segunda Guerra Mundial, onde se tem, de um lado, a consolidação da potência americana – e seu apoio ao desenvolvimento pró-capitalismo no Leste asiático centrado do Japão -, e, por outro, a preocupação em isolar a China, na medida em que esta poderia, sob influência ideológica soviética, levar adiante a consolidação de um Estado socialista desenvolvido. (ARRIGHI, (1997)

Os objetivos dos EUA no Leste asiático se concentraram, nesse sentido, na reconstrução do Japão, como um centro financeiro e econômico importante dentro da Ásia. Essa relação estabeleceu-se através de um apoio que se manifestou tanto em termos de ajuda financeira para a reindustrialização e o avanço tecnológico, como em termos de fortalecimento das relações comerciais, com a abertura do mercado americano para os produtos japoneses. O apoio financeiro, principalmente nos gastos militares, possibilitou ao

Japão direcionar seus recursos internos exclusivamente para uma corrida industrial e tecnológica, com resultados que o levaram a uma posição de destaque entre os países da chamada zona de núcleo-orgânico da economia mundial, na década de 70. Como ressalta Selden

No começo de 1947, os Estados Unidos promoveram a restauração da economia japonesa dentro dos parâmetros de seu poderio. (...) Eles encorajaram a reindustrialização e o avanço tecnológico e abriram o mercado americano para as exportações japonesas; forças americanas foram confiadas ao Japão frente à necessidade de gastos militares e para evitar ações autônomas; encorajou-se também a restauração do comércio japonês com nações asiáticas dentro da órbita americana; (...). Nas décadas subsequentes o pacote foi seguido para assegurar o crescimento japonês em consonância com os países Leste Asiáticos (NIEs) dentro na zona de influência americana da Ásia polarizada. (SELDEN, 1997, p. 309)

Os resultados traduziram-se no crescimento da economia japonesa ainda na década de 50. Durante a década de 40 o Japão cresceu apresentando, em média, um Produto Interno Bruto em torno de U\$167.374 milhões de dólares. Já na década de 50, a média ficou em U\$242.902 milhões. (HISTORICAL STATISTICS). Durante todo o período pós-guerra até a década de 70, o PIB per capita japonês cresceu seis vezes, crescendo a 8% ao ano, enquanto os países da Europa ocidental cresciam a 4%. (OZAWA, 2002)

Na esteira dos objetivos americanos no Leste Asiático, de contenção da influência comunista, a China acabou por sofrer as conseqüências da posição assumida pelos Estados Unidos, de isolá-la do comércio mundial. Além do embargo imposto à China, o envio de tropas a Taiwan para defender e proteger o partido rival de Mao Tsé Tung, o Guomintang, e também o envio de tropas à Coreia, para lutar contra o comunismo neste país, são algumas manifestações da geopolítica estadunidense no Leste Asiático.

Frente à hostilidade americana (e como parte do projeto socialista do Partido Comunista, de Mao), a China adota o modelo leninista de Estado, para fortalecer sua ordem política e confrontar os inimigos imperialistas. A implantação do modelo socialista promove uma aceleração dos processos de coletivização, nacionalização e estímulo à indústria pesada (SO & CHIU, 1996). Os primeiros anos da República Popular da China – de 1949 até o final da década de 60 – foram um período de reconstrução, crescimento e inovação em relação aos aspectos econômicos, principalmente durante o período do Grande Salto à Frente (1958-60). (FAIRBANK, 2002). Mas, embora os avanços tenham sido importantes, principalmente em se tratando de um país até então tipicamente agrário, ao contrário do que ocorreu no Japão o crescimento industrial não se traduziu em ganhos em termos de PIB per capita,

particularmente para a população rural chinesa. A acumulação forçada pela via do Estado e da coletivização não permitiu a internalização de uma dinâmica industrial que promovesse uma melhoria em termos de emprego e renda, tal como observamos no Japão e também nos Tigres Asiáticos. (ARRIGHI, 1997)

De fato, tanto o Japão como os países Leste asiáticos fizeram parte de um processo mais amplo que alterou significativamente a divisão internacional do trabalho e o esquema centro-periferia que prevalecia até então, na medida em que se tornaram um lócus da expansão transfronteira da empresa americana. Este processo de expansão americana não se deu apenas pelo comércio, através da extração dos recursos dos territórios conquistados, como tradicionalmente se observava nas relações entre países centrais e a periferia, mas sim pela instalação de filiais do grande capital americano estratificado. Como sugere Tavares e Belluzzo,

No segundo pós-guerra, a expansão da grande empresa vai promovendo paulatinamente o aparecimento de fluxos comerciais entre países que são, na verdade, comércio entre matrizes e filiais. Este movimento vai se deslocando do Atlântico norte para a América Latina, avançando depois para o Pacífico. Ao chegar à Ásia muda novamente a divisão do trabalho em que esta região se torna grande produtora de manufaturas baratas e importadora de matérias-primas. Essas modificações alteram completamente os termos da relação centro-periferia propostos pela Inglaterra (...). As relações de troca no comércio mundial deixaram de inclinar-se a favor das manufaturas e contra os produtos primários porque é no território dos países asiáticos de mão de obra barata e com abundância de IDE que se produzem as novas manufaturas. (TAVARES e BELLUZZO, 2004, p.124)

Estas mudanças no cenário da economia mundial são fundamentais no entendimento da ascensão não só dos chamados Tigres Asiáticos, na década de 80, como também da própria China nas duas últimas décadas do século XX e até hoje. A ascensão da região Leste Asiática guarda forte relação com as mudanças observadas na economia-mundial a partir da Segunda Guerra Mundial, traduzidas tanto no objetivo geopolítico da potência americana quanto nas mudanças nos aspectos da grande empresa, que caminha cada vez mais para a internacionalização.

Até a década de 70 e 80, o fato de a China estar sob embargo americano, desde o período pós-guerra, dificulta fortemente sua inserção numa dinâmica regional importante (detalhada no Capítulo 3) responsável pelo ressurgimento do Japão e dos Tigres neste período. É apenas a partir da instalação de uma nova conjuntura, resultante das transformações iniciadas na década de 70, que a China insere-se novamente no plano regional e internacional.

Como vimos nesta seção, entretanto, as trajetórias do crescimento japonês e Leste Asiático do período em questão, têm seu alicerce já no pós-guerra, a partir da instalação da bipolaridade mundial da Guerra Fria e, principalmente, da postura dos EUA em abrir-se para o comércio com o Japão e com alguns países do Leste asiático. Tal processo ganha impulso e passa a incorporar outros países asiáticos, inclusive a China, na medida em que o cenário mundial se vê diante de um acirramento da concorrência interestatal onde os Estados Unidos começam a perder força como potência hegemônica.

2.3.2) Os anos 70: declínio da hegemonia americana e ressurgimento do Leste asiático

O arranjo político institucional que vigora no período do pós-segunda guerra chega ao fim na década de 70. Para Arrighi (1994), partindo de uma perspectiva de análise histórica, percebe-se que as mudanças observadas a partir da década de 70 fecham a fase de expansão material que marcou as décadas de 50 e 60. O desdobramento de um período onde o capital excedente é reinvestido no comércio e na produção em escala maciça encontra limitações que intensificam as pressões competitivas sobre as organizações governamentais e empresariais da economia mundial. Pressões que levam, por sua vez, a uma retirada maciça do capital monetário do comércio e da produção, em direção a formas de acumulação principalmente financeiras, marca fundamental do período que se inicia. (ARRIGHI, 1994).

Para Arrighi, este ciclo é apenas mais um entre outros que o precederam, como as fases de expansão material de 1850 e 1860. A observação dessa recorrência permite ver a década de 70 como um momento específico, mas que ao mesmo tempo congrega elementos comuns a outros períodos da trajetória de desenvolvimento da economia-mundo. Descartando-se a idéia de que se trataria de um período “revolucionário” e completamente novo na história do capitalismo, a não ser pelo volume, a escala e o âmbito observado no período recente, principalmente com relação aos instrumentos de acumulação financeira.

De uma forma mais detalhada e específica das transformações econômicas, pode-se afirmar que as mudanças observadas a partir da década de 70 manifestam-se a partir do próprio ambiente instaurado no período pós-guerra, em que vários países, principalmente a Alemanha e o próprio Japão, puderam re-erguer suas economias em direção à expansão econômica. Esta reconstrução significou também uma disputa por mercados até então controlados pelos Estados Unidos e um acirramento generalizado da competição no comércio

internacional, o que fez com que a economia americana começasse a sentir pressões sobre sua balança comercial e apresentar déficits no balanço de pagamentos (BELLUZZO,1995, p. 11).

Dessa forma, os EUA se colocam numa situação de dificuldade em manter o lastro na moeda, já que as reservas são fundamentais para manter a estabilidade do padrão fixo do câmbio. As pressões sobre o dólar, resultantes da participação cada vez maior do déficit comercial no balanço americano, dificultam a conversibilidade a uma taxa fixa com o ouro. De acordo com Belluzzo (op. cit.) os Estados Unidos não foram capazes de sustentar a posição do dólar como moeda-padrão, tendo em vista que uma oferta “excessiva” de dólares brotava do desequilíbrio crescente do balanço de pagamentos, agora sob a pressão de um déficit comercial.

A partir disso, os EUA estabelecem um câmbio flutuante, no intuito de corrigir o déficit no balanço de pagamentos. Nesse momento, rompe-se com o acordo de Bretton Woods, e diversos países também são levados a estabelecer o câmbio flutuante. Entretanto, a desvalorização da moeda americana não traz o resultado esperado, devido ao papel exercido pelos capitais de curto prazo e os efeitos negativos sobre os preços. Dessa forma o déficit americano não se recompõe e ao mesmo tempo a moeda americana se desvaloriza cada vez mais.

Com a flutuação das taxas de câmbio, os bancos centrais não controlam mais os movimentos de especulação, o que promove um forte movimento de capitais de curto prazo em todo o mundo. Como resposta à desvalorização do dólar e ao aumento do preço do petróleo no mercado mundial (e na tentativa de acabar de vez com os problemas de balanço de pagamentos), os EUA aumentam drasticamente em 1979 a taxa de juros do país, o que marca definitivamente o fim do acordo de Bretton Woods (BELLUZZO, 1995, p.14).

Essas medidas (de desvalorização e aumento da taxa de juros) marcam o início de um período de valorização dos capitais de curto prazo e de forte descentralização do sistema monetário internacional. Intensifica-se a ação dos mercados financeiros de títulos de dívida e aumenta a capacidade dos bancos privados de criar formas de acumulação sem base real. Como explica Belluzzo(1995:16):

(...) a evolução da crise de crédito internacionalizado e as respostas dos Estados Unidos ao enfraquecimento do papel do dólar criaram as condições para o surgimento de novas formas de intermediação financeira e para o desenvolvimento de uma segunda etapa da globalização. Esse processo de transformação na esfera financeira pode ser entendido como a generalização e a supremacia dos mercados de capitais em substituição à dominância anterior do sistema de crédito comandado pelos bancos. (BELLUZZO, 1995, p. 16)

Apesar de todas as tentativas de manutenção do seu poderio econômico e financeiro, a ruptura do padrão dólar-fixado, a derrota na Guerra do Vietnã e as crises do petróleo balançam os pilares do poder americano. A vulnerabilidade do dólar como moeda internacional diante das transformações da década de 70 só será contornada com a chamada “diplomacia do dólar forte” do governo Reagan. Segundo Tavares e Belluzzo (2004), a elevação sem precedentes da taxa de juros fomentou ao mesmo tempo o déficit orçamentário do governo Reagan e a valorização do dólar, responsável pelo crescimento rápido do déficit americano.

Após um choque inflacionário no início dos anos 80, a política de sobrevalorização do dólar permitiu à economia americana retomar o crescimento sem pressões inflacionárias através da elevação do poder de compra dos salários apoiada em importações de bens de consumo baratos e expansão monetária acima da renda nominal.

A política de sobrevalorização da moeda americana e a abertura à importação bataram, segundo Tavares (op. cit.), “a chuva criadeira” para os países da Ásia, em particular Japão, Coréia e Taiwan. Este foi o período dos grandes superávits comerciais japoneses, coreanos e de Taiwan. Em 1980 o Japão apresentava um déficit de 10.750 bilhões dólares, a Coréia um déficit de 5.312 bilhões e Taiwan um déficit de 818 milhões. Na metade da década, em 1985, o Japão já tinha um superávit de 51.150 bilhões de dólares, a Coréia já tinha reduzido seu déficit para 1 bilhão e Taiwan já apresentava um superávit de 9.206 bilhões dólares. No final da década os três países aumentaram ainda mais o saldo positivo na balança comercial, com o Japão chegando a mais de 60 bilhões e a Coréia, a 5 bilhões. (IMF, *World Economic Outlook Database*, 2007).

A política americana de sobrevalorização cambial chegaria ao fim em meados da década de 80, com as decisões definidas no que ficaria conhecido como Acordo de Plaza (1985). Neste acordo, os EUA, preocupados com os danos causados pela valorização do dólar à indústria nacional, freiam a política de valorização, causando um impacto importante na Ásia, que se traduz na queda das exportações japonesas, dada a valorização do yen frente ao dólar. A partir daí o Japão partiria para um movimento de deslocalização da sua indústria para países da região, apoiado na capacidade de financiamento de seus bancos. (TAVARES, 2004)

As decisões do Acordo de Plaza têm uma importância significativa para a reorganização econômica regional Leste Asiática, na medida em que possibilita uma expansão da competitividade asiática até então situada apenas no Japão, segundo Mitchell e Ravenhill (1995):

Ambas mudanças quantitativas e qualitativas ocorreram na regionalização da produção no Leste Asiático na década de 80, especialmente nos anos depois do Acordo de Plaza. O acordo foi significativo não apenas para o que executou diretamente – grandes realinhamentos dos padrões cambiais – mas também para o que ele simbolizou, nominalmente, o aumento nas relações econômicas internacionais na região do Pacífico. As tensões originais entre Japão e Estados Unidos foram estendidas a Coreia e Taiwan, que rapidamente exploraram as vantagens adquiridas no período pós-Plaza quando suas exportações se tornaram mais competitivas relativamente às japonesas. (MITCHELL and RAVENHILL, 1995)

Segundo os autores, a apreciação da moeda japonesa e das moedas dos países fixadas em dólar foi tal que os produtores Japoneses e do nordeste da Ásia tiveram uma única alternativa: transferir alguns estágios de sua produção para países vizinhos, como países da ASEAN e a própria China. Isso ocorreu não apenas graças à proximidade, mas também à vantagem natural vinculada às relações existentes entre estes países através das comunidades chinesas presentes nessas localidades.

As decisões de política econômica dos Estados Unidos no início da década de 80, aliadas a uma nova conjuntura de expansão da grande empresa, se unem, na visão de Arrighi (1997a), a um aspecto regional importante observado nas relações econômicas do Leste Asiático no período, algo fundamental para o entendimento da capacidade desta região emergir no cenário mundial com expressivo crescimento econômico. Tal aspecto relaciona-se a um esquema de organização produtiva baseado em um sistema de subcontratação em múltiplas camadas, que começa dentro do próprio Japão e, depois, passa a estender-se para outros países asiáticos.

O sistema de subcontratação é um sistema interempresas baseado na transferência de estágios da produção para outras firmas, firmas menores e até mesmo empresas domiciliares. Segundo Arrighi, uma especificidade do sistema japonês é exatamente a alta estratificação, ou seja, um esquema em que os subcontratantes são estratificados em subcontratantes primários (que subcontratam o serviço diretamente do comprador final, tal como montadores ou distribuidores do produto final), subcontratantes secundários (que obtêm o serviço dos subcontratantes primários), subcontratantes terciários (que obtêm o serviço de subcontratantes secundários), e assim por diante, até que a cadeia atinja a base da pirâmide formada por uma grande quantidade de domicílios junto aos quais se subcontratam operações simples. (ARRIGHI, 1997a, p. 68)

A alta estratificação do sistema japonês alia-se a uma estrutura onde predominam corporações de pequeno e médio porte convivendo em ambiente de forte cooperação. Além disso, a característica mais importante do sistema japonês, segundo Arrighi, foi a habilidade

para tirar proveito dos diferenciais salariais existentes ao longo dos vários segmentos produtivos. Isto porque, quanto maior a empresa, maiores os salários e benefícios concedidos aos trabalhadores, dada a rigidez envolvida nesse tipo de vínculo trabalhista. Na medida em que se avança para um modelo baseado na utilização de mão de obra de pequenas empresas, e até mesmo familiar, os vínculos tornam-se menos custosos e os salários também mais baixos. De acordo com Arrighi o pagamento por hora recebido por aqueles que trabalham nas camadas mais inferiores do sistema, como as tarefas domésticas, é aproximadamente um quarto do salário dos trabalhadores em tempo integral e a metade do salário dos trabalhadores de firmas com 5 a 30 funcionários. (ARRIGHI, 1997a, p. 72). A capacidade de utilização dessa desigualdade em termos de custo de trabalho foi, sem dúvida, um aspecto importante da vantagem competitiva japonesa nas décadas de 60 e 70, possibilitando às firmas dirigir o foco central dos seus investimentos para inovação e desenvolvimento tecnológico, com manutenção de vínculos de trabalho mais flexíveis e menos onerosos.

O sistema japonês de subcontratação começa a sentir pressões ligadas a um acirramento da competição dentro do Japão e ao aumento dos níveis salariais, na medida em que este país vai alcançando uma posição importante e apresentando aspectos de uma economia de núcleo-orgânico. A acumulação crescente restrita à unidade do país leva à competição interna excessiva que, por sua vez, impulsiona o aumento dos níveis de preços e a uma subsequente diminuição das taxas de lucro. Ainda que o aumento dos níveis de produtividade pudesse ser utilizado para contornar a situação, a expansão transfronteira do sistema foi a alternativa mais viável, mais ainda na década de 80, diante da valorização do yen frente ao dólar,

A grande onda japonesa de expansão transnacional do final da década de 60 e início da década de 70 constituiu-se principalmente da expansão transfronteira das redes de subcontratação, companhias comerciais e das atividades de firmas subcontratantes de pequeno e médio porte. [...] o próprio sucesso das grandes empresas industriais japonesas em assimilar técnicas produtivas capital intensivas havia destruído as vantagens advindas das especificidades do Japão pós-guerra (uma oferta abundante de mão-de-obra e um yen desvalorizado) que, naquela época foram essenciais para a prosperidade ou mesmo sobrevivência de empresas de pequeno e médio porte que utilizavam técnicas de trabalho intensivas em indústrias manufatureiras leves. À medida que a escassez de mão-de-obra começou a afetar negativamente a lucratividade dessas empresas na metade da década de 60, elas instalaram parte de suas atividades em países vizinhos.[...] Mas foi o aumento repentino do yen no início dos anos 70 que anunciou o fim para as exportações japonesas de manufaturas leves e que levou a um grande transplante da ponta de menor valor agregado das atividades manufatureiras japonesas para o solo de países vizinhos mais pobres.(ARRIGHI, 1997a, p.84-5)

O resultado da expansão do modelo japonês a países do Leste Asiático foi o crescimento econômico principalmente nos chamados Tigres Asiáticos, como mostra a Tabela abaixo,

Tabela 1: Produto Interno Bruto – Variação percentual em relação ao ano anterior

Country	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Média
World	2.2	2.2	1.1	3.0	4.8	3.8	3.7	3.9	4.7	3.8	3.0
European Union	0.6	-0.2	0.9	1.9	2.5	2.5	2.9	2.9	3.9	3.4	2.3
Japan	3.2	2.9	2.8	1.6	3.1	5.1	3.0	3.8	6.8	5.3	3.7
NIEs	3.7	6.9	5.4	9.2	9.2	4.9	10.7	11.9	9.5	6.9	7.8
Developing Asia	5.8	5.7	5.8	7.1	8.1	7.2	6.3	7.5	9.1	6.0	6.8
ASEAN-4	7.2	5.9	3.6	4.0	3.0	0.1	4.7	5.8	8.2	8.5	5.3

Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, October 2007

A Tabela mostra a taxa de crescimento econômico mundial, europeu, japonês e dos grupos nos quais se insere grande parte dos países do leste asiático. Como podemos perceber a média da taxa de crescimento dos NIEs (Hong Kong, Taiwan, Coreia e Singapura), dos chamados *Developing Asia* (que inclui China e Índia), e dos chamados ASEAN-4 (Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia) são maiores do que as médias mundiais e européias. Enquanto a taxa média do crescimento mundial ficou em 3% durante toda a década de 80, e a da União Européia ficou em 2.3%, o Japão cresceu a uma taxa de 3,7% ao ano. Os NIEs cresceram a uma média de 7,8% ao ano, os *Developing Asia* a 6,8% e a ASEAN a 5.3%. Se compararmos este resultado com o dos países da América Latina, como Brasil e Argentina, a diferença é ainda mais evidente, dado que durante a década de 80 estes países apresentaram um crescimento em torno de -8% e 2,9%, respectivamente. (IMF, 2007)

A ascensão econômica dos países asiáticos, reconhecida como “milagre” e analisada por diversas correntes teóricas, encontra na análise proposta aqui uma explicação que procura diferenciar-se das análises tradicionais, como a de orientação neoclássica. Isto porque, para além das mudanças institucionais, da liberalização dos mercados e dos investimentos educacionais (principalmente no caso da Coreia), percebe-se que a ascensão do Japão e também dos Tigres Asiáticos na década de 80 não poderia ter ocorrido fora da dinâmica na qual esta região está inserida. Como vimos, a conjuntura que se instala com a crise dos anos 70, evidenciada nas dificuldades da economia americana para sustentar sua posição hegemônica dentro do cenário mundial, leva a um movimento tanto de expansão das grandes corporações americanas para a Ásia como também de necessidade deste país em manter um

comércio internacional baseado em importações baratas. Este movimento encontra no Leste Asiático uma estrutura que favorece a produção a baixo custo, graças a um arranjo baseado em sistemas de subcontratação, disseminado pelo Japão por todo o Leste Asiático.

A atual ascensão chinesa também não pode ser entendida fora desta dinâmica tanto global como regional. Dentro do esquema japonês de subcontratação e expansão transfronteira, a China, assim como outros países asiáticos (ASEAN), passa a se beneficiar da transferência de estágios produtivos das empresas principalmente japonesas. Mas, obviamente a China não é uma Malásia ou uma Filipinas. Além de ser um país com dimensões continentais e uma vasta população, seu governo já vinha implementando uma série de reformas desde o final da década de 70, com o objetivo claro de atrair os Investimentos Diretos Estrangeiros e retomar sua posição de centro da região Leste Asiática.

Segundo Medeiros (2004), enquanto durava o *endaka*, isto é, o período marcado pela valorização do yen, a China, assim como os países da ASEAN, como Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia, beneficiou-se dos investimentos externos, sobretudo japoneses, e do comércio regional a eles associados, de forma a contornar a pressão de custos resultante da valorização do yen. Formou-se, nesse sentido, uma dinâmica de triangulação entre Japão, os países da ASEAN mais Coréia e China, e os EUA, o principal importador e consumidor de última instância da produção manufatureira regional.

Entre 1980 e 1990, o crescimento econômico da China atingiu a impressionante taxa de 9,5% a.a., índice superior ao registrado nos países do Leste Asiático. Entre 1985 e 1995 essa taxa foi ainda maior, de 10,2%, novamente bem acima das economias do Leste Asiático. As exportações contribuíram significativamente para esse resultado. Para um crescimento do PIB de 10,2% a.a., as exportações em dólares correntes cresceram a 17% a.a. Esse crescimento estrondoso fez com que a parcela das exportações chinesas nas exportações mundiais passasse de 0,75%, em 1978, para 3 % em 1995. (MEDEIROS,1999)

Estes resultados devem-se em grande medida ao crescente peso das exportações das empresas processadoras de importações das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e também a taxa de câmbio interna. A criação de zonas especiais que se beneficiavam de uma série de concessões favoráveis à atração do investimento externo, como redução seletiva das tarifas de importação de matérias-primas, juntamente com a manutenção do yuan desvalorizado, foi medida essencial do governo chinês para inserir-se em uma conjuntura que favorecia a Ásia. Esses fatores serão detalhados no próximo capítulo.

Muito desta inserção se deu sob a forma de Investimentos Diretos Estrangeiros. Em 1989 o fluxo de IDE dirigidos à China fica em torno de US\$ 3 milhões . Em 1995 este volume já chega a US\$ 37.521,00 milhões. Durante toda a década de 90 os IDEs dirigidos à China se mantém nesse patamar, alcançando em 2002 o total de US\$ 52.742,00 milhões. De acordo com Acioly (2005), o total acumulado pela China em IDEs entre 1990 e 1999 a coloca em terceiro lugar no ranking dos maiores absorvedores de investimentos do mundo.

Após a retomada das relações diplomáticas com os Estados Unidos, e com o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro de 2001, completa-se o ciclo de inserção e abertura da economia chinesa para o mundo. Os Estados Unidos aparecem como um dos maiores parceiros da China, representando um mercado importante para as exportações chinesas formadas por sapatos, têxteis, produtos eletrônicos de baixo valor unitário e, cada vez mais, produtos de alta tecnologia.

Entretanto, embora o mercado americano seja o destino principal das exportações chinesas e Leste Asiáticas, há que se ressaltar a expressiva expansão de relações comerciais entre os países do próprio Leste Asiático. Esse movimento ganha forte estímulo a partir da entrada da China na dinâmica econômica regional.

Nos últimos trinta anos o PIB per capita das chamadas NIEs e do Japão multiplicou-se onze vezes e, na China, seis vezes, resultado observado também nos países da ASEAN, como Malásia e Indonésia. Crescimento muito mais expressivo quando comparado ao observado nos Estados Unidos, que teve seu PNB multiplicado em apenas 2,5 vezes, e também em relação ao crescimento mundial, que apresentou uma elevação de apenas 3 vezes no PIB per capita. (ARRIGHI, 1999). Entre os anos 1980-93, o PNB per capita da China cresceu a uma taxa de 8,2%, contra apenas 0,1% dos países em desenvolvimento e 2,2% nos países desenvolvidos. Além disso, observa-se também um crescimento da integração regional dentro do Leste Asiático. De acordo com Arrighi, antes da década de 80 o comércio externo do Leste asiático era dominado basicamente pelas transações com os Estados Unidos. Já entre 1986 e 1992 a parte das exportações asiáticas destinadas a outros países da própria Ásia passou de 32 para 44 %, enquanto as destinadas aos EUA caíram de 37 para 24%. (ARRIGHI, op. cit.)

De fato, o ressurgimento da China como país representativo no cenário econômico mundial veio reforçar a dinâmica regional observada no Leste asiático. Alguns autores afirmam que a entrada da China como maior parceiro comercial regional vem promovendo uma reestruturação do arranjo regional que se manifesta principalmente no deslocamento de bens intermediários produzidos principalmente nos países da ASEAN em direção à China,

produtos estes voltados a atividades de processamento para exportação, tema que será explorado no capítulo seguinte. (GAULIER, et alli, 2005).

De acordo com Medeiros (2004), embora os EUA respondam por mais de 20% das exportações chinesas, a China, ao contrário do Japão, revelou-se um forte magneto para as exportações da ASEAN. As importações chinesas na Ásia já vinham em ascensão desde os anos 80 e elevam-se fortemente a partir de 1995, o que demonstra a importância da entrada da China para dinamizar as relações comerciais regionais e o próprio crescimento do Leste Asiático.

A China se posiciona assim, na visão de Medeiros, como um duplo pólo. O primeiro pólo representa a China como base manufatureira, atraindo fluxos de investimentos de grandes corporações multinacionais americanas, japonesas e européias, que encontram na China uma base produtora de bens eletrônicos de consumo. O outro pólo representa uma China que possui um amplo mercado interno e que por isso centraliza importações advindas do próprio Leste Asiático, atraindo grandes companhias, principalmente da área de TI (tecnologia da informação), que vêem na China um centro industrial dinâmico e cada vez mais moderno. (MEDEIROS, 2004)

Esta reestruturação da dinâmica regional será analisada mais detalhadamente no capítulo seguinte, que mostrará como a China vem liderando uma dinâmica regional que vem contribuindo para a ascensão deste país na economia-mundo capitalista.

2.4) Conclusão

Como discutido no capítulo 1, a importância da ampliação da unidade de análise é fundamental na compreensão dos fenômenos inscritos nos Estados Nacionais. Como sugerem So & Chiu (1996), as diversas perspectivas teóricas carecem dessa ampliação, tanto em termos temporais como espaciais, quando se propõem a analisar a recente ascensão Leste Asiática e chinesa.

Neste capítulo, através da utilização analítica de temporalidades que transcendem o tempo recente e que percorrem momentos distintos da trajetória do desenvolvimento Leste Asiático e chinês, foi possível ampliar a análise para além das recentes transformações do pós-segunda guerra e para além das fronteiras do Estado chinês.

Primeiramente, a partir da análise inserida na temporalidade mais longa, observou-se a existência de fortes relações entre os países da região Leste Asiática, desde o século XV ao menos. Relações estas baseadas principalmente na extração de tributos, sob a liderança do centro chinês, em países periféricos. Como visto, aos poucos essas relações vão disseminando-se entre outros países e, ao mesmo tempo, misturando-se a relações comerciais. De forma que, até o período de incorporação pelas nações ocidentais, possa se falar na existência de uma economia de mercado tão desenvolvida quanto àquela observada no continente europeu.

Embora aquele sistema tenha sido amplamente incorporado à lógica da economia-mundo capitalista, seria impossível não considerar a influência da herança dessas relações comerciais nas relações econômicas atuais observadas entre a China e os países asiáticos. O peso de uma estrutura econômica da forma como observada no Leste Asiático parece recair sobre o atual fortalecimento do comércio entre os países da região e o deslocamento de importações e investimentos diretos asiáticos em direção à China, (como se detalhará no próximo capítulo) investimentos estes representados, em grande medida, pela diáspora chinesa presente nestes países.

Em seguida, a partir da análise inscrita na segunda temporalidade proposta por Arrighi, foi possível observar como as trajetórias de desenvolvimento dos países da região Leste Asiática e da própria China, estiveram fortemente relacionadas à trajetória de desenvolvimento da economia-mundo capitalista. Nesse período, a partir da incorporação da região à economia-mundo capitalista, observa-se a submissão da região Leste Asiática e da China aos preceitos do livre mercado impostos pela potência britânica, que faz desaparecer o sistema de comércio-tributo e submeter o comércio regional aos interesses ocidentais. Mediante a conquista de territórios e a imposição de tratados comerciais desfavoráveis à China, o país se fecha e entra em um período de estagnação e fragmentação política que resulta inclusive no fim do regime dinástico, já no início do século XX. Ao contrário da China, o Japão emerge como país estratégico dentro do Leste Asiático, apoiado pelas potências européias.

A partir da segunda metade do século XX, dentro da terceira temporalidade proposta por Arrighi, a trajetória de desenvolvimento chinês e Leste Asiático permanecem fortemente relacionadas e integradas aos movimentos da economia-mundo capitalista. Nesse período, como visto, a China passa a sofrer as consequências de um isolamento imposto pela potência americana, enquanto que o Japão e outros países asiáticos passam a ser vistos como parceiros

estratégicos dos EUA dentro da região. Como visto, tanto a trajetória bem sucedida do desenvolvimento japonês, como dos chamados Tigres Asiáticos, estiveram amplamente vinculadas à relação que estes países estabeleceram com a potência americana, principalmente na forma de acordos comerciais e políticas de livre acesso a mercados. Já neste período, esta conjuntura favorável possibilita ao Japão despontar como país importante no cenário internacional, competindo inclusive, ao lado da Alemanha, com o próprio Estados Unidos.

Esse acirramento da competição internacional chega ao ápice na década de 70, e surte efeito da queda das taxas de lucro, instaurando a partir daí uma conjuntura distinta na economia-mundo, que caminha cada vez mais para um período de contração e desaceleração do ritmo de crescimento, marcado pelo aparente declínio da hegemonia americana. Diante desse cenário abre-se a possibilidade para a ascensão dos países asiáticos, como parte do processo de enfrentamento dos problemas da economia americana e mundial. Como visto, esta reorganização no cenário global coloca a Ásia em uma posição central como produtora mundial de artigos manufaturados, a partir principalmente das decisões da política americana, no bojo da “política do dólar forte” baseada nas importações baratas.

Em um segundo momento, e a partir das decisões reunidas no chamado Acordo de Plaza, verificou-se que o processo de expansão territorial do sistema japonês de subcontratação, que tem importância crucial na possibilidade de crescimento dos Tigres, dos países da ASEAN e da própria China, tornou possível estender a competitividade japonesa a esses países asiáticos, inserindo-os na divisão internacional do trabalho.

Sendo assim, o avanço ao longo de temporalidades distintas no estudo do fenômeno em questão possibilitou uma análise da região Leste Asiática e chinesa à luz do desenvolvimento da economia-mundo capitalista. Dessa forma, foi possível compreender a existência de uma estreita relação entre as trajetórias específicas e a trajetória do sistema-mundo, ressaltando as determinações sistêmicas no desenvolvimento regional e nacional.

CAPÍTULO 3 – REFORMAS ECONÔMICAS E ESTRATÉGIA REGIONAL: UMA ABORDAGEM SOBRE O PAPEL DO ESTADO NA TRAJETÓRIA DA CHINA DESDE O SEGUNDO PÓS-GUERRA.

O capítulo anterior inspirou-se na idéia segundo a qual a trajetória do desenvolvimento chinês pode e deve ser analisada considerando-se sua inserção na trajetória de desenvolvimento da economia-mundo capitalista. Buscou-se investigar os determinantes sistêmicos da atual ascensão econômica chinesa, relacionados principalmente à conjuntura de crise que se instala a partir dos anos 70 na economia mundial. Ainda que, como vimos, a herança de uma estrutura milenar de relações econômicas presente na região Leste asiática deva ser considerada como elemento analítico importante, observamos que as transformações inscritas na terceira temporalidade pós-segunda guerra (tal como a classificação proposta por Arrighi) contribuem decisivamente para a consolidação de um contexto político-econômico mundial extremamente favorável aos países asiáticos e à própria China.

Neste contexto recente pudemos identificar os determinantes sistêmicos, relacionados, em grande medida, à estratégia da economia americana de sustentação de sua posição hegemônica no cenário global. Decisões importantes tomadas pelos EUA, como a flexibilização cambial em 1973 e o aumento dos juros em 1979, e também a política do dólar forte de Ronald Regan, no início dos anos 80, são marcos importantes desse período. A partir destas transformações observou-se que a Ásia apresenta-se cada vez mais como destino de um deslocamento transnacional do capital, que se manifesta na internacionalização de empresas japonesas, americanas e européias, que passam a instalar-se em países da região. Como sugere Belluzzo e Carneiro (2004, p. 4), “a Ásia converteu-se num dos principais *loci* do investimento direto e da difusão acelerada do progresso técnico levados a cabo pelo deslocamento da empresa transnacional desde os anos 80”.

Por integrar a região Leste Asiática, a China, assim como países como Malásia, Indonésia, Tailândia e Filipinas, acabou por absorver os benefícios de uma conjuntura favorável. A forte capacidade de atração de Investimentos Diretos Externos (IDE) pela região é uma manifestação dessa conjuntura. Em 1980, a Ásia recebia apenas 1,1% dos IDEs mundiais; em 2002, o continente já recebia 15,5% dos IDEs mundiais e a China, 8% UNCTAD (2007). Seria, então, como se o mundo tivesse descoberto a Ásia e a China, países agora funcionais a uma conjuntura marcada pela necessidade de novas áreas de produção.

Mas, teria mesmo o mundo descoberto a China, ou, em vez disso, seria a China que teria percebido o mundo e suas transformações?

Neste capítulo, analisa-se o papel que iniciativas específicas de política econômica podem ter tido na capacidade encontrada pela China de inserir-se tão positivamente nessa conjuntura. Busca-se identificar em que medida ferramentas de política econômica podem ter sido decisivas para que a China pudesse se abrir para o mundo, a partir de uma estratégia muito bem sucedida, que se manifesta em taxas de crescimento do produto em torno de 9% ao ano, desde os anos 80. Como destacado já na Introdução deste trabalho, um dos objetivos específicos desta pesquisa vai ao encontro da identificação do papel do Estado chinês na trajetória de ascensão econômica do país. Acredita-se que este objetivo não contraria a base metodológica que sustenta este trabalho, centrada na influência determinante da estrutura mundial na trajetória dos Estados Nacionais. Ao contrário, a análise do papel do Estado chinês contribui consideravelmente para o entendimento do problema proposto, demonstrando, como sugere Arrighi, que a utilização de ferramentas de política é fator chave para tentativas de ascensão econômica e social, ainda que o peso da hierarquizada estrutura de Estados sobre a trajetória dos Estados nacionais seja preponderante.

O capítulo está dividido de forma a abordar os principais elementos reunidos em torno das reformas econômicas implementadas pelo Estado chinês a partir de 1978. Estes elementos inserem-se em um amplo plano do Partido Comunista Chinês denominado “As Quatro Modernizações” (agricultura; indústria; tecnologia; e forças armadas) proposto por Zhou Enlai, primeiro-ministro de Mao Tsé Tung, e por outros nomes importantes, como Deng Xiaoping, ainda em meados da década de 70, em um período complexo de transição de uma economia de comando para uma economia aberta (seção 3.1). Posteriormente, na seção 3.2, a análise abordará os principais aspectos relacionados à reforma na agricultura (item 3.2.1), às reformas urbano-industriais (item 3.2.2). Em seguida, na seção 3.3, serão abordadas as mudanças na política cambial chinesa e os reflexos nos vínculos externos. Destaca-se, ao longo dessa abordagem, a participação ativa do Estado chinês, seja na implementação de medidas voltadas ao desenvolvimento da demanda interna/consumo, fator chave do crescimento chinês, seja nas políticas voltadas à abertura comercial e atração de investimentos estrangeiros.

O último item, 3.4, procura analisar um aspecto fundamental relacionado à estratégia do Estado, qual seja, a de inserção regional do país. Tal elemento, embora possa ser analisado como um aspecto à parte (como uma estratégia específica relacionada à entrada da China em

uma dinâmica regional virtuosa), não deixa de fazer parte do projeto político chinês de crescimento e desenvolvimento. Como se verá nas sub-seções, a entrada da China como líder regional vem promovendo uma reestruturação das relações comerciais entre os países Leste Asiáticos, permitindo tanto à China como à própria região beneficiarem-se dessa dinâmica. No último item 3.4.3, discute-se a possível ascensão da China na divisão internacional do trabalho.

Esses aspectos são fundamentais para o entendimento da China como país que, favorecido pelo atual estágio da economia-mundo, consegue conduzir sua trajetória interna de modo a inserir-se de forma única e extremamente bem sucedida no cenário internacional.

3.1) China: da economia socialista ao capitalismo de Estado

A consolidação da China como um país aberto às relações econômicas e políticas mundiais e disposto a adotar um modelo de economia menos regulado não se deu abruptamente. Embora se possa identificar o final da década de 70 como o início do período da implementação de reformas no modelo comunista instalado desde 1949, os dirigentes do Partido Comunista Chinês já vinham, desde o início dos anos 70, confrontando-se entre si em debates sobre modernização e abertura versus retomada do modelo marxista-leninista.

A proposta idealizada por representantes da postura de abertura, entre eles Deng Xiaoping, propunha levar adiante as Quatro Modernizações (agricultura, indústria, tecnologia e forças armadas) através de uma postura mais aberta, por parte da China, à absorção de conhecimentos e tecnologia estrangeiros. Proposta esta que, desde o início, constituiu-se em meio à forte resistência dentro do Partido, como resultado de uma herança de cerca de vinte anos de vigência do modelo marxista-leninista, implementado por Mao Tsé Tung.

A seguir apresenta-se uma linha do tempo onde se pode visualizar mais claramente o percurso dos marcos mais importantes desse processo amplo e complexo, tanto durante o período comunista como na sua transição para uma economia de mercado. É interessante observar como a transição se dá se forma gradativa, seja em termos de mudanças políticas, seja em termos de mudanças econômicas. Desde a entrada da China na ONU, ainda em 1971, até a entrada na OMC, em 2001 - que consolida a disposição do país em seguir as regras do comércio internacional -, vários são os momentos que, aos poucos, vão transformando a política e a economia chinesas.

China: Linha do tempo - transformações políticas e econômicas

- 1949 – Criação do novo Estado República Popular da China; Mao Tsé Tung assume o poder;
- 1951-52 – Reforma agrária; desapropriação dos proprietários de terra;
- 1953-57 – Primeiro Plano Quinquenal;
- 1956 – Elaboração do Segundo Plano Quinquenal (que não é implementado);
- 1958 – Grande Salto à Frente;
- 1966-1976 – Revolução Cultural;
- 1971 – Entrada da China na ONU;
- 1972 – Visita do presidente americano Nixon à China;
- 1976 - Morte de Mao Tsé tung;
- 1977 – Deng volta ao poder (fora destituído em 1976);
- 1978 – Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do PCC;
- 1979 - EUA e China anunciam a abertura de relações diplomáticas;
- 1979 - Criação da primeira ZEE em Guangdong;
- 1981 – início das reformas na agricultura: Zhao Ziyang (primeiro-ministro de Deng) começa a instituir a expansão de pequenos lotes privados em Sichuan;
- 1983 – anúncio de reformas no setor agrícola e industrial;
- 1984 – Terceira Sessão Plenária do 12º Comitê Central;
- 1984 – Ampliação das ZEEs para outras catorze cidades litorâneas e para a ilha de Hainan;
- 1986 – Fim do controle de preços de vários bens manufaturados;
- 2001 – Entrada da China na OMC

Após uma longa luta entre Mao e os nacionalistas rivais do partido Kuomintang, Mao assume o poder em 1949, fundando a República Popular da China (RPC). Embora uma das primeiras medidas tenha sido o controle da inflação (através, por exemplo, do pagamento dos salários em cestas de mercadorias e não em dinheiro), a estratégia inicial de Mao em direção à economia de comando centrou-se no campo, onde o partido tinha base forte. A partir de 1951-52, Mao procurou realizar a reforma agrária, através da desapropriação de centenas de produtores rurais e a coletivização da produção. Em 1958, com a criação das comunas, o governo já havia criado um monopólio na produção de grãos sobre toda uma estrutura que

contava com seis níveis diferentes de administração: a província, a divisão administrativa, o condado, a comuna, a brigada e o grupo de produção. Por toda a China os camponeses se organizavam nesses milhares de grupos que deveriam seguir as orientações do Estado em todas as decisões de produção. O Estado agenciava e distribuía o suprimento básico de alimentos a todo o país e regulava os preços dos grãos. O camponês tinha, então, uma ração que, segundo Fairbank (2007), estava bem abaixo dos níveis calóricos essenciais definidos internacionalmente. Qualquer excedente produzido deveria ser vendido ao Estado a um preço baixo, determinado por este.

Ao lado das reformas no campo, o primeiro Plano Quinquenal, de 1953 a 1957, procurou estabelecer medidas voltadas ao crescimento industrial, tal como no modelo soviético, priorizando investimentos em indústrias de base. O Estado detinha o monopólio dos investimentos industriais e, neste momento, contou com forte apoio soviético. Cerca de metade do investimento industrial total da RPC foi direcionada a 156 projetos subsidiados pela União soviética, projetos estes de larga escala e capital intensivos focados na indústria pesada. Durante o período do Primeiro Plano Quinquenal a renda nacional na China cresceu cerca de 8,9%. (FAIRBANK, 2007)

Para a continuidade do crescimento, os membros do Partido entendiam que a dependência em relação aos empréstimos soviéticos deveria diminuir (e, de fato, a boa relação entre os dois países vinha se deteriorando e chegaria ao fim no final da década de 60). A partir daí a estratégia de industrialização, reunida em torno do chamado Grande Salto à Frente, procurou seguir a direção de uma maior descentralização das decisões do partido, deixando as localidades (comunas) com mais autonomia na produção de grãos, enquanto o Estado focava seus investimentos na continuidade dos projetos de industrialização. Apesar dos incessantes esforços dos camponeses, os resultados do Grande Salto à Frente foram devastadores. A produção no campo foi insuficiente e alega-se que cerca de 20 a 30 milhões de pessoas morreram de fome no país entre 1958 e 1960.

O cenário de crise estabelecido suscitou posições críticas às políticas adotadas pelo partido e também diretamente a Mao. Intelectuais começaram a expor-se publicamente, através de ensaios e comentários, apontando os erros do Grande Salto à Frente. Seguiu-se desse movimento uma contra ofensiva, partindo do presidente Mao, marcada pela violência e ataque a membros do partido e a qualquer um que criticasse a ordem estabelecida. A chamada Revolução Cultural representou a tentativa de Mao de recuperar os ideais socialistas, frente a

uma avaliação de que o partido havia se fragmentado numa burocracia tão forte que estava trazendo de volta privilégios e a concentração de renda e poder.

Mao aliou-se, a partir daí, a membros mais radicais do partido (sua mulher Jiang Qing e outros) e, atraindo jovens estudantes para filiar-se ao exército da Guarda Vermelha, levou adiante um movimento revolucionário marcado pela violência no combate ao revisionismo (as idéias ditas burguesas e capitalistas). Diversos membros do partido foram mortos e alguns foram expulsos, como Deng Xiaoping. Os resultados do período da Revolução Cultural em termos econômicos revelam que, apesar dos grandes investimentos na construção de ferrovias, minas de ferro e aço e barragens, o esforço parece ter sido muito mal planejado.

No período final da Revolução Cultural, o fim do relacionamento com a União Soviética contribuiu para primeiras aproximações com os Estados Unidos. A entrada da República Popular da China como representante do país na ONU, em lugar de Taiwan, em 1971, e também a visita do presidente Nixon à China, em 1972, representam, segundo Spence (1990), a desistência dos Estados Unidos em opor-se à China continental, diante do fim do relacionamento entre esse país e a União Soviética. As relações com os Estados Unidos foram sendo estabelecidas aos poucos, mediante tanto o interesse chinês pela utilização de tecnologia americana (ligada principalmente à exploração de petróleo), como pelo interesse americano em, aparentemente, resolver a questão de Taiwan. Na realidade, como sugere Spence, “Nixon estava vendo sua popularidade se esvaír na hostilidade interna à guerra do Vietnã e já exibindo aquela profunda suspeita da oposição americana que mergulharia em Watergate e liquidaria seu mandado”; a partir daí, “a oportunidade de realizar alinhamentos globais” foi entendida como benéfica para o presidente americano. (SPENCE, 1990, p. 592).

A aproximação da China com os Estados Unidos representou, em alguma medida, a manifestação de posições internas ao PCC, representada principalmente por Zhou Enlai e Deng Xiaoping. Estes, procurando uma estratégia de crescimento econômico mais eficiente, defendiam o contato com o exterior no intuito de absorver tecnologia e financiamento estrangeiros. Esta postura ficou clara em um discurso realizado por Deng na ONU em 1974, onde defendia “intercâmbios econômicos e técnicos”; e também na preparação, pelo diretor da Comissão de Planejamento Estatal Yu Qiuli, de um plano prevendo a importação de cerca de 4,3 bilhões de dólares em equipamentos e fábricas estrangeiras. (SPENCE, 1990).

Com a morte de Mao, em 1976, observou-se uma onda de movimentos que exigiam uma retomada do modelo marxista-leninista tal como havia sido implementado anteriormente. Neste ínterim a postura dos membros do Partido mais adeptos à liberalização enfrentaram

forte resistência, representada principalmente por Hua Guofeng, que assume no lugar de Mao como membro de maior influência no PCC.

Embora adepto de uma posição ligada às idéias socialistas, Hua Guofeng, ao assumir o poder no lugar de Mao, promove a prisão de seus inimigos políticos também ligados a ala mais radical do partido, figuras importantes dos tempos da Revolução Cultural. Wang Hongwen, Zhang Chunqiao, Yao Wenyuan e Jiang Qing, esposa de Mao, foram presos sob a acusação de agirem com má conduta e formarem uma camarilha, a “Gangue dos Quatro”. A repercussão desse ato de Hua foi grande em toda a China e, de alguma forma, representou uma ofensiva contra as ideologias mais radicais dentro do Partido.

Com a morte de Mao, a prisão da Camarilha dos Quatro e o apoio de líderes de províncias do Leste, Deng Xiaoping volta ao poder em 1977 e, a partir daí, rivaliza com Hua em relação ao melhor caminho para o crescimento chinês. Embora este último ainda estivesse atrelado à antiga ideologia, Deng aos poucos procurava difundir as suas idéias, defendendo a modernização e a abertura. As políticas idealizadas por Deng ligavam-se antes de tudo à necessidade de absorver conhecimento estrangeiro, mediante, por exemplo, o envio de estudantes às nações ocidentais. Em 1978, 480 estudantes foram enviados, principalmente aos Estados Unidos, para estudar em áreas ligadas às engenharias e outras áreas técnicas.

Na Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do PCC, realizado em 1978, as exigências das Quatro Modernizações foram apresentadas com nova clareza. Nesta ocasião, decisões importantes foram tomadas, que definiriam o começo de uma nova concepção de socialismo por parte do PCC. Entre estas decisões estavam a retomada das relações diplomáticas com os EUA, a partir de 1979, e diversas outras medidas relacionadas às Quatro Modernizações que serão mais detalhadas em seguida.

3.2) Duas esferas básicas de reformas econômicas

Esta sessão focaliza as iniciativas do Estado chinês relativas às reformas na agricultura e na produção industrial. Trata-se de duas esferas básicas de interferência do Estado no sentido de mudar a situação da economia chinesa.

3.2.1) Reformas na agricultura

Assim como Mao havia começado seu projeto socialista a partir do campo, com a desapropriação de milhares de proprietários rurais e a coletivização da produção, uma das primeiras medidas relacionadas à agricultura, no âmbito das Quatro Modernizações, foi a reforma na estrutura agrícola. Mais especificamente nos contratos estabelecidos entre Estado e camponês. Em 1981, o primeiro-ministro de Deng, Zhao Ziyang, havia começado a propor mudanças na área agrícola promovendo a expansão de pequenos lotes privados na província de Sichuan. Já em 1983, um anúncio é publicado no Diário do Povo, afirmando que um novo “sistema de responsabilidade da produção agrícola” entraria em vigor, baseado em uma ampliação dos contratos entre Estado e agricultores. Os contratos durariam agora cerca de 15 anos, permitindo aos agricultores maior liberdade na comercialização dos excedentes. (SPENCE, 1990)

Como aponta Medeiros (1999), o aspecto essencial da mudança na política relativa ao campo relaciona-se à autorização, concedida pelo Estado chinês já em 1979, de que parte do excedente agrícola pudesse ser comercializada livremente (a preços de mercado) pelos produtores/camponeses, sendo os lucros apropriados por estes últimos. Embora a terra permanecesse sob a propriedade do Estado, seu uso era permitido às cooperativas de famílias e também às famílias individuais. A política de contrato que passou a reger essa relação baseava-se em um sistema de incentivos pelo qual o produtor era obrigado a vender parte da produção para o Estado, mas poderia consumir ou vender a outra parte. (MEDEIROS, 1999). Como visto anteriormente, no auge do período socialista todo o excedente deveria ser vendido ao Estado a preços fixados pelo governo.

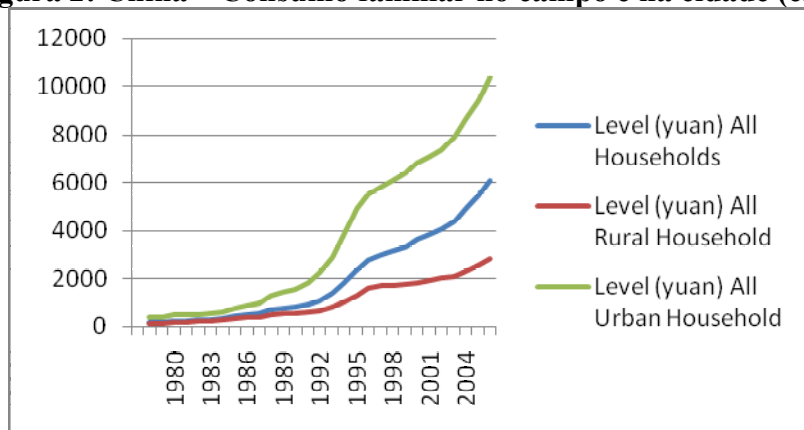
Essa mudança na regulamentação no campo funcionou como um estímulo aos camponeses. Segundo Oliveira (2004), a liberdade de vender livremente no mercado o excedente de sua produção tem um papel central na explicação do alto crescimento da produção e produtividade agrícola após as reformas. Em 1977, antes da reforma, a produção de grãos era de 300 kilogramas per capita. Em 1984, a produção já passa para 400 kilogramas. O aumento também é observado na produção de carne, que passa de menos de 100 kilogramas per capita em 1977 para quase 200 kilogramas per capita em 1984. (NAUGHTON, 2007, p. 253)

O incremento na produção agrícola também é atribuído, segundo Oliveira (op. cit.), às grandes obras hidráulicas, construídas anteriormente, que aumentaram a área irrigada do país;

assim como à implantação, antes das reformas, de grandes empresas industriais estatais produtoras de insumos modernos para a agricultura, as quais se mostraram capazes de atender à crescente demanda das unidades familiares camponesas.

Os resultados das mudanças no campo foram um aumento na renda do camponês e a expansão do mercado de bens de consumo, como podemos observar na Figura 2,

Figura 2: China – Consumo familiar no campo e na cidade (em yuans)



Fonte: *China Statistical Yearbook*, 2007

Como podemos observar, em 1978 o gasto de consumo familiar médio no campo ficava em RMB 138,00 (yuans). Em 1986 esse total já passava para RMB 378,00. Em 1995, o consumo no campo na era de RMB 1.313 yuans por família. O consumo nas cidades também aumentou, passando de uma média de RMB 405,00 em 1978 para RMB 765,00 em 1985 e para 8679 yuans em 2004. Como ressalta Medeiros (1999), esse crescimento do consumo teve um impacto importante na produção industrial. Isto porque o crescimento da renda agrícola provocou forte expansão do consumo rural de bens industriais e expansão das empresas rurais.

3.2.2) Reformas no setor industrial

As mudanças no setor industrial representam mais um aspecto previsto das Quatro Modernizações, propostas pelos membros do PCC no âmbito da Terceira Sessão plenária do 11º Comitê Central, em 1978. Dois aspectos devem ser ressaltados aqui. O primeiro deles diz respeito às mudanças na questão da propriedade industrial das empresas chinesas, com destaque para a diversificação do monopólio estatal presente no período de Mao. O segundo

aspecto é a atenção dada, por parte do governo, à atração de Investimentos Estrangeiros e ao estímulo às exportações, mediante, principalmente, a criação das Zonas Econômicas Especiais. Estes dois aspectos serão detalhados em seguida.

A proposta de Deng e seus aliados com respeito à área industrial não seguiu um plano estabelecido num primeiro momento. Na verdade, as políticas foram sendo estabelecidas à medida que se observava, após a morte de Mao e os resultados desastrosos da Revolução Cultural, as iniciativas empresariais familiares desenvolvendo-se mais expressivamente. Estas eram ligadas a setores de bens de consumo, muito em resposta à melhoria do poder de compra no campo, tendo em vista os aumentos na produção agrícola, como ressalta Goldman:

Entre 1980 e 1986, a produção bruta da sociedade rural mais que duplicou, enquanto a população rural diminuía. Esse aumento de riqueza da população rural estimulou o crescimento de uma indústria de bens de consumo para absorver os novos rendimentos dos camponeses e um afastamento concomitante da ênfase stalinista na indústria pesada e militar. Com a mudança para uma indústria leve, logo a China começou a vender bens de consumo relativamente baratos no exterior, em um modelo similar ao de seus vizinhos do Leste da Ásia”. (GOLDMAN, 2007, p. 377)

A partir da década de 80 o governo começa a aceitar as empresas coletivas familiares como um programa de governo em âmbito nacional, estimulando o surgimento das chamadas *township village enterprises* (TVEs). As TVEs surgiram a partir da dissolução das comunas, em 1978. Eram empresas coletivas geridas com total autonomia por famílias e empresários privados, ainda que, em última instância, pertencessem aos poderes locais e municipais. Este tipo de propriedade constituiu um setor muito dinâmico ao longo dos anos 80, tendo crescido a uma taxa de mais de 20% ao ano. (GOLDMAN, 2007)

Em 1984, na Terceira Sessão Plenária do 12º Comitê Central, os discípulos de Deng, Hu Yaobang e Zhao Ziyang, instituem o apoio a empresas coletivas e privadas, propondo oficialmente a expansão do mercado da zona rural para as áreas urbanas. Isto significou uma autorização para que as forças de mercado passassem a conduzir a economia, tal como havia sido autorizado para o setor rural. De acordo com Spence (1990), a partir de então “as empresas teriam de pagar ao Estado 55% de imposto sobre o total da receita anual, mas tinham permissão para ficar com a metade do lucro que sobrasse depois de deduzir custos de produção, a outra metade indo para o Estado; anteriormente, o lucro todo ficava para o Estado” (SPENCE, 1990, p. 653). Esperava-se que esse sistema de incentivo animasse a produção industrial da mesma forma que o incentivo rural tinha inspirado as famílias camponesas.

A partir dessas mudanças o cenário industrial chinês alterou-se significativamente, passando de um modelo quase totalmente estatal para uma composição mais diversificada. A Tabela 2 apresenta a participação dos diferentes tipos de propriedade, antes e depois das medidas,

Tabela 2: China – Distribuição da propriedade industrial:1978,1998 (% na produção industrial total)

Tipo de propriedade	1978	1996
Estatais	77	33
Empresas coletivas	23	36
TVEs	9	28
Privadas	0	19
Estrangeiras	0	12
	100	100

Fonte: NAUGHTON, 2007

Como é possível observar, as empresas coletivas aumentam sua participação no produto industrial consideravelmente, de apenas 9% em 1978 para 28% em 1996. O aumento também é observado nas empresas privadas, que saem de uma participação nula para 19% em 1996, e também das empresas estrangeiras, participando com 12% do total produzido. Em relação às empresas estatais, observa-se uma redução da participação no produto industrial, de 77% em 1978 para 33% em 1996. Embora tenha reduzido consideravelmente sua participação, os dados mostram que não houve uma privatização generalizada na China.

Como se pode perceber, houve uma diversificação no âmbito da propriedade, mas não uma privatização por completo. Oliveira (2004) aponta que a redução do número de empresas estatais e da importância relativa destas na produção não indica que essas empresas perderam seu papel estratégico na industrialização chinesa. O que se observou foi que, com as reformas, as empresas estatais passaram a ter maior autonomia em suas decisões, e foram orientadas no sentido de apropriar seus custos e buscar eficiência e lucratividade. Um exemplo dessas mudanças foi a separação do orçamento destas empresas do orçamento fiscal do governo, que antes das reformas confundiam-se entre si. A partir das reformas as empresas estatais passam a realizar contabilidade própria e a registrar seus resultados.

A preocupação pela manutenção das empresas estatais se explica pela importância que seus lucros assumem na realização dos novos investimentos, de modo que a redução significativa dessas empresas seguiu uma estratégia específica por parte do governo:

por um lado, a política de 'reter as grandes e deixar as pequenas' leva o governo a abrir mão de pequenas empresas que são assumidas ou por unidades sub nacionais da administração pública, ou por cooperativas de trabalhadores, ou mesmo por proprietários individuais. Por outro lado, o governo chinês vem estimulando a conglomeração de empresas estatais com o objetivo de formar grandes grupos econômicos, capazes de alcançar autonomia financeira e tecnológica. (OLIVEIRA, 2005, p. 6)

Apesar do estímulo do governo à manutenção das estatais no período subsequente à implementação das reformas, a distribuição da propriedade em 2006 revela que as empresas estatais representam atualmente apenas 4,8% do total das empresas na China, embora respondam por 9,7% da produção industrial. Na Tabela 3 pode-se observar como era a distribuição da propriedade industrial na China em 2006.

Tabela 3: China – Distribuição da propriedade industrial/2006

	No de empresas	% do total	Produção industrial (milhões de dólares)	% da produção industrial
Total	301.961	100	316.588,96	100
Empresas domésticas consolidadas	241.089	79,8	216.512,5	68,4
Empresas estatais	14.555	4,8	30.728,2	9,7
Empresas coletivas	14.203	4,7	9.174,9	2,9
Cooperativas	6.313	2,1	3.079,27	1,0
Empresas de propriedade mista	1.075	0,4	1.305,63	0,4
Corporações de responsabilidade limitada	47.081	15,5	70.813,6	22,4
Corporações "share-holding" limitadas	7.210	2,4	33.597,5	10,6
Empresas privadas	149.736	49,6	67.239,8	21,2
Outras	916	0,3	573,6	0,2
Empresas com fundos de Hong Kong	29.181	9,7	33.759,8	10,7
Joint-ventures	10.212	3,4	12.643,6	4
Empresas com um único investimento/capital	17.038	5,7	17.811,6	5,6
Outras	1.931	0,6	3.304,6	1,1
Empresas estrangeiras consolidadas	31.691	10,5	66.316,7	20,9
Joint-ventures	13.256	4,4	29.079,1	9,2
Empresas com um só capital	16.552	5,5	33.424,7	10,6
Outras	1.883	0,6	3.812,9	1,1

Fonte: *China Statistical Yearbook, 2007.*

Como podemos observar na Tabela 2, em 2006 o número de empresas na China soma um total de 301.976. Deste total, quase 80% eram de empresas domésticas consolidadas, sendo que destas apenas 4,8% eram estatais. Dentre as empresas domésticas consolidadas destaca-se ainda que 49,6% eram privadas (contribuindo com 21,2% do total de US\$ 316.588.96 da produção industrial registrado no ano) e 15,6% eram de corporações de responsabilidade limitada. Do total das empresas na China, as que operam com fundos de Hong Kong somam 9,7% e as estrangeiras somam 10,5% do total (e 20% do produto industrial total). Dentre as estrangeiras destaca-se que 4,4% são joint ventures.

Embora registrando atualmente uma participação relativamente pequena, as empresas estrangeiras tiveram um papel importante nos bons resultados econômicos apresentados pela China desde os anos 80. Inicialmente, e até hoje, as empresas de diferentes países passaram a ver na China um país atrativo aos Investimentos Diretos voltados à construção de plantas industriais com objetivos principalmente de re-exportação. Atualmente estas empresas vêm interessando-se cada vez mais pelo vasto mercado consumidor do país.

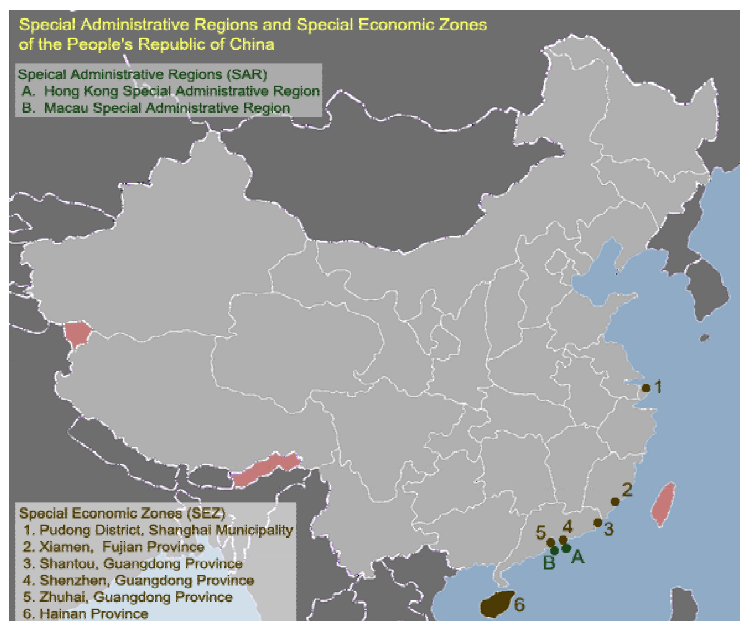
A capacidade de atração das empresas estrangeiras (via Investimentos Diretos Estrangeiros) está amplamente vinculada à importante estratégia, adotada pelo Estado chinês, de criação, a partir de 1979, das chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). A criação das ZEEs esteve ligada, antes de tudo, à necessidade de atrair divisas para um país que, para modernizar-se, precisaria acumular reservas para importar bens de capital e tecnologia. É no marco dessa intenção que as exportações ganham destaque na estratégia chinesa de crescimento.

O estímulo à criação da primeira ZEE, em 1979, na província de Guangdong, deveu-se à observação de Deng Xiaoping dos bons resultados econômicos apresentados por aquela província, muito em razão da proximidade com Hong Kong. Deng Xiaoping procurou delimitar naquele local uma área que pudesse servir como laboratório para utilização de medidas/políticas distintas de comércio, comparativamente à estrutura mais rígida do restante do país. Em 1984 houve uma ampliação das primeiras quatro ZEEs para outras catorze cidades litorâneas e para a ilha de Hainan.

As ZEEs dependeriam de capital estrangeiro, e os produtos ali produzidos deveriam ser manufaturados para exportação. A liberdade de venda e comércio contrastava com o controle estatal do resto do país. Nas ZEEs seria permitido praticar preços livres, mas um pré-

requisito importante imposto pelo Estado foi a prioridade da presença das *joint ventures*¹⁷. Na figura 3 abaixo, podemos visualizar o mapa de localização das primeiras ZEEs.

Figura 3: China – Primeiras Zonas Econômicas Especiais



Fonte: Answers.com Business & Finance

As primeiras quatro ZEEs foram as de Shenzhen (327,5 km²), Zhuhai (15,2 km²), Shantou (52,6 km²), todas na província de Guangdong, e Xiamen (131 km²), na província de Fujian. No Mapa as três primeiras estão indicadas pelos números 3, 4 e 5, em Guangdong; e o número 2 representa a ZEE de Xiamen, em Fujian. A partir de 1984 outras 14 cidades costeiras foram autorizadas a captar investimentos externos e beneficiar-se de vantagens semelhantes às das ZEEs. No Mapa pode-se ver a municipalidade de Xangai (número 1) como uma dessas áreas, e também Hainan, ao sul, que, em 1988, ganharia também o título de província.

Entre os benefícios concedidos pelo governo aos investidores estrangeiros que se dirigissem às ZEEs estavam as preferências fiscais, com alíquotas mais baixas de imposto de renda para empresas – de 15% sobre as receitas - e isenção de sobretaxas locais. Além disso, dependendo do tempo de operação e do nível tecnológico da atividade, a redução podia ser ainda maior, e inclusive podia haver a isenção. Outros benefícios eram a isenção de impostos

¹⁷ O modelo de *joint-venture* – ou as chamadas *foreign invested enterprises* - foi predominante no primeiro período de entrada de Investimentos diretos estrangeiros na China. Essa forma jurídica foi autorizada em 1979, e estipulou que o capital estrangeiro poderia contabilizar 25% do capital total de uma *joint-venture*. (ACCIOLY, 2005). Em 1986 o modelo de *joint-ventures* respondia por mais de 40% dos IDEs que entravam na China. (NAUGHTON, 2007).

sobre o uso da terra, para institutos científicos e para empreendimentos envolvendo tecnologia avançada, e sobre importações de matérias-primas, peças e equipamentos. Isenções de impostos de exportação e autonomia administrativa (incluindo liberdade para contratação/demissão e salários) também eram práticas comuns nas ZEEs. Além disso, observou-se igualmente a concessão de créditos pelo Banco da China às empresas estrangeiras que se interessassem em produzir nas ZEEs. (OLIVEIRA, 1990, p. 67-8).

Como resume Marti (2007), “as ZEEs foram concebidas para atrair investidores estrangeiros que, em troca, introduziriam na China tecnologias e métodos modernos de administração, com o propósito de criar um fluxo de exportações gerador de divisas, encorajados por vendas sem impostos, taxas reduzidas, tarifas menores, infra-estrutura moderna, legislação trabalhista e salarial flexível e menos burocracia.” (MARTI, 2007, P.10).

A criação das ZEEs, juntamente com uma política cambial favorável às exportações, como será observado em seguida, é vista como medida fundamental para o aumento da entrada dos Investimentos Diretos Estrangeiros à China. Como se pode ver na Tabela 4, a participação da China nos IDEs dirigidos aos países em desenvolvimento e à própria Ásia aumentou consideravelmente ao longo dos últimos vinte anos.

Tabela 4: Fluxo de entrada de IDEs (milhões de dólares)

	1980	1990	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Mundo	55.272	201.614	1.409.568	832.248	617.732	557.869	710.755	916.277
Economias em desenv.	7.674	35.897	254.593	210.538	162.055	172.846	260.236	320.670
Ásia	633	22.642	147.933	112.045	96.125	110.137	156.622	199.554
China	57	3.487	40.715	46.878	52.743	53.505	60.630	72.406
% dos IDEs p/ China no mundo	0,1	1,7	2,9	5,6	8,5	9,6	8,5	7,9
% dos IDEs p/ China entre os países em des.	0,7	9,7	16	22,3	32,5	31	23,3	22,6
% dos IDEs na Ásia	9	15,4	27,5	41,8	54,9	48,6	38,7	36,3

Fonte: elaboração própria a partir dos dados, UNCTAD, 2007.

Como é possível observar, em 1980 os IDEs dirigidos à China eram pouco consideráveis, menos de 1%, comparativamente ao restante do mundo e à Ásia. Em 1990, os IDEs dirigidos à China já são 1,7% do mundial e quase 10% daqueles dirigidos à Ásia. No ano 2000 a participação aumenta para quase 3% dos IDEs mundiais e para 16% dos dirigidos à Ásia. De 2001 em diante os resultados são ainda mais expressivos, fato que guarda relação com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, momento em que o país

submete-se a uma série de exigências de liberalização comercial inscritas nas regras do organismo. A entrada da China na OMC consolida o país como parceiro comercial disposto a estabelecer relações com outros países membros em todo o mundo. Em 2005 quase 8% dos IDEs mundiais vão para China e mais de 22% dos IDEs asiáticos dirigem-se ao país.

Portanto, a criação das Zonas Econômicas Especiais, a partir de 1979 e durante a década de 80, foi um fator importante na capacidade chinesa de atrair IDEs, tanto mundiais como dentro da própria Ásia. Sobre esse aspecto vale ressaltar que Hong Kong destaca-se como a maior fonte de IDE para a China entre 1979-2000, contribuindo com 51% do total acumulado no período. Em seguida estão os Estados Unidos (9%), a União Européia (9%), o Japão (8%), Taiwan (Província da China) (8%) e Cingapura (5%). (ACCIOLY, 2005).

A participação dos IDEs asiáticos na China remete a uma transformação importante nas relações intra-regionais. De acordo com Accioly (op. cit.), com mais de 65% do total dos IDEs, o Leste Asiático parece ver a China como pólo mundial da produção industrial. Esta percepção implica um importante “desvio de comércio e de investimentos”, como será detalhado na subseção 3.4.

Um aspecto importante, resultante das reformas implementadas pelo Estado chinês na área industrial, traduz-se na forma desigual que marca a distribuição dos IDEs dentro da China e na concentração geográfica das Zonas Econômicas Especiais nas áreas localizadas na costa leste do país, como é possível observar no mapa das ZEEs. Como se verá, este aspecto tem conseqüências importantes na desigualdade econômica e social do país.

Na Tabela 5 pode-se observar a distribuição espacial do IDE acumulado entre os anos de 1992 e 1998. É possível ver claramente que as províncias que foram beneficiadas pela criação das Zonas Econômicas Especiais acabaram atraindo uma parcela maior dos IDEs.

Tabela 5: China/províncias - Investimento Direto Estrangeiro (acumulado 1992-1998)

Província	US\$ milhões	%	Região
Guangdong	68.401,03	28,0	Leste
Jiangsu	30.537,91	12,5	Leste
Fujian	24.548,92	10,04	Leste
Xangai	20.853,60	8,53	Leste
Shandong	16.259,06	6,65	Leste
Liaoning	11.170,71	4,57	Leste
Tianjin	10 035,07	4,1	Leste
Beijin	8.782,11	3,59	Leste
Zhejiang	8.043,92	3,29	Leste
Hainan	5.351,58	2,19	Sul

Guangxi	5.010,58	2,05	Sul
Hebei	4.941,69	2,02	Leste
Hubei	4.536,58	1,85	Centro
Hunan	3.886,82	1,59	Centro
Sichuan	3.208,72	1,31	Centro
Henan	3.055,49	1,25	Centro
Heilongjiang	2.997,09	1,22	Norte
Outras Províncias	12.336,02	5,05	
Total	244.277,66	99,8	

Fonte: Hsiao & Gastanaga, 2001 apud RUIZ, 2006

Como visualizado na Tabela, a distribuição do IDE (acumulado entre 1992-1998) nas principais províncias sinaliza, antes de mais nada, uma marcada desigualdade. De fato, do total de IDEs recebidos pela China, a maioria se concentra apenas em algumas províncias. E são justamente as províncias que primeiro se tornaram Zonas Econômicas Especiais que recebem a maior quantidade de IDEs, como Guangdong, recebendo 28% dos IDEs, e Fujian, com 10%. A desigualdade na distribuição dos IDEs também é percebida quando se analisam os resultados entre as províncias, relativamente ao investimento do governo, às exportações e ao próprio crescimento econômico.

Em 1994, Guangdong era responsável por 44% das exportações chinesas. Em 2000 a participação da província nas exportações foi de 37%. Em 2005 a porcentagem era de 32%. Embora declinante, a participação de Guangdong nas exportações totais chinesas ao longo dos anos permanece significativa, principalmente se comparada à participação de outras províncias, como Liaoning e Tianjin, com apenas 3,1% e 3,6%, respectivamente, do total exportado em 2005.

Tabela 6 : China/províncias - Valor total das exportações (US\$ milhões) - Participação das províncias (2000,2004,2005)

	2000		2004		2005	
Total nacional	24.920.255	100	59.332.558	100	76.195.341	100
Guangdong	9.191.770	37	19.157.104	32	23.815.883	31,3
Shanghai	2.535.233	10	7.350.526	12	9.071.752	11,9
Jiangsu	2.576.683	10	8.749.423	15	12.296.671	16,1
Zhejiang	1.944.275	8	5.813.854	10	7.680.245	10,1
Shandong	1.552.884	6	3.584.452	6	4.612.289	6,1
Beijing	1.196.813	5	2.056.926	3	3.086.590	4,1
Fujian	1.290.607	5	2.939.476	5	3.484.187	4,6
Liaoning	1.085.632	4	1.891.351	3	2.343.832	3,1

Tianjin	862.578	3	2.085.175	4	2.738.088	3,6
Outras (com menos de 1%)	2.683.708	11	5.704.273	9,6	7.065.804	9,3

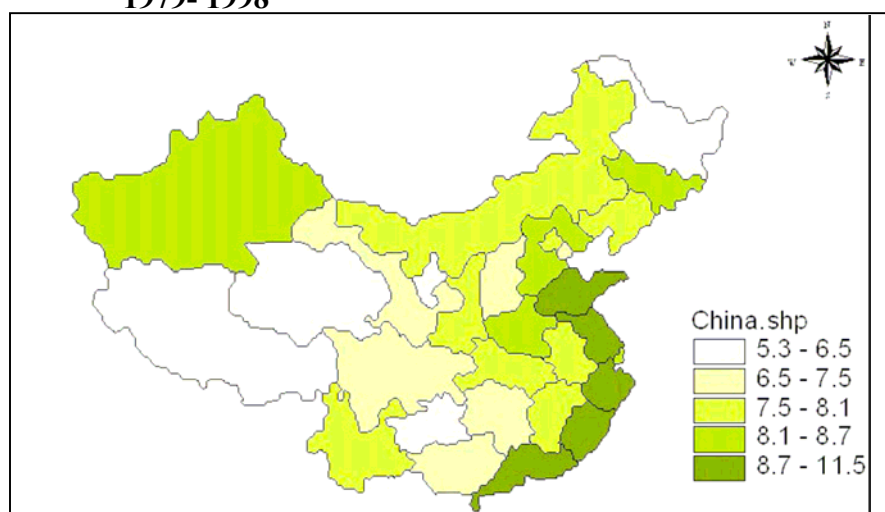
Fonte: elaboração própria a partir de *China Statistical Yearbook 2006*

A grande participação de Guangdong nas exportações chinesas, assim como de outras províncias costeiras, revela os efeitos de uma política clara de investimentos por parte do governo em benefício da criação de atrativos aos investimentos nessas áreas. Durante a década de 80 a taxa de investimento por parte do Estado ficou em 15,7% em Guangdong e 10 % em Fujian. (PERKINS, 1994 , *Statistical Yearbook of China*, 1994).

Como não poderia deixar de ser, nessas circunstâncias, o crescimento entre as províncias é bastante desigual. De 1970 a 1998 a média de crescimento do produto das regiões das províncias de Guangdong e Fujian ficou entre 8,7 e 11,5%, média observada também em outras províncias costeiras como Zhejiang e Jiangsu. Já em províncias como Gansu, a média foi de 6,5 a 7,5%. Províncias como Ghizhou, no centro da China, e Heilongjiang, ao norte, apresentaram um crescimento entre 5,3 e 6,5%.

A figura 4 apresenta o mapa político da China e suas respectivas províncias. Como é possível observar, as províncias que apresentam um melhor desempenho em termos de crescimento estão localizadas na região sudeste do país. Já as províncias com pior desempenho localizam-se no interior e ao norte.

**Figura 4: Taxa Média de Crescimento Anual do PIB per capita (%)
1979- 1998**



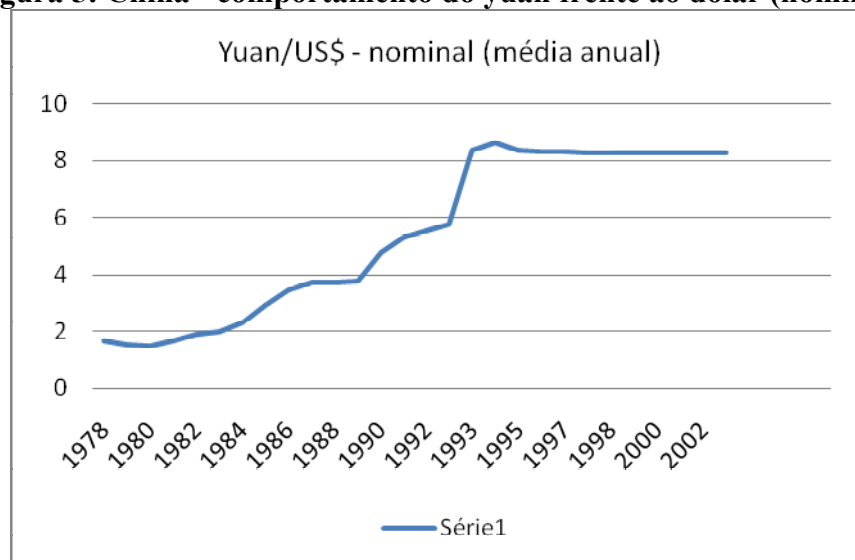
Fonte: RUIZ, 2006

3.3) Política cambial e reflexos nos vínculos externos

Assim como no tocante às mudanças implementadas na agricultura e na indústria, a estratégia chinesa com respeito ao regime cambial é de fundamental importância para o entendimento dos determinantes do crescimento econômico do país a partir dos anos 80. De um modo geral, pode-se dizer que essa estratégia esteve ligada à manutenção da moeda corrente (yuan) fortemente desvalorizada frente ao dólar, ou à política do “yuan fraco” (Cunha e Biancarelli, 2005), que passaria a funcionar como principal estímulo às exportações no país.

De fato, se em 1980 convivia-se com um câmbio nominal de 1,5 yuans (para 1 dólar), em 1986 a moeda chinesa já tinha declinado para uma situação cambial de 3,5 yuans para 1 dólar, o que representa uma desvalorização de cerca de 60%. (NAUGHTOM, 2007). Em 1990 o câmbio nominal é de mais de 4 yuans, em 1995, de quase 6,0, e a partir de 1996 até hoje, o câmbio chinês está acima de 8 yuans por dólar, como se pode observar no gráfico da Figura 5.

Figura 5: China - comportamento do yuan frente ao dólar (nominal)



Fonte: *International Monetary Fund*, 2007

O primeiro marco de mudança a caminho do processo de desvalorização é 1984, ano em que o governo chinês desvalorizou em 36,24% o Yuan Renminbi (RMB) frente ao dólar. Além da forte desvalorização, nesse mesmo ano o governo estabelece um regime dual de câmbio, mecanismo chave na estratégia cambial chinesa e fortemente relacionado com a estratégia de inserção no comércio internacional. Desse modo, pode-se afirmar que a

estratégia cambial proposta pelo governo chinês deve ser entendida como parte de um projeto mais amplo de política de comércio internacional. Tal projeto baseia-se em um regime dual de política comercial, ou, como sugerem os autores, *dualistic trade regime* (NAUGHTON, 2007), ou ainda, *dual track trade policy* (GAULIER, LEMOINE & KESENCI, 2005). A seguir serão analisados alguns aspectos desse regime e a sua relação com a política cambial. Na seção seguinte se considerará a relação desse regime com a inserção da China na região Leste Asiática.

Tal qual países como o Brasil, em que a política de desenvolvimento industrial esteve fortemente ligada à estratégia de substituição de importações, durante grande parte de sua história o Estado chinês procurou seguir, desde o regime socialista, medidas vinculadas à proteção da indústria. Proteção dada através da manutenção de barreiras tarifárias e não tarifárias à entrada de produtos que pudessem competir com a indústria doméstica, dificultando assim um crescimento interno sustentado em ganhos fortes de competitividade.

A partir da década de 80, como resposta às mudanças no cenário externo, vinculadas às pressões pela liberalização comercial, tanto o Brasil como diversos países em desenvolvimento passaram a promover uma flexibilização (senão um rompimento completo) do regime de substituição de importações. A China não esteve fora desse processo, mas, ao contrário de outros países, procurou seguir uma estratégia gradual de abertura, vinculada à manutenção de um sistema duplo, ou seja, mantendo o regime de proteção à indústria, via barreiras e tarifas à importação, e, ao mesmo tempo, liberalizando algumas importações em áreas delimitadas.

Com aponta Naughton (op. cit.), o regime de comércio dualista é o elemento central que habilitou a China a adotar regras relativamente liberais (vinculadas principalmente à promoção das EP – *export processing*), enquanto, ao mesmo tempo, protegia a indústria doméstica. O regime estabeleceu-se da seguinte forma: nas Zonas Econômicas Especiais seguia-se um regime tarifário favorável, menos oneroso e que, por isso, acabava atraindo os IDEs, por vezes vinculados a atividades voltadas ao processamento para re-exportação, com contratos estabelecidos com empresas chinesas, principalmente de Hong Kong¹⁸; em outras

¹⁸ “Uma firma de Hong Kong enviaria (por exemplo) partes da fabricação – costura - para uma firma rural chinesa para obter as camisas como produto final. A firma chinesa pagaria pelos custos do processamento, enquanto a fábrica e o produto final continuariam sob propriedade da firma de Hong Kong todo o tempo, assim a firma não teria que passar pelo sistema tarifário tradicional chinês. Neste caminho, as redes de produção para exportações já criadas por Hong Kong puderam expandir-se dentro da China, mas as firmas chinesas não estariam expostas a competição das importações”. (NAUGHTON, 2007, p. 382). Como se verá posteriormente, esta estratégia é elemento importante para o entendimento da inserção chinesa nas redes de comércio leste asiática e na estratégia regional seguida pelo governo chinês.

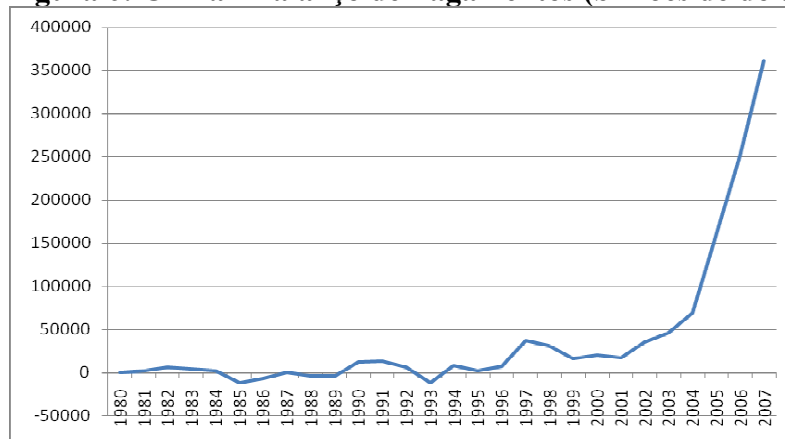
áreas as indústrias conviviam com esquemas próprios de programas de substituição de importações, onde as barreiras à importação permitiam o desenvolvimento da indústria interna.

O ponto a ser ressaltado aqui é que este tipo de política comercial foi ainda mais fortalecido devido à existência de um regime dual de câmbio, baseado na existência de um câmbio oficial, administrado como uma taxa flutuante, e um “mercado de *swaps*”, com acesso restrito às empresas das ZEEs e às *tradings*. Como ressalta Medeiros (1999), neste mercado a taxa de câmbio era ainda mais desvalorizada. Assim as empresas situadas nas ZEEs, além de possuírem benefícios com isenção de tarifas, também possuíam liberdade cambial. Já as empresas que não se encontravam sob o regime das ZEEs, subordinavam-se à política chinesa de comércio exterior, fortemente protecionista e dirigida para as exportações e para o desenvolvimento do mercado interno. (MEDEIROS, 1999)

Entende-se, dessa maneira, como o governo chinês orquestrou os instrumentos de política econômica de forma a criar uma situação em que, ao mesmo tempo em que protegia a indústria doméstica e o mercado interno, graças à manutenção de barreiras à importação, estimulavam-se as exportações nas áreas definidas a partir da concessão de liberdade nas importações. Desse modo, a permanência do câmbio mais desvalorizado nestas áreas estimulou ainda mais as exportações, ao mesmo tempo em que os IDEs eram atraídos pelas isenções às importações.

Os resultados das estratégias cambiais e comerciais para o sucesso chinês podem ser observados na trajetória do balanço de pagamentos do país. É possível perceber como os déficits e superávits responderam às mudanças cambiais e às decisões de política macroeconômica.

Figura 6: China - Balanço de Pagamentos (bilhões de dólares)



Fonte: elaboração a partir dos dados *International Monetary Fund*, 2007

Como mostrado na Figura 6, entre 1980 e 1985 o balanço de pagamentos chinês registra pequenos superávits: em 1982, de cerca de 5,5 bilhões dólares, e em 1984, de 1,9 bilhões. Segundo Medeiros (1999), a conta de capitais caracterizou-se nesse período por volumes crescentes de investimentos estrangeiros e financiamento externo. O ano de 1985 foi um divisor de águas, como sugere o autor, quando a balança comercial registra um déficit de 11 bilhões de dólares, explicado pela crescente importação de bens de capital e bens intermediários. Ao longo da segunda metade da década de 80 houve uma redução das importações de bens de consumo, bens intermediários e produtos alimentícios, o que sugere um processo de substituição de importações. Até a década de 90 esta situação de déficit se manteve amortecida apenas pelo crescimento dos fluxos financeiros. Só a partir da década de 90 é que o balanço de pagamentos começa a registrar superávits consideráveis, de cerca de 11 bilhões em 1990 e 13 bilhões em 1991. (MEDEIROS, 1999)

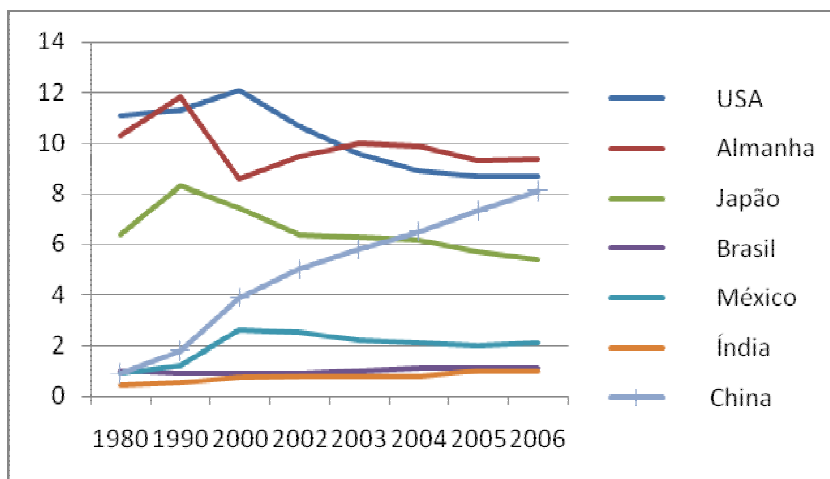
O déficit de 11 bilhões em 1993 é revertido já em 1994 (superávit de 7 bilhões) quando, entre dezembro de 93 e janeiro de 94, o *People's Bank of China* realiza uma maxidesvalorização do RMB de 48,83% (de forma que o câmbio nominal passasse de RMB 5,52 para RMB 8,72 por dólar). A partir de 1996, o governo estabelece plena conversibilidade do renminbi para as transações correntes, unifica o mercado de câmbio, em substituição ao mercado dual, e adota um regime de bandas cambiais, com o RMB podendo flutuar num intervalo estabelecido pelas autoridades econômicas. Tais medidas surtiram efeito instantâneo sobre as contas externas do país, iniciando um período de obtenção de uma série de saldos positivos em transações correntes, com conseqüente melhoria do balanço de pagamentos, como é possível observar no Gráfico. (OLIVEIRA, 2007)

Um ponto interessante desse processo é que, embora numa trajetória de desvalorização, o governo chinês optou por não desvalorizar mais ainda o yuan em meio à crise asiática em 1997. Como ressalta Oliveira (op. cit), essa política contribuiu fortemente para que os países da região se recuperassem da crise, já que uma desvalorização ainda maior do yuan poderia resultar em uma corrida cambial muito acentuada. A manutenção da taxa de câmbio contribui para afirmar o yuan enquanto moeda-chave no comércio regional, e, embora mantido no mesmo patamar, levou a um deslocamento das empresas americanas que operavam na ASEAN para a China. Como discutido anteriormente, esse foi um fator chave da estratégia chinesa.

Todas estas medidas, incluindo as de política cambial, convergiram para a ascensão da China no cenário mundial. As políticas de atração de IDEs, ligadas à implementação das

ZEEs e à política cambial, foram fundamentais no resultado das exportações, peça importante para o crescimento do país. Na Figura 7 pode-se visualizar o aumento da participação das exportações chinesas em escala mundial.

Figura7 : Exportações de países selecionados:% no total mundial exportado



Fonte: UNCTAD, 2007

Como se nota, a trajetória de participação da China nas exportações mundiais é muito significativa, tanto em relação aos países classificados como desenvolvidos como entre os parceiros emergentes. Embora as exportações de países como EUA e Alemanha continuem à frente, ao longo dos anos as suas participações vêm diminuindo. Os EUA reduziram a sua participação de 11,1% (em média) nos anos 1980, para 8,7% no ano de 2005. No caso da Alemanha, a redução foi um pouco menor, de 10,3% para 9,4% do total mundial exportado. Entre os países desenvolvidos o caso mais significativo é o do Japão. Na década de 80 esse país emergiu como uma potência mundial, chegando a participar com 8% das exportações mundiais no fim da década. Entretanto, em 2006 suas exportações já tinham se reduzido para 5,4%.

Entre as economias em desenvolvimento a China se destaca ainda mais. Os números das exportações chinesas parecem não permitir enquadrar o país nesta classificação, uma vez que seus resultados assemelham-se mais aos das economias desenvolvidas. Nos anos 80 a participação da China nas exportações mundiais era de menos de 1%, próxima dos resultados de países como Brasil e México, considerados hoje como economias emergentes. Entretanto, desde então a China, embora com condições econômicas próximas às destes países, aumentou significativamente as suas exportações: no ano 2000, estas já somavam quase 4% do total mundial; em 2006, a participação subiu para 8,1%. Esse crescimento não pode ser comparado

a outros países emergentes, apenas talvez ao da Índia, cujo crescimento também vem se destacando no cenário asiático e mundial. Países como o Brasil, por exemplo, que na década de 70 conseguiram montar uma estrutura industrial talvez mais desenvolvida que a chinesa, não conseguiram aumentar o valor exportado, e hoje participam com menos de 2% do total mundial exportado (caso do Brasil).

A comparação parece também difícil quando se analisa a pauta das exportações chinesas em relação aos países emergentes. Isto porque as exportações chinesas caminham cada vez mais para produtos com conteúdo tecnológico e de maior valor agregado, como se pode ver na Tabela 7, que mostra os principais produtos exportados pelo país no ano de 2006.

Tabela 7: China: principais produtos exportados em 2006 (% do total exportado)

Total	100
Comida e bens primários	2,6
Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	1,8
Produtos químicos e relacionados (químicos orgânicos e inorgânicos, produtos médicos e farmacêuticos)	4,5
Bens manufaturados	18
manufaturados de borracha, madeira e papel	2,4
artigos têxteis e produtos relacionados	5
ferro e aço	3,3
manufaturados de metal	3,6
Maquinário e equipamentos de transporte	47
equipamentos comuns de maquinário industrial (partes de máquinas)	3,4
maquinas para escritório e para processamento de dados	13,8
partes e acessórios de máquinas	6,9
equipamentos de telecomunicações, de som e reprodução (televisores, sons, vídeos)	12,7
maquinário elétrico, aparatos e aplicativos	10,4
Bens manufaturados variados	24
artigos de vestuário e acessórios de roupas	9,8
sapatos	2,2
carrinhos de bebe, brinquedos e artigos esportivos	2,5
Outros	2,1

Fonte: UNComtrade Yearbook, 2006. General Exports FOB by commodities of SITC, Rev.3

Como se pode observar na Tabela 5, as exportações chinesas em 2006 dividem-se da seguinte forma: 47% do total exportado refere-se a produtos ligados a maquinário e equipamentos de transportes, classificação que inclui equipamentos para máquinas industriais, equipamentos eletrônicos, de telecomunicação, aparatos e aplicativos para sons e televisores; 18% são bens manufaturados, derivados de borracha, madeira ou papel, além de artigos

derivados de ferro e aço; 24% classificam-se como bens manufaturados variados, como brinquedos, sapatos, artigos esportivos; produtos químicos e combustíveis minerais somam 6,3% do total exportado; comida e bens primários somam menos de 3%.

Os números mostram uma pauta de exportação que se diferencia totalmente de países emergentes e em desenvolvimento como o Brasil, por exemplo. Neste país, produtos primários - entre eles, carne, vegetais, café e soja - somam mais de 18% das exportações, enquanto maquinário e equipamentos de transporte somam 24%, contra os 47% registrados na China. Nos Estados Unidos a participação destes tipos de produtos também foi de 47% do total exportado em 2006, fato bastante sugestivo sobre o caminho que a China vem percorrendo e o quadro que vai se afirmando no país. (UNComtrade, 2006).

Ainda sobre as exportações chinesas, é preciso ressaltar que, embora elas tenham contribuído fortemente para os resultados econômicos do país, sendo consideradas o “condutor” principal do modelo chinês, não se pode analisá-las fora de um contexto em que a participação dos investimentos do Estado e do consumo foi fundamental.

Um primeiro olhar sobre os dados revela que a participação das exportações no PIB chinês é de 18%. Isto significa por exemplo que, dos quase 1 trilhão de dólares produzidos pela China em 2000, as exportações somam cerca de 180 bilhões. Em 2006 a participação das exportações no PIB chega a 36%.

Entretanto, embora seja impossível negar o papel das exportações chinesas no crescimento do país, artigo recentemente publicado na revista *The Economist*¹⁹, ressalta a necessidade de desmistificar a idéia de que as exportações são o carro chefe do crescimento chinês. O autor do artigo alerta para a necessidade de atenção no cálculo da participação das exportações no PIB. É que o PIB é calculado com base no valor agregado, mas as exportações não. Isto significa que, no cálculo das exportações, estão presentes importações feitas anteriormente, de produtos destinados exclusivamente à produção para exportação. Esse montante não representa o valor agregado, uma vez que não se utilizou de produção chinesa nos processos produtivos de mercadorias para exportação, ou seja, não se agregou valor à economia. Assim, quando se deduzem das exportações as importações feitas anteriormente, a participação das primeiras no PIB (no ano de 2006, por exemplo) cai de mais de 30% para apenas 10%. A figura 8 apresenta o resultado do cálculo proposto pelo autor em artigo publicado pela *The Economist*:

¹⁹ *The Economist*. “An old chinese myth”. Janeiro, 2008.
Disponível em: www.economist.com/finance/displaystory.cfm?story_id=10429271.

Figura 8: China – Exportações/PIB e PIB decomposto



Fonte: economist.com

Como se pode observar no Gráfico, com a nova forma de cálculo a participação das exportações no PIB chinês é bem menos significativa, ficando em menos de 10% ao longo dos anos analisados. Este é um dado importante, pois reflete uma dependência da economia chinesa em relação às exportações menor do que comumente se considera. Assim, com esse resultado, a China se diferenciaria totalmente de economias vizinhas, como Taiwan e Cingapura, que são fortemente dependentes de exportações.

Outro dado importante apresentado no Gráfico (parte direita) é a decomposição do PIB chinês. Novamente, ao contrário do comumente propagado, a participação das exportações líquidas no PIB representa uma pequena parte perto da participação dos investimentos e do consumo. Como se nota, a camada relativa a esses dois elementos é muito maior do que a das exportações líquidas. Dados do *China Statistical Yearbook (2006)* relativos aos componentes do PIB chinês mostram que a parte relativa às exportações foi, em média, de 7%, entre os anos de 1978 e 2005. Itens como consumo final e formação bruta de capital contribuíram respectivamente com 56,7% e 36,3%, no PIB total do período.

Estes resultados permitem conclusões importantes relacionadas à solidez do crescimento chinês. Nos últimos meses, diante dos problemas ligados à economia americana, muito tem se falado a respeito dos impactos que uma crise nos EUA poderia causar na economia chinesa. Uma das idéias que leva a essa conclusão é o fato de que a China depende muito das exportações americanas. Assim, o impacto de uma redução da demanda americana pelas mercadorias chinesas poderia afetar duramente o crescimento chinês. Pode-se contestar essa idéia de duas maneiras. Primeiramente através do que já se mostrou, ou seja, que a China não cresce unicamente às custas de exportações, tendo conseguido consolidar uma economia sólida baseada em um mercado interno em forte expansão. De outra parte, com base em dados

relativos aos destinos das exportações chinesas, é possível perceber uma realidade pouco divulgada, qual seja, o fato de que grande parcela das exportações deste país é dirigida para a própria Ásia. A Tabela 8 apresenta os resultados sobre o assunto.

Tabela 8: Exportações da China – destinos: 1990-2006 (%)

	1990	2000	2005
Total mundial	100	100	100
Países desenvolvidos	35,7	57,6	55,2
Europa	11,1	16,9	19,3
USA	8,5	20,9	21,4
Japão	14,7	16,7	11
Outros	1,5	3,1	3,4
Economias em transição	3,7	1,5	3,2
Países em desenvolvimento	59,5	40,9	41,6
África	2	2	2,4
América	1,2	2,9	3
Países asiáticos*	54,5	33,7	33,3
Western Ásia	1,7	2,3	2,8

Fonte: UNCTAD, 2007

Como se pode observar, do total exportado pela China em 1990 apenas 8,5% dirige-se à economia americana. No mesmo ano, 59,5% das exportações destinam-se às economias em desenvolvimento e, destas, 54,5% destinam-se aos países asiáticos. Em 2005 o peso dos países asiáticos nas exportações chinesas permanece, embora tenha declinado: do total exportado nesse ano, 33,3% são destinados a mercados asiáticos.

3.4) Estratégia de inserção regional

A existência de uma possível estratégia regional chinesa deve ser analisada como parte da atuação do Estado no âmbito da política de comércio internacional. Política esta definida, como se ressaltou, em torno de um regime dual de comércio e que procura combinar proteção ao mercado interno e promoção de exportações. Como visto anteriormente, a implantação desse regime vem conseguindo atrair Investimentos Externos e desenvolver o potencial exportador do país. Tais investimentos têm origem, em sua grande parte, nos próprios países asiáticos, o que leva a crer na existência de uma estratégia do Estado chinês inscrita no âmbito

regional como parte de uma das faces da política de comércio. O traço essencial dessa possível “estratégia” são as relações que a China vem estabelecendo com vizinhos asiáticos, ligadas fundamentalmente à importação de bens dirigidos a atividades de processamento para re-exportação.

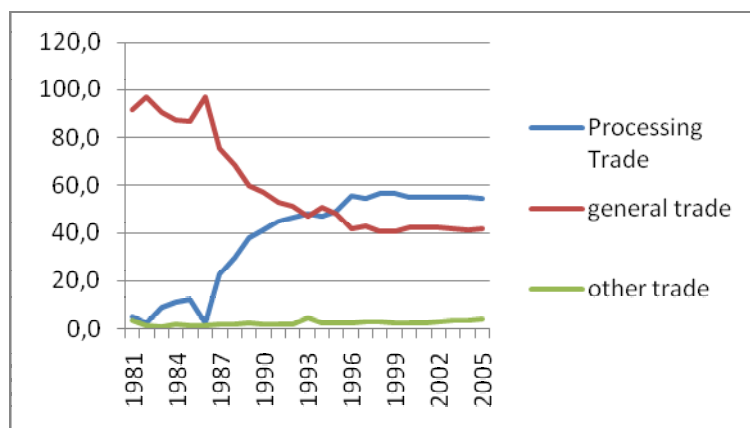
3.4.1) A China e o Leste Asiático: comércio externo intra-regional e Investimentos Diretos Externos

Assim como Naughton (2007), Gaulier, Lemoine & Kesenci (2005) apontam a política de comércio chinesa como elemento fundamental da estratégia de desenvolvimento do país e de sua inserção na dinâmica comercial da região Leste Asiática. Aspecto importante dessa estratégia é justamente a capacidade que a China vem adquirindo de atrair investimentos asiáticos, atraídos pelas facilidades na importação de bens intermediários. Como sugerem os autores,

Desde a segunda metade da década de oitenta, as autoridades chinesas vem usando diferentes instrumentos para promover exportações.(...) Isenções de impostos têm sido concedidas para categorias selecionadas de importações no sentido de promover indústrias orientadas para exportação e para estimular influxos de capital e tecnologia através de investimentos diretos estrangeiros. Produtos intermediários são importados e usados na produção de exportáveis (atividades de processamento). Este tipo de produtos tem sido os mais beneficiados pelas isenções de tarifas. Isenções de impostos na importação têm sido concedidos para equipamentos importados por firmas estrangeiras como uma forma de contribuir com investimentos iniciais de afiliadas na China. (GAULIER, et. alli., 2005, p. 15)

De fato, a participação das chamadas exportações de mercadorias produzidas por atividades de processamento, a partir de matérias-primas e bens intermediários importados anteriormente, vem aumentando no total das exportações chinesas. Em 1981, do total de US\$ 22.721 milhões exportados pelo país, as “exportações processadas” participavam com apenas 5% do total. Já em 1990 este tipo de exportação representa 40% das exportações totais. Em 2005 mais de 54% do total de cerca de US\$ 62 milhões exportados pela China são compostas por artigos processados. Na figura 9 a seguir pode-se visualizar esse movimento.

Figura 9: China - Exportações por categoria: processadas, gerais e outras (% do total exportado)



Fonte: China Statistics Yearbook, 2006

O crescimento das exportações advindas de atividades de processamento, mediante a prévia importação de artigos de outros países para serem convertidos em bens finais na China, tem sido apontado por alguns autores como um elemento importante da estratégia de inserção chinesa no comércio intra-regional Leste Asiático, que, vale dizer, para além da participação chinesa, vem apresentando sinais de forte dinamismo²⁰.

Nesse sentido, antes de analisar os impactos da entrada da China no comércio intra-regional, é importante lembrar (como analisado anteriormente) que o Leste Asiático vem, desde meados da década de 70 e 80, estabelecendo entre os seus países fortes relações comerciais ligadas a processos de segmentação da produção, principalmente entre Japão e os Tigres Asiáticos. Este movimento atraiu a atenção de diversos autores, que se voltaram à análise desta dinâmica específica à região.

Como visto no capítulo 2, Giovanni Arrighi (1997) procurou analisar o chamado milagre asiático à luz de uma perspectiva mais ampla, centrada principalmente na posição estratégica ocupada pelo Japão, desde a década de 60, na estrutura da economia mundial e também na formação do chamado sistema de subcontratação em múltiplas camadas²¹.

²⁰ Enquanto a média de crescimento do PIB mundial e das economias avançadas (como EUA e Europa) esteve abaixo dos 5%, desde os anos 80 até os anos recentes, as economias asiáticas em desenvolvimento (incluindo China e Índia) apresentaram um crescimento bem acima ao longo dos anos, chegando a quase 10% em 1994 e a partir de 2005. As chamadas NIEs, (Hong Kong, Taiwan, Coréia e Cingapura), também apresentaram crescimento superior à média mundial, mesmo depois da recuperação da crise asiática. O mesmo observa-se em relação aos países que compõe a ASEAN-4 (Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia). (IMF, 2007)

²¹ Este sistema, orquestrado inicialmente pelo Japão, consistia na implantação por parte das empresas de um processo de subcontratação interna. Após um primeiro momento o sistema passaria a expandir-se

Outra abordagem que procura compreender o percurso seguido pelos países asiáticos é o bastante difundido “modelo dos gansos voadores”. Este modelo foi desenvolvido por Akamatsu ainda em 1930, e depois disso, foi reformulado por diversos autores (Ozawa, 2005, Kasahara, 2004). Durante a década de 70 e 80 ele foi utilizado em tentativas de entendimento da ascensão Leste Asiática. De uma forma geral pode-se dizer que o modelo baseia-se na dinâmica de vantagens comparativas entre os países. Demonstrando vantagens comparativas na produção de determinados segmentos produtivos, os países asiáticos poderiam ascender economicamente, na medida em que se estabelecia na região uma hierarquia na qual a produção de bens manufaturados poderia continuamente mover-se das economias mais avançadas para as menos avançadas. Isto porque as nações menos desenvolvidas poderiam alinhar-se sucessivamente atrás das economias avançadas a partir dos diferentes estágios produtivos²².

Embora ressaltando a generalidade presente no modelo dos gansos voadores, ao tratar de forma igual processos distintos de industrialização e crescimento, Gaulier et. alli (2005) procuram analisar o crescimento asiático à luz de uma abordagem teórica que também identifica a existência de uma dinâmica regional centrada na transferência de atividades entre os países leste asiáticos. De acordo com os autores, o crescimento do comércio intra-regional no Leste Asiático guarda forte relação com o fortalecimento das chamadas redes produtivas internacionais (*cross-border*) que se formam entre os países da região. Essas redes podem ser definidas como “a organização, através das fronteiras nacionais, de relações (intra e inter firmas) pelas quais se busca conduzir processos produtivos, serviços, atividades de pesquisa e desenvolvimento”. (Borrus, 1996 apud Gaulier et. alli., 2005, p.9).

Segundo os autores, a formação dessas redes é conduzida por firmas localizadas na região (tanto firmas asiáticas como afiliadas de companhias multinacionais americanas e européias). Essas empresas têm se orientado cada vez mais no sentido de reorganizar seus negócios entre diferentes países, na medida em que isto torna possível reduzir custos e aumentar a capacidade de reagir às mudanças tecnológicas e exigências do mercado.

territorialmente dentro do Leste asiático. Na busca pela produção com custos cada vez menores, as empresas japonesas buscavam países como Coreia, Hong Kong, Taiwan e Singapura, onde transferiam estágios de produção intensivos em trabalho e com baixo teor tecnológico. É nesses termos que, segundo Arrighi, devemos entender o sucesso japonês e, posteriormente, o sucesso dos chamados Tigres Asiáticos.

²² Dentro dessa hierarquia viria em primeiro lugar o Japão, que, após a consolidação de uma estrutura industrial sofisticada, promoveria uma expansão de elos produtivos (mais intensivos em trabalho) para os chamados NIEs (ou tigres de primeira geração). Estes, por sua vez, após incorporarem algum desenvolvimento industrial e tecnológico, passariam a transferir para países como Malásia, Tailândia, Filipinas (e também a China), estágios da produção mais intensivos em trabalho. Como ressalta Palma (2004), “os gansos selvagens menos avançados perseguem os da frente, [...] seguindo o percurso do desenvolvimento industrial num padrão de vôo de gansos selvagens” (AKAMATSU, 1962, p. 17 apud PALMA, 2004, p. 429).

(GAULIER et. alli., op. cit.). Um aspecto que pode ter contribuído para o fortalecimento desse tipo de arranjo na região é justamente a proximidade geográfica e a heterogeneidade das economias asiáticas, que estimulam a segmentação dos processos produtivos. A importância desse tipo de arranjo está na possibilidade de comercialização entre os países dos chamados bens intermediários, especialmente os que se referem a “partes e componentes”. Como se verá, uma das estratégias da China na região tem sido a importação desse tipo de bem de outros países asiáticos, visando ao processamento naquele país.

O desenvolvimento desse tipo de rede produtiva tem sido um dos aspectos essenciais que possibilitaram a emergência de mais países no cenário industrial, tanto mundial como regional (por exemplo, países como Hong Kong e Coréia). Após a capacidade japonesa de levar adiante um avanço expressivo no seu parque industrial, este país buscou especializar-se na produção de artigos mais elaborados tecnologicamente e passou a transferir para aqueles países atividades mais intensivas em trabalho. As NIEs, por sua vez, aproveitaram a oportunidade para, aos poucos, absorver conhecimento e tecnologia na direção do aprimoramento de seu parque industrial. Esse movimento se dava justamente pela possibilidade desses países irem sucessivamente deslocando para países que ofereciam menor custo do trabalho parcelas da produção de baixo valor agregado. Firms de países como Japão, Coréia, Taiwan, Cingapura e Hong Kong gradualmente moviam sua capacidade produtiva, relativa a atividades intensivas em trabalho, para países que funcionavam como plataformas exportadoras, entre eles os países da ASEAN e a própria China. Estes países acabaram se beneficiando desse processo de “reciclagem de vantagens comparativas”, tal como os outros.

Segundo os autores, esta dinâmica de produção em redes dentro do Leste Asiático possibilitou a criação do chamado “*triangular trade partner*”. Neste modelo, o Japão e as NIEs exportam bens de capital e sofisticados bens intermediários para países menos desenvolvidos (da ASEAN e para a China), os quais serão processados e destinados à exportação para mercados americanos e europeus.

Na mesma direção da análise de Gaulier (op. cit.), Medeiros (1997) analisa a ascensão Leste Asiática a partir dos movimentos resultantes da perda de competitividade japonesa e dos Tigres, a partir de 1985, com as decisões do Acordo de Plaza. Como visto no capítulo anterior, nesse momento empresas japonesas e asiáticas (e também ocidentais) passam a aumentar seu comércio e investimentos com os países da ASEAN e com a China. Isso ocorre

ao mesmo tempo em que estes últimos fortalecem relações comerciais com as economias centrais²³.

Países como Hong Kong e Taiwan, por exemplo, passam a ver a China como um centro de processamento de exportações, enquanto a própria China passa a fortalecer seu comércio com as economias centrais. É sobretudo com base nesse aspecto que se pode entender a inserção da China na dinâmica de comércio regional. Isto porque, como resultado de elementos específicos da política comercial chinesa, ligadas à atração de investimentos e à importação de bens intermediários para processamento e reexportação (principalmente nas ZEEs, com seus atrativos tributários e cambiais) observa-se um processo cada vez mais intenso de deslocamento dos investimentos asiáticos para a China.

Como já sugerido, desde a década de 90 os países asiáticos, principalmente Hong Kong, são as principais origens dos expressivos fluxos de IDEs na direção da China. De acordo com Gaulier et alli (op. cit.), entre 1990 e 2002 a China declarou ter recebido de Hong Kong cerca de 177 bilhões de dólares em IDEs; 34 bilhões de Taiwan; 30 bilhões do Japão; e 13 bilhões da Coreia. Comparativamente, um montante bem mais expressivo do que o país teria recebido das economias desenvolvidas (32 bilhões dos EUA; 7 bilhões da Alemanha; 5 da França, e 9 bilhões da Inglaterra). Na Tabela 9 pode-se observar claramente a importância dos IDEs asiáticos na composição dos IDEs dirigidos à China entre os anos de 2004 e 2005,

Tabela 9: China – IDEs, país/região de origem (milhões de dólares)/2004,2005

País	IDEs – 2004	% do total	IDEs – 2005	% do total
Total	60.629,98	100	60.324,59	100
Asia	37.619,86	62,0	35.718,89	59,2
Hong Kong	18.998,30	50,5	17.948,79	50,3
Japão	5.451,57	14,5	6.529,77	18,3
África	775,68	1,3	1.070,86	1,8
Europa	4.798,30	7,9	5.643,10	9,4
América Latina	9.043,53	14,9	11.293,33	18,7
América do norte	4.977,59	8,2	3.729,96	6,2
Oceania e ilhas do pacífico	1.974,37	3,3	1.998,98	3,3
Outros	1.440,65	2,4	869,47	1,4

Fonte: Chinese Statistical Yearbook, 2006

²³ Segundo Medeiros a “desaceleração do comércio internacional ocorrida a partir de 1985 entre o Japão e os países da OCDE, e a partir de 1990, entre estes e os 4 tigres, deu-se ao mesmo tempo em que aumentaram a taxas explosivas as relações comerciais entre o Japão e os tigres e entre estes e os países da ASEAN-4 e a China. Estes últimos países, ao contrário dos tigres e do Japão, tiveram, sobretudo a partir de 1990, excepcional crescimento em seu comércio com os países da OCDE. (MEDEIROS, 1997, p. 312)

Como se pode ver, em 2004, 62% dos IDEs dirigidos à China vem da Ásia. Destes, 50% de Hong Kong e 14,5% do Japão. América do Norte e Europa contribuíram com apenas 8,2% e 7,9%, respectivamente. Em 2005 a participação de Hong Kong continua alta, em 50% do total dos IDEs dirigidos à China.

Além do deslocamento de IDEs asiáticos para a China, outra evidência importante da inserção do país na dinâmica comercial asiática pode ser vista no crescimento das importações feitas pela China a partir de países como Coréia, Taiwan, da ASEAN e até mesmo o Japão. Na década de 80 as importações chinesas concentravam-se muito mais nas economias desenvolvidas, como países da Europa e os Estados Unidos. Ao longo dos anos observa-se que a Ásia vem se tornando uma origem importante das importações chinesas.

3.4.2) Aspectos de uma divisão espacial do trabalho em escala regional

Como sugere Morais (2005), parte da estratégia chinesa de fortalecimento das relações com o Leste Asiático está na formação de um esquema regional que consolide o papel dos pequenos países da ASEAN como fornecedores de peças, componentes e bens primários para produtos dirigidos ao mercado consumidor chinês e também à re-exportação. (MORAIS, 2005, p. 44). Nesse sentido, a especialização da produção dentro da Ásia vem levando ao aumento da parcela das importações da China originadas dentro da própria região. A Tabela 10 apresenta a participação dos parceiros no total importado pela China, desde os anos 80,

Tabela 10: China – Importações por países de origem (% do valor total importado pela China)

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006
USA	20	12	12	12	10	7	7
Europa	20	28	28	16	14	11	11
Japão	27	36	14	22	18	15	15
Coréia	0	0	0	8	10	12	11
Hong Kong	3	11	27	7	4	2	1
Taiwan	0	0	0	11,2	11,3	12,6	11,6
ASEAN	3	3	7	8	9	11	10
Outros	27	10	12	15,8	23,7	29,4	33,4
total (%)	100	100	100	100	100	100	100

Como é possível observar, a participação das importações asiáticas vem crescendo. Em 1980, Taiwan, por exemplo, não tinha nenhuma participação nas importações chinesas; já em 1995, 11,2% do total importado pela China provêm daquele país. No caso da Coréia também se observa um aumento: até 1990 o país não constava na lista das importações chinesas; em 1995 a Coréia já participava com 8%, e em 2005, com 12% das importações feitas pela China. O resultado dos países da ASEAN, como Malásia, Indonésia e Tailândia, são ainda mais expressivos: saindo de uma participação de apenas 3% do total importado pela China em 1980, o grupo já representa 10% do total importado em 2005. No caso de economias avançadas, como EUA, Europa e mesmo o Japão, observamos uma queda na participação das importações chinesas.

Além do aumento da participação de países asiáticos nas importações chinesas, o aumento da parcela das exportações desses países dirigidas à China também demonstra a dinâmica regional formada regionalmente. Como mostra a tabela 11, os chamados Tigres Asiáticos e também países da ASEAN aumentaram suas exportações para a China nos últimos anos,

Tabela 11: Exportações dos países para a China (% das exportações de cada país)

	1980	1985	1990	1995	2000	2002	2003	2004*	2005*	2006*
Japão	3,9	7,1	2,1	5	6,3	9,6	11,1	13	13,4	14,3
Coréia	0	0	0	7	10,7	14,7	16,2	19,6	21,7	21,34
Hong Kong	6,3	26	24,8	33,3	34,5	39,3	46,4	43,03	44,64	46,3
Cingapura	1,6	1,5	1,5	2,3	3,9	5,5	6,4	7,7	8,6	9,7
Indonésia	0	0,5	3,2	3,8	4,5	5,1	5,4	7,1	7,7	8,27
Malásia	1,7	1	2,1	2,6	3,1	5,6	6,8	6,7	6,5	7,24
Filipinas	0,8	1,8	0,8	1,2	1,7	3,9	3,9	6,1	6,3	7,15
Tailândia	1,9	3,8	1,2	2,9	4,1	5,2	6,9	7,3	8,2	9
União Européia	0,8	1,8	1,2	2,2	2,7	3,4	3,5	3,8	4,1	4,4
Estados Unidos	1,7	1,8	1,2	2	2,1	3,2	3,6	4,24	4,6	5,3

Fonte: MORAIS, 2005. *UN Comtrade, 2006

Como se pode observar, as exportações dirigidas à China aumentaram em todos os países. No caso de países como Hong Kong, Coréia e Japão, os resultados são expressivos. Em Hong Kong, a partir de 2003, mais de 40% das exportações dirigem-se à China. No caso da Coréia, que em 1980 não exportava para a China, em 2006, 21,3% das exportações do país

dirigem-se à China. O caso japonês também é expressivo, com 14,3% das exportações deste país indo para a China, em 2006. No caso dos países da ASEAN os resultados mostram também um aumento das exportações para a China. A Indonésia, que em 1980 não exportava para o país, em 2006 exporta 8,2% do total para a China. Os casos de Filipinas, Tailândia e Malásia também mostram aumentos consideráveis.

Na tabela 10 é possível observar como são classificadas as importações chinesas, e também as exportações, em termos de tipo de produto. Com isso pode-se identificar que tipo de produtos a China vem importando, como vimos, principalmente da própria Ásia. Os dados mostram que, de fato, tem ocorrido um aumento das importações dos chamados bens intermediários, como partes e componentes, o que fortalece a tese de que a China tem uma estratégia política de comércio internacional que se desdobra em uma inserção regional específica. A Tabela 12 apresenta os resultados das importações e exportações chinesas divididas entre os diferentes tipos de bens: bens primários, bens intermediários e bens finais²⁴

Tabela 12: China - Padrão de comércio por estágio de produção (% do total importado e exportado)

Importações	1995	1997	2000	2002	2005
Total	100	100	100	100	100
bens primários	9,7	10,6	13,6	10,6	17
bens intermediários	57,93	65,9	62,6	63,3	58,2
semi-acabados	43,62	47	38,1	35,9	28,2
partes e componentes	14,31	18	24,5	27,5	30
bens finais	31,16	23,5	21,76	26,3	23,4
bens de capital	25,56	19,1	17,54	21,2	19,4
bens de consumo	5,6	4,4	4,22	5,1	4
Exportações					
Total	100	100	100	100	100
bens primários	5,2	5,1	3,7	2,9	1,9
bens intermediários	34,56	33,4	34,22	37,1	37,97
semi-acabados	27,43	25,3	21,4	21,6	21,1
partes e componentes	7,13	8,2	12,82	15,5	16,87
bens finais	59,7	61,5	61,03	60	59

²⁴ Esta divisão, proposta por Gaulier et. alli.(op. cit), segue a classificação BEC (*Broad Economic Categories*), utilizada na base de dados das Nações Unidas (UNComtrade). Para o presente trabalho estendeu-se os anos analisados, na tentativa de apresentar a existência de uma dinâmica. Para visualizar quais tipos de mercadorias fazem parte de cada classificação, ver o Anexo.

bens de capital	11,89	12,6	17,27	19,7	26,4
bens de consumo	47,81	48,4	43,76	40,3	32,6

Fonte: elaboração a partir dos dados UNComtrade

De acordo com a tabela, podem-se identificar dois resultados importantes no comércio externo chinês. O primeiro deles diz respeito ao peso dos bens intermediários nas importações do país, seja dos chamados bens semi-acabados, como partes e componentes, seja dos bens semi-acabados. Nesse tipo de bem pode-se identificar partes e acessórios para equipamentos de transporte (BEC 53), partes e componentes de bens de capital (42) ou ainda suprimentos industriais (22). Como se observa, os bens intermediários representam mais de 50% das importações. Entre estes destaca-se o aumento da participação do item peças e componentes: em 1995, somavam apenas 14,5% das importações do país; em 2005, esse item já concentrava 30% das importações. Esse aumento evidencia a tendência já assinalada, qual seja, de importação, por parte da China, de itens intermediários para serem utilizados em atividades de processamento, principalmente para exportação. Ainda relativamente às importações, é importante observar o aumento da demanda chinesa por bens primários, cuja participação nas importações passa de 9,7% em 1995 para 17% em 2005.

O segundo aspecto importante a destacar refere-se às exportações, especificamente ao crescimento da participação dos bens de capital. Em 1995 eles representavam 11,8% das exportações chinesas e, em 2005, já somavam 26,4% do total importado. Com os bens de consumo mantendo uma participação considerável ao longo dos anos, percebe-se que os chamados bens finais, como bens de consumo duráveis e equipamentos de transporte e eletrônicos, têm um peso considerável nas exportações chinesas, com cerca de 60% do total.

A importância do mercado asiático tem sido significativa para a expansão do comércio externo chinês, como visto pelos dados. A capacidade deste país de se inserir das redes comerciais de segmentação da produção tem sido parte da estratégia política da China, que se manifesta principalmente, conforme enfatizado, na importação de bens intermediários dirigidos a atividades de processamento para re-exportação. Os dados mostram a importância da dinâmica regional para o crescimento das exportações e para o crescimento chinês. Pode-se dizer que, em alguma medida, esta inserção na dinâmica regional também tem possibilitado à China diferenciar sua pauta exportadora na direção de produtos de maior valor agregado e mais intensivos em tecnologia, na medida em que o país deixa para os parceiros vizinhos as atividades ligadas a bens intermediários. Como visto na tabela 5, mostrada anteriormente, a estrutura das exportações chinesas em 2006 era composta principalmente dos chamados

maquinários e equipamentos de transporte, que representam 47% das exportações totais do país. Trata-se de montante que iguala a China aos EUA, com relação à participação desse tipo de bem nas exportações totais dos dois países.

Ao analisar a estrutura das exportações de países vizinhos à China, muitos dos quais na sua lista de importadores, observamos, tal como nas exportações chinesas, o peso dos equipamentos ligados a artigos para maquinários e eletrônicos. Entretanto, nesses países as exportações parecem estar mais vinculadas a artigos incluídos sob a classificação de bens intermediários, como partes e componentes que servem para processamento de outros produtos. Segundo relatório das Nações Unidas (UNComtrade, 2006), cerca de 20% de todas as exportações feitas pela Malásia em 2006 era composta de partes e acessórios para máquinas, e 21,3% de maquinário elétrico, aparelhagem, aplicativos e partes de eletrônicos. Nas Filipinas, 35% das exportações em 2006 eram de microcircuitos, transistores, válvulas, díodos e cátodos, todos matérias-primas para fabricação de maquinários eletrônicos. Na Indonésia, grande parte das exportações concentra-se em petróleo e gás (21%) e em materiais crus como artigos em latex e borracha (12%). Na Tailândia, 24% das exportações em 2006 foram de maquinário elétrico e partes e componentes de produtos eletrônicos e equipamentos para produção de telecomunicação. Ressalte-se que, neste país, as exportações para a China chegaram a 9% do total exportado pelo país; em 1980, apenas 1,9% das exportações da Tailândia iam para a China.

3.4.3) China: ascensão na divisão espacial do trabalho?

A partir da análise anterior seria possível afirmar que a China vem se inserindo no comércio internacional (ou na divisão internacional do trabalho) de forma diferente de seus vizinhos, seja pela natureza de suas exportações, seja pelo montante expressivo que os resultados das exportações chinesas apresentam. Em 2005, a China participou com nada menos que 7,3 % das exportações mundiais, perdendo apenas para Alemanha (9,3%) e para os EUA (8,68%), e à frente do Japão (5,7%).

Todo este volume exportado relaciona-se fortemente à agregação de valor resultante da diversificação das exportações chinesas. Como sugere Gaulier, a participação da China na

exportação mundial de produtos com alto teor tecnológico²⁵ vem crescendo consideravelmente. Enquanto países como EUA e Japão viram suas produções desse tipo de produto nas exportações mundiais diminuir entre 1990 e 2000 (os EUA exibem queda de 25% para 18%, e o Japão, de 18% para 10%), a China, que em 1990 não exportava produtos *high-tech*, em 2000 já participava com 5% do total exportado mundialmente. (GAULIER et. alli., op. cit.). Em 2002 a participação desse tipo de produto nas exportações chinesas já é de 12%, contra apenas 6,5% registrado em 1997.

Embora se deva considerar que tais resultados vinculam-se em grande parte às filiais de firmas estrangeiras na China (em 2004 elas eram responsáveis por 55% das exportações e importações do país), principalmente em termos de diversificação da pauta industrial e exportadora, é preciso destacar que esta realidade vem mudando significativamente. Isto porque tanto o Estado chinês como as próprias empresas estrangeiras vêm se esforçando no sentido de incorporar atividades de pesquisa e desenvolvimento dentro da China. Novas políticas e gastos com inovação e P & D têm se ampliado. Em 1997 estes somavam apenas 0,7% do PIB do país. Já em 2002, valor correspondente a 1,3% do PIB chinês é destinado a atividades de inovação e pesquisa. Este é outro aspecto importante que permite entender a China como um país distinto de seus vizinhos asiáticos, ainda que se beneficie dos mesmos e da dinâmica regional observada na região.

Como sugerem alguns autores, o crescimento chinês se apóia consideravelmente no rápido crescimento de firmas domésticas e em um vasto e dinâmico mercado interno. Como citado na Introdução, na região de Zhongguancun (a nordeste de Beijing), por exemplo, é possível observar, além de grandes universidades e institutos de pesquisa, diversas empresas de tecnologia e centros de P & D. Segundo Zhou (2008), na região o progresso tecnológico tem sido dirigido primariamente pela demanda doméstica, em detrimento da demanda para exportação. Mais de 85% da renda da região tem origem nas vendas de produtos e serviços no mercado doméstico. Muitas companhias de TI (tecnologia da informação) são encontradas na região, como a Lenovo, a terceira maior empresa mundial de manufaturados para computadores pessoais; a Baidu, companhia líder em pesquisa em Internet; a UFIDA, líder chinesa do segmento de software; a Foudier, líder chinesa em produtos de mídia digital. (ZHOU, 2008)

²⁵ Segundo Gaulier et. alli, a definição de produtos com alto teor tecnológico (ou high-tech) baseia-se na intensidade tecnológica e no valor agregado do produto. A OCDE identifica alguns produtos que podem ser inseridos sob essa classificação. Entre eles estão produtos farmacêuticos, maquinário para escritório e computadores, equipamento de telecomunicações como rádio e TVs, produtos aeroespaciais, equipamentos para transporte, maquinário elétrico e instrumentos científicos. (Gaulier 2005)

As próprias multinacionais dirigem-se à China atraídas por um mercado interno em forte expansão. No mercado de telefones móveis, por exemplo, com mais de 189 milhões de assinantes, a China tem a maior população usuária destes aparelhos no mundo. Empresas como a Motorola Inc., a Nórdia e a Siemens vêm expandindo suas plantas na China, na tentativa de conquistar esse vasto mercado. Segundo a revista *Business Week* ²⁶, em 2002 a Motorola investiu 3,4 bilhões de dólares para financiar uma gigantesca planta para fabricação de chips para celulares na cidade de Tianjin, a nordeste da China. Já a gigante alemã Siemens tem 35% de seus telefones celulares produzidos em Shanghai, e, em 2002, transferiu parte de seus segmentos de P & D da Alemanha para Beijing. Como sugere Gaulier ,

Um elemento chave desta nova política é o esforço por parte das autoridades em definir novos padrões, e impô-los em lugar dos padrões técnicos existentes, a companhias multinacionais ou locais que operam na China. A China está assim tentando impor padrões próprios para terceira geração de telefones móveis, novas gerações de DVD e produtos de comunicação de internet. Isto é uma tentativa de reduzir o custo da dependência. A China produz hoje a maior parte dos DVDs vendidos no mundo, mas os royalties pagas para companhias multinacionais (como Philips, Sony ou Pioneer) representam um terço do preço das exportações. Esta estratégia também procura promover indústrias nacionais em um novo contexto criado pela entrada da China na OMC, em que os instrumentos de proteção à indústria doméstica são mais limitados. A China assim tenta ganhar vantagens a partir de seu atrativo mercado interno para assim superar sua debilidade tecnológica. (Suttmeier and Yao, 2004; Cao, 2004 apud Gaulier et.alli., 2005,p. 20).

De acordo com Zhou (2008), as empresas chinesas têm uma grande oportunidade de aumentar sua expressão na economia devido, justamente, à extensão do mercado interno que o país oferece e também pelas vantagens trazidas pelas atividades de processamento de exportação. Segundo o autor, o fácil acesso a conteúdos intensivos em tecnologia, trazidos principalmente pelas firmas estrangeiras, permite que as firmas chinesas possam absorver esse conhecimento associando-o à vantagem de acesso ao mercado interno. (ZHOU, 2008)

A absorção de tecnologia pelos chineses é um aspecto observado na maioria dos IDEs dirigidos à China. Isto se deve à predominância dos contratos de *joint ventures* entre firmas estrangeiras e chinesas, cujo pré-requisito têm sido a transferência de tecnologia. Keijzer (1992) aponta vários casos de empresas estrangeiras (americanas, britânicas e japonesas) que, para ter acesso às vantagens de produzir na China, acabam transferindo tecnologia e conhecimento. Casos como o da *Fluke International Company*, empresa americana do ramo de equipamentos eletrônicos de metrologia para aparelhos de testes de medição eletrônica em indústrias, são comuns. A empresa, que começou a vender para a China em 1973, com o

²⁶ Business Week. “*High Tech in China – Is it a treat to Silicon Valley?*”.European Edition. October 28, 2002

passar dos anos estabeleceu fábricas através de acordos de transferência de tecnologia. Segundo o autor, em 1980, a empresa fez o primeiro acordo de montagem com o Instituto de Pesquisa de Rádio, de Beijing, para produzir multímetros digitais manuais para o mercado doméstico. Seguiram-se, depois desse, vários acordos com firmas chinesas como a Shanghai Electric Meter Works e a Qianfeng. Os acordos possuíam a mesma estrutura básica: a Fluke fornece kits montados ou semi-montados para a fabricação dos produtos, ajuda o sócio chinês a adquirir o equipamento de manufaturação e prepara o pessoal para a operação. A tecnologia transferida consiste em *know-how* de processos de produção industrial e em conhecimentos periciais de gestão e organização fabril. Esta possibilidade de ter acesso à tecnologia pelas firmas chinesas atualiza as capacidades de manufaturação e permite o acesso a conteúdos tecnológicos que, de outra forma, teriam de ser importados.

O autor apresenta ainda o caso da *Xerox Corporation*, empresa americana do ramo de equipamentos para escritório. A partir de um contrato de *joint-venture*, a empresa forneceria aos clientes locais a tecnologia necessária à produção de peças em troca de um pagamento. O negócio envolveu tempo e investimento em apoio técnico que acelerasse a formação de vendedores locais, incluindo o envolvimento da rede chinesa de institutos de pesquisa ligados à universidade. (KEIJZER, 1992)

O caso da empresa *Polaroid* é também muito elucidativo de como a China beneficia-se do contato com as firmas estrangeiras, via IDEs. Como aponta Keijzer, o contato da empresa com a China começou pelas vendas, passou para um subcontrato de montagem de componentes e depois para um contrato de joint venture. Esta evolução é muito interessante, pois mostra como a China vem se tornando um ator distinto de seus vizinhos asiáticos, na medida em que acordos de subcontratação vão transformando-se em contratos de joint-ventures via instalação de fábricas estrangeiras juntamente com firmas chinesas. O motivo principal dessa evolução, no caso da *Polaroid*, foi, segundo o autor, a percepção do potencial do mercado consumidor chinês e as possibilidades de vendas com a permanência da empresa no país.

São vários os exemplos de empresas estrangeiras que se aventuram na China atraídas pelas vantagens que o país oferece. Todos apontam para uma relação que tem sido benéfica ao país no que tange à transferência de tecnologia e conhecimentos, um movimento que permite à China adquirir tecnologia e desenvolver suas próprias empresas, apoiadas tanto pelo mercado externo como pelo mercado interno de milhões de consumidores.

3.5) Conclusão

Como discutido no Capítulo 1, embora o peso da estrutura hierarquizada de estados que compõe a economia-mundo seja preponderante na trajetória dos Estados Nacionais, estes não são totalmente passivos e podem, através da utilização de instrumentos de política econômica, aproveitar conjunturas favoráveis para atuar no sentido de estimular experiências bem sucedidas de crescimento e desenvolvimento. Como apontamos anteriormente a política aparece por trás de ações voltadas a inserções específicas dos países na economia-mundo capitalista.

O caso da China parece ser um exemplo desse fenômeno. Como vimos neste capítulo, elementos internos de política econômica, implementados pelo Estado chinês a partir do fim da década de 70, foram e têm sido determinantes nos resultados econômicos positivos apresentados pelo país. Como se observou, a mudança de um sistema de forte comando para um modelo mais aberto envolveu uma série de medidas tomadas no âmbito das Sessões plenárias do partido Comunista Chinês. Dentre estas decisões destacam-se as reformas na agricultura, na indústria e nas políticas cambial e de comércio exterior.

Os estímulos à produção no campo levaram a aumentos no consumo rural, que por sua vez estimularam a disseminação de pequenas indústrias. Ao mesmo tempo em que se estimulava a produção privada, o Estado teve o cuidado de manter empresas estatais em setores estratégicos da economia. O cuidado também se materializa na implementação de uma política de comércio exterior baseada em um regime duplo, que soube flexibilizar o modelo de substituição de importações sem prejudicar o desenvolvimento da indústria doméstica. A criação das Zonas Econômicas Especiais completou a disposição chinesa em abrir-se ao comércio internacional mediante a criação de áreas específicas dotadas de uma série de incentivos à atração de IDEs. Juntamente com a política industrial, a política cambial seguiu na direção da manutenção de termos favoráveis às exportações chinesas e às importações essenciais.

Por fim, foi possível analisar em que medida esta estratégia política por parte do estado chinês também envolveu uma estratégia de inserção regional. Como visto, a entrada da China na divisão regional do trabalho observada no Leste asiático foi de grande importância,

principalmente com relação à possibilidade desse país posicionar-se como importador de artigos (principalmente bens intermediários) para re-exportação. Com isso a China parece estar conseguindo diferenciar-se gradativamente de seus vizinhos asiáticos mediante a capacidade de diferenciar sua produção em direção a produtos cada vez mais intensivos em tecnologia.

Seja internamente, através da transição gradativa de uma economia de forte e rígido comando para uma economia de mercado, seja na implantação de políticas de incentivo ao comércio internacional, o papel do estado chinês foi fundamental. Em todo este processo observa-se que o ideal das Quatro Modernizações tem sido implementado em esforços por parte do governo, baseados na proposta de Deng de abertura às relações internacionais.

CONCLUSÃO

Não resta dúvida de que a consideração da existência de uma estrutura hierarquizada de Estados é fundamental para a compreensão da atual ascensão da China na economia-mundo capitalista. Como visto ao longo deste trabalho, o peso da estrutura mundial sobre a trajetória do desenvolvimento chinês está presente não apenas no atual renascimento do país, mas também ao longo de toda sua história.

Ainda nos séculos XV, verificou-se a influência que os conflitos interestatais europeus tiveram nas regiões orientais. Uma influência tal que leva autores como McNeill (ao empregar o termo *self-reinforcing cycle*) a identificar na submissão de povos e conquistas territoriais elementos importantes na sustentação financeira dos conflitos armados europeus. Elementos estes que teriam contribuído para que na Europa se consolidassem as bases para o surgimento do capitalismo, levando a subsequente deterioração de outros sistemas, como aquele centrado na região Leste Asiática.

A medida que a economia-mundo capitalista vai incorporando todo o planeta à sua lógica própria, observa-se como o peso dessa macro-estrutura influencia diretamente as trajetórias de desenvolvimento tanto da região Leste Asiática como da própria China. Na segunda metade do século XIX, a força da potência britânica em impor os princípios do liberalismo às regiões asiáticas, como forma de adentrar nas redes de comércio ali presentes, foi determinante na dissolução quase que por completo das relações comerciais de uma estrutura milenar identificada como sistema de comércio-tributo.

Na terceira temporalidade, do pós Segunda Guerra, o peso da estrutura na determinação da posição dos países na hierarquia mundial é ainda mais evidente. Como visto, a trajetória de desenvolvimento chinesa neste período esteve amplamente prejudicada pelo isolamento imposto pela potência americana, diante da bipolaridade geopolítica mundial da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, observou-se como esta ordem global foi determinante no renascimento do Japão e dos Tigres Asiáticos como países que alcançariam alto grau de modernização e desenvolvimento.

A análise das transformações observadas na economia-mundo a partir da década de 70 contribui para entender em que medida esta trajetória vai moldando também o renascimento

da China como potência regional e novo locus da produção mundial. O peso da estrutura mundial no atual desenvolvimento chinês é inegável e talvez possa ser “visualizado” mais claramente no movimento recente de redirecionamento do capital mundial em direção à Ásia, no bojo das transformações do pós-70.

Os problemas enfrentados pela economia americana desde esse período permanecem e surtem efeito até os dias atuais, de maneira que o atual desenvolvimento asiático não pode ser entendido sem levar em consideração este período específico que, para muitos, parece marcar o início do fim do poderio hegemônico americano.

Não há dúvidas de que, após a perda de competitividade japonesa resultante da decisão americana de frear a política de valorização do dólar, em 1985, há um deslocamento também intra regional, marcado pelo redirecionamento dos investimentos asiáticos em direção a países como Malásia, Tailândia, Filipinas, Indonésia e à própria China. Este movimento é crucial no entendimento da grande quantidade de fluxos de Investimento Direto dirigidos a este último país, principalmente a partir dos anos 90.

Este movimento recente da economia-mundo representa, como visto no primeiro capítulo, a manifestação de características intrínsecas à lógica de acumulação incessante de capital. Frente a situações de crise e depressão, como a observada a partir da década de 70, movimentos de realocação colocam-se como mecanismo chave na tentativa de superação dos períodos de crise. Deslocamentos de processos e estágios de produção para áreas em que se possa reduzir custos, principalmente de mão-de-obra, são elementos recorrentes na trajetória da economia-mundo capitalista.

Sob essa perspectiva, percebemos que a atual ascensão chinesa representa um fenômeno inscrito em um momento bastante específico da trajetória da economia-mundo, de forma a que possamos afirmar, em um primeiro momento, que seus determinantes são exclusivamente relacionados a aspectos sistêmicos.

Entretanto, como discutido anteriormente, a importância da capacidade dos Estados de tirar proveito de sua margem de manobra, e a capacidade política para influenciar seu lugar na hierarquia mundial, é clara e bastante significativa. Como sugere Arrighi (1997), “cada Estado pode, em algum grau, agir sobre as modalidades pelas quais a divisão social do trabalho opera” (p. 152). Nesse sentido, a política, nas suas várias modalidades e desdobramentos, aparece sempre por trás dessas ações. De forma que é também necessário, ao se estudar a situação de cada Estado específico, levar em conta o papel do protagonismo nacional na modelagem do quadro observado.

A influência da estrutura mundial na trajetória de cada país caminha lado a lado com o papel exercido pelos Estados na forma de ações políticas distintas. No caso chinês, este aspecto fica evidente, não só nas importantes medidas de política econômica implementadas pelo Partido Comunista Chinês, a partir da década de 70, como também ao longo da história do país. Na dinastia Ming, por exemplo, ainda no século XV, observou-se a importância exercida pelo Estado chinês na entrada do país em um período de forte estagnação. A postura dos imperadores Ming em condenar as atividades comerciais e não incentivar o desenvolvimento mercantil que surgia na região foi fator preponderante no isolamento do país a partir daquele período.

Recentemente, as decisões do Estado chinês reunidas em torno do projeto das Quatro Modernizações parecem ter se aliado a uma conjuntura, como vimos, extremamente favorável aos países asiáticos. A montagem de condições propícias à atração dos Investimentos Externos, bem como os investimentos em infra-estrutura e à indústria nacional, contam como fatores importantes na capacidade que a China vem encontrando de inserir-se de forma positiva no cenário global. Como visto no capítulo anterior, as decisões relativas à predominância dos contratos de joint-venture, por exemplo, vem permitindo a que os investimentos dirigidos à China permitam a absorção de conhecimentos e tecnologia, fator que coloca o país em uma posição diferente em relação aos países vizinhos.

A estratégia chinesa de entrada na dinâmica regional parece também fazer parte de um projeto amplo de Estado, que busca recuperar o peso da herança de relações econômicas milenares, em que a China também ocupava posição central. Ainda que não se possa medir a influência histórica de elementos culturais, o fortalecimento das relações comerciais na região Leste Asiática atual não pode ser dissociado de uma herança milenar de fortes relações econômicas regionais, inscritas no chamado sistema de comércio-tributo. O papel atual do Estado chinês no fortalecimento das relações regionais está sendo fundamental nesse processo que parece tentar recuperar relações históricas entre a China e os países asiáticos.

A partir de tudo isso, as conclusões deste trabalho relacionam-se a idéia de que cada situação aparece como resultado de interações de forças diversas, ou seja, tanto sistêmicas como específicas, que moldam a trajetória de desenvolvimento dos países. Em uma possível hierarquia de determinações, entende-se que, o peso do sistema-mundial é preponderante e está acima das determinações internas. As possibilidades de atuação dos Estados Nacionais não podem ser analisadas e propostas, nesse sentido, isoladas da consideração sobre a posição destes Estados na estrutura hierarquizada da economia-mundo.

Com base nas considerações teóricas apresentadas no primeiro capítulo é possível dizer que o protagonismo estatal apresentado pelo governo chinês faz parte de uma atuação comum às tentativas de alteração da posição dos países na hierarquia de Estados mundial. Como sugere Arrighi “restringindo ou aumentando a liberdade de assumir ou iniciar atividades econômicas específicas, os Estados podem melhorar algumas atividades para fazê-las atingir status de núcleo-orgânico e rebaixar outras ao status periférico – isto é, eles podem agir sobre a própria estrutura núcleo orgânico-periferia”. (ARRIGHI, 1997, p.52)

Este movimento parece ser observado na recente atuação do Estado chinês, materializada na implantação de políticas econômicas voltadas a atração de atividades de núcleo-orgânico e a criação de um ambiente favorável a atividades de inovação. Além disso, como visto no capítulo 3, a entrada da China como parceiro comercial importante no Leste Asiático vem estimulando uma divisão espacial do trabalho em escala regional. Como visto, faz parte dessa nova configuração regional uma segmentação da produção marcada pela transferência de determinados estágios produtivos (principalmente bens intermediários - partes e componentes) para países asiáticos principalmente da ASEAN. Produtos intermediários fabricados em países como Malásia, Cingapura e Tailândia dirigem-se então à China para serem processados e re-exportados. Este movimento parece estar possibilitando à China voltar-se a atividades de processamento e elaboração de bens finais mais intensivos em tecnologia, o que aponta para uma aproximação da pauta exportadora do país em relação a países de núcleo-orgânico.

O estímulo por parte do Estado chinês em criar condições favoráveis – em termos de incentivos fiscais e criação de áreas voltadas a atividades de processamento – representa nesse sentido a materialização de tentativas comuns aos Estados Nacionais dentro da hierarquia mundial. Tentativas voltadas à transferência de atividades tipicamente periféricas para outras áreas, no intuito de manter e atrair para si atividades de núcleo orgânico.

No entanto, apesar da atuação dos Estados Nacionais fazer parte do próprio movimento da economia-mundo, como sugere Arrighi, o peso da estrutura mundial nos Estados Nacionais parece ser determinante mesmo nesse processo. A análise feita ao longo deste trabalho permite dizer que, o protagonismo estatal apresentado pelo governo chinês só pôde se manifestar a partir das possibilidades outorgadas pela conjuntura atual do sistema-mundo.

Como analisou Arrighi, - conforme mostrado no Capítulo 1 deste trabalho - fenômenos de aparente ascensão e desenvolvimento, tal como observamos na China

atualmente, devem ser entendidos como parte de um movimento mais amplo da economia-mundo. No bojo das transformações da década de 70, por exemplo, Arrighi observou que as experiências de desenvolvimento e industrialização não deveriam ser consideradas como movimentos de ascensão e mobilidade de alguns países na hierarquia mundial. Naquele período, segundo o autor, a economia-mundo capitalista passava por um momento de elevação dos padrões de produção e experiências de inovação, liderada pelos Estados Unidos. Tal movimento levou a uma subsequente transferência de atividades, principalmente industriais, para áreas semi-periféricas e periféricas, que explica experiências de industrialização como a brasileira e a japonesa.

A partir disso, entende-se que o recente “desenvolvimento” chinês não pode ser apontado, ao menos por enquanto, como um caso de ascensão ou entrada, de fato, no rol dos países de núcleo-orgânico. Isto porque desde a década de 70, experiências de industrialização devem ser entendidas como resultado de um movimento que, muito mais do que permitir movimentos de ascensão, representam na verdade uma forma de sustentar e manter a posição dos países localizados na zona de núcleo-orgânico. Desde pelo menos a década de 70, experiências de industrialização não podem ser vistas necessariamente, e como o “passaporte” de entrada na zona de núcleo-orgânico.

Esta conclusão não deixa de considerar o fato de que, muito em razão do papel que o Estado chinês vem exercendo na tentativa de avançar e consolidar a posição importante já ocupada pela China, o país alterou significativamente sua posição dentro da divisão internacional do trabalho. Como visto, políticas voltadas à absorção de tecnologia, à imposição de regras claras de comércio exterior e à manutenção de uma política cambial favorável, vêm promovendo alterações substanciais na economia e na sociedade chinesas. Tais alterações têm revelado uma China que se diferencia completamente de seus vizinhos asiáticos e de vários países periféricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, Luciana. **China, uma inserção externa diferenciada**. Econômica Política Internacional: Análises estratégicas. Cadernos, Unicamp. 2005

ANDRADE, Daniel Caixeta. **Fatores condicionantes do crescimento de longo prazo na China: Aspectos teóricos e investigação empírica**. Tese de dissertação. Universidade Federal de Uberlândia. 2006

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; 1996.

_____. **A ilusão do desenvolvimento**. Vozes. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis, RJ. 1997.

_____. **A Ascensão do Leste Asiático e a desarticulação do sistema político mundial**. 1995

ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro. Contraponto, Ed. UFRJ, 2001.

ARRIGHI, Giovanni; HUI, Po-Keung; HUNG, Ho-Fung. **Historical capitalism, East and West**. 1999

ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN. **The Rise of East Asia in World Historical Perspective**. Fernand Braudel Center 1997b.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **O declínio de *Bretton Woods* e a emergência dos mercados “globalizados”**. – Campinas: Revista Economia e Sociedade(4), Instituto de Economia da Unicamp, junho de 1995.

BELLUZZO & CARNEIRO. **A insustentável leveza do crescimento**. *Política Econômica em Foco*, n. 4 – maio/out. 2004

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. O Tempo do Mundo. Martins fontes. São Paulo, 1996.

_____. **Escritos sobre a história**. Segunda edição. Editora perspectiva. São Paulo, 1969.

CUNHA, André M. & BIANCARELI, André M. **O novo regime cambial chinês e a diplomacia do yuan fraco**. Economia Política Internacional: Análise Estratégica. Unicamp, 2005.

FAIRBANK, John K. **China – uma nova história**. Editora L&PM, Porto Alegre, 2007.

FIORI, José Luís. **O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites**. In: O poder americano. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2004.

FMI. www.imf.org. Financial Statistics

GAULIER, Guillaume; LEMOINE, Françoise; UNAL-KESENCI, Deniz. **China's Integration in East Asia: Production Sharing, FDI & High-Tech Trade**. Centre d'études prospectives et d'informations internationales. June, 2005

_____. **China's Emergence and the Reorganisation of Trade Flows in Asia**. Centre d'études prospectives et d'informations internationales. March, 2006..

GOLDMAN, Merle. **A era de reformas pós-Deng**. In: China – Uma nova História. FAIRBANK, John K. L&PM. Porto Alegre, RS, 2007.

GOLUB, PHILIP S. **Recuperar el puesto em la economia mundial**. In: Selección de artículos de Le Monde Diplomatique "China". Editorial aún creemos em los sueños. Chile, 2005

HAN, Sun Sheng & PANNELL, Clifton W. **The geography of Privatization in China, 1978-1996**. Economic Geography, Vol. 75, No. 3. 1999. Clark University.

HAMASHITA, Takeshi. **The tributare trade system and modern Asia**. In: Japanese Industrialization and the Asian Economy. Edited by A. J. H. Latham and Heika Kawakastu. Routledge. 1994

HOPKINS, Terence K. & WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalism and Incorporation of New Zones into the World-Economy**. In: *Review, X*. 1987. Supplement (Summer/Fall)

_____. **Comodity chains in the world-economy prior to 1800**. In: Essencial Wallerstein, 2000.

LLOYD, Christopher. **As estruturas da história**. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1995.

KEIJZER, Arne J. de. **China. Estratégias para um mercado emergente**. Editora Difusão Cultural. 1992, Berkeley, CA. EUA.

MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping – O homem que pôs a China na cena do século XXI**. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2007.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **A China como um duplo pólo na Economia Mundial e a recentralização da economia asiática**. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 3 (103), pp. 381-400 julho-setembro/2006

_____. **China entre os séculos XX e XXI. Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Ed. Vozes. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis, RJ. 1999a.

_____. **A Economia Política do desenvolvimento recente na China**. Revista de Economia Política. Vol 19, No 3. 1999b.

_____. **Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina.** In: Poder e Dinheiro – Uma economia política da globalização. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 1997.

_____. **A Economia Política da Internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China.** In: O poder Americano. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2004.

MENZINS, Gavin. **1421: O ano em que a China descobriu o mundo.** Rio de Janeiro. Editora Bertrand. 2007.

MORAIS, Isabela Nogueira de. **O regionalismo asiático revisitado: Impactos para a Asean da emergência da China pós-Deng.** Tese de mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. 2005

_____. **O lugar da china na economia-mundo capitalista wallersteiniana.** Artigo apresentado do I Congresso de Economia Política dos Sistemas-Mundo. Florianópolis, 2007

MITCHELL, Bernard and RAVENHILL John. **Beyond product cycles and flying geese: regionalization, hierarchy, and the industrialization of East Asia.** In: World Politics. 47.n2 (Jan 1995): 171(39). General OneFile. Gale. CAPES. 21 Feb. 2008

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. www.stats.gov.cn/english/

NAUGHTOM, Barry. **The Chinese economy – Transitions and Growth.** The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. 2007

OECD (Organization for Economic Co-operation and development). **Economic Surveys.** China. Volume 2005/13 – September 2005

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Reformas Econômicas na China.** Economia Política Internacional: Análise Estratégica. n. 5 – abr./jun. Unicamp.2005

OLIVEIRA, Giuliano Contento. **O Estado e a inserção ativa na economia: A estratégia de desenvolvimento econômico da China.** Artigo SEP, 2007.

OZAWA, Terutomo. **Pax-Americana-led macro-clustering and flying-geese-style catch-up in East Asia:Mechanisms of regionalized endogenous growth.** Columbia University. 2002

PALMA, Gabriel. **Gansos Voadores e Patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América latina.** In: O poder Americano. Ed. Vozes. Petrópolis, 2004.

PERKINS, F.C. **Export Performance and enterprise reform in China's Coastal Provinces.** Economic Development and Cultural Change. Vol. 45, No. 3 (Apr., 1997). [The University of Chicago Press](http://www.press.uchicago.edu/)

RUIZ, Ricardo Machado. **Polarização e Desigualdades na China (1949-2000)**. Texto para discussão n° 299. UFMG. Dezembro, 2006.

SALAS, Lorena Labrador. **Determinantes y efectos de la inversion directa extranjera en China**. Universidad Complutense de Madrid.

SELDEN, Mark. **China, Japan and the Regional Political Economy of East Asia, 1845-1995**. In: Network Power – Japan and Asia. KATZENSTEIN, Peter J. and SHIRAISHI, Takashi. Cornell University Press. 1997.

SHANNON, Thomas R. **An Introduction to the World-System Perspective**. Westview Press. Colorado, 1996.

SO, Alvin Y. & CHIU, W.K. Stephen . **Modern East Asia in World-Systems Analysis**. Sociological Inquiry. Vol. 66, No 4. November. University of Texas Press, 1996.

SPENCE, Jonhnatan. **Em busca da China Moderna. Quatro Séculos de história**. São Paulo, Companhia das Letras. 1990.

THE ECONOMIST. www.economist.com. **An old Chinese myth**. Jan 3, 2008. Disponível em: www.economist.com/finance/displaystory.cfm?story_id=10429271

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

TAVARES, M. C. & BELLUZZO, L. G. **A mundialização do capital e a expansão do poder Americano**. In: O poder Americano. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2004.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados Europeus**. Editora Edusp. 1996

UN COMTRADE. <http://comtrade.un.org/>.

UNCTAD. Handbook of Statistics 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **“Capitalismo histórico e civilização capitalista”**. Contraponto. 2001

_____. **Impensar las ciencias sociales – Límites de los paradigmas decimonónicos**. Siglo Veintiuno editores. 1999

_____. **O sistema mundial moderno - Vol 1**. Edições Afrontamento. Porto. 1974.

YING, L. G. **“China’s changing regional disparities during the reform period”**. *Economic Geography*, Jan. 1999, v.75 (1).

ZHOU, Yu. “China’s High Tech Industry and the World Economy: Zhongguancun Park”. In: *Japan Focus – na Asia Pacific e-journal*. Setembro 2008. Disponível em: <http://japanfocus.org/products/details/2661>

Answers.com Business & Finances. Disponível em: www.answers.com/topic/special-economic-zone

ANEXO

Quadro: Produtos de acordo com a Classificação BEC

Primary goods		111	Food and beverages mainly for industry
		21	Industrial supplies, n.e.s., primary
		31	Fuels and lubricants, primary
Intermediate goods	Semi-finished goods	121	Foods and beverages, processed, mainly for industry
		22	Industrial supplies, n.e.s., processed
		322	Fuels and lubricants, processed
	Parts & Components	42	Of capital goods, except transport equipment
		53	Parts and accessories of transport equipment
Final goods	Capital goods	41	Capital goods except transport equipment
		521	Other industrial transport equipment
	Consumption goods	112	Food and beverages, primary, mainly for household cons.
		122	Food and bev., primaru, processed, for household cons.
		51	Passenger motor cars
		522	Other non-industrial transport equipment
		61	Durable consumer goods n.e.s.
		63	Non-durable consumer goods n.e.s.

Fonte: GAULIER, Guillaume; LEMOINE, Françoise; UNAL-KESENCI, Deniz. **China’s Integration in East Asia: Production Sharing, FDI & High-Tech Trade**. 2005.

